

**JULIANA SCHMITZ PAES DE LIMA**

**BANCO MUNDIAL E SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR:  
DESENVOLVIMENTO OU CONTROLE EXTERNO**

FLORIANÓPOLIS  
2004

**JULIANA SCHMITZ PAES DE LIMA**

**BANCO MUNDIAL E SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR:  
DESENVOLVIMENTO OU CONTROLE EXTERNO?**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito, realizada sob orientação do Professor Doutor Christian Guy Caubet.

FLORIANÓPOLIS  
2004

## FOLHA DE APROVAÇÃO

A presente dissertação, requisito parcial para obtenção do título de Mestre em  
Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, está  
\_\_\_\_\_ como conceito \_\_\_\_\_.

Florianópolis, de abril de 2004.

Membros da Banca:

---

Professor Doutor Christian Guy Caubet

---

Professor(a)

---

Professor(a)

## RESUMO

O Banco Mundial é um organismo financeiro internacional de cooperação multilateral, criado em 1944 através da Conferência de *Bretton Woods* e a partir de uma iniciativa norte-americana. Tem em seu quadro cinco agências especializadas e dentre seus órgãos os mais importantes são: Junta de Governadores, Diretoria Executiva e Presidência. Criado para promover a reestruturação das economias devastadas pela 2ª Guerra, mudou seu marco de atuação, adotando o desenvolvimento e a redução da pobreza como áreas de ação. Para isso foca seus projetos em setores como a educação, atrelando-a ao crescimento econômico dos países membros. A educação superior, concebida neste trabalho como um importante meio para o desenvolvimento nacional, responsável pela formação dos cidadãos, criação e socialização do conhecimento, também, é trabalhada pelo Banco. Contudo, numa outra perspectiva, ou seja, defendendo a diversificação de instituições, a redução da participação governamental e flexibilização de regulamentos nacionais. No caso do Brasil as políticas do BIRD para o setor geram muitas interferências e orientam a política legislativa nacional, causando um desmantelamento do sistema de ensino superior no país, viabilizando a proliferação e mercantilização das Instituições de Ensino, em especial dos cursos jurídicos. Sabe-se que as Relações Internacionais são determinadas e orientadas para a aquisição e manutenção do poder dos Estados que hoje dividem a cena com outros atores, como os organismos internacionais dentre os quais o Banco Mundial, então a teoria que permite explicar os fatos analisados é a de Pierre Bourdieu, que através de categorias como: campo, *habitus*, dominantes, dominados, poder simbólico, violência simbólica, ação pedagógica, e autoridade pedagógica demonstra que o Banco é um instrumento de dominação dos países do centro em relação aos países periferia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Superior. Banco Mundial. Desenvolvimento. Dominação. Organismos Internacionais. Poder.

## **ABSTRACT**

The World Bank is an international financial organism of multilateral cooperation, created in 1944 through the Bretton Woods Conference and born from a North American initiative. It is an organization with five specialized agencies, the most important of which are: Committee of Governors, Executive Management and Presidency. Created to promote the re-building of the economies destroyed by the 2<sup>nd</sup> World War, it has now changed its objectives to look for development and the reduction of poverty, making its projects in places like education, looking for the economic growth of the member countries. Graduate education, as an important way for the development of the nation, as a conception that this is the most important way to build citizens, creating and socializing knowledge is also an objective of the Bank, but from another perspective, defending the diversification of institutions, the reduction of government participation and flexibility of national regulations. In the case of Brazil, the politics of BIRD for this sector generated a lot of interferences and they guided the national legislative politics of this sector, taking down the graduate education system in the country, making possible to proliferate and to mercantile the Graduate Institutions, especially the juridical courses. Considering that International Relationships are determinate and guided for the acquisition and maintenance of the power of States that today divide the scene with other organisms, as international organisms like the World Bank, the theory that allows to explain the analyzed facts is from Pierre Bourdieu, through the categories like: field, habitus, dominant, dominated, symbolic power, symbolic violence, pedagogic action, and pedagogic authority allows to demonstrate that the Bank is an instrument of dominance of the countries in the center in relation to the countries in periphery.

**KEY-WORDS:** Graduate Education. World Bank. Development. Dominance International Organisms. Power.

*Aos universitários que querem mudar o futuro do  
Brasil dependente.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma tarefa que pode nos colocar em maus lençóis, pois é bem possível esquecer alguém e, portanto, causar um ressentimento. Por essa razão já inicio esses agradecimentos pedindo desculpas àqueles que não mencionei, não ignorando porém sua importância, nesse processo de construção acadêmica.

Agradeço a Deus e a Jesus por terem me dado a possibilidade de entender um pouco da vida, aprender com meus semelhantes e evoluir na caminhada espiritual.

Agradeço a meus pais, Julio e Norma, por terem compreendido minhas pretensões, permitindo que eu realizasse esse grande objetivo, por suprirem a minha ausência e com doçura e rigidez terem cobrado-me um resultado.

Agradeço a minha irmã Luciana que para mim é como se uma filha fosse, e ao seu namorado Carlos Alberto (Beto) pelos ótimos momentos de diálogo e piadas que me fizeram descontraír.

Agradeço ao meu avô e minha avó (*in memoriam*) que dentro de suas simplicidades souberam me abraçar e confortar quando foi preciso.

Agradeço ao grande homem da minha vida, Túlio, que sempre esteve ao meu lado. Mesmo nos momentos em que eu não estive ao seu lado, me respeitou e acreditou no meu objetivo. Talvez eu nunca possa retribuir sua dedicação, mas ele terá sempre meu amor e respeito.

Agradeço ao meu sogro, sogra e familiares, por terem entendido minha opção e apoiado a decisão de “abandonar” temporariamente o filho e irmão deles.

Agradeço a Dona Carolina que cuida da minha casa, das minhas coisas, do meu cachorro enquanto eu estou ausente.

Às minhas colegas de curso, e em especial a Fabiana, a Patrícia e a Paula que me acolheram em suas casas, durante minha estada em Florianópolis. Deram-me mais que uma cama, ouvido e conselhos nas intermináveis delimitações de tema.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Professor Christian, que me apresentou a obra de Pierre Bourdieu e com sua dedicação, paciência e severidade indicou o melhor caminho a seguir. Obrigada por acreditar em mim.

Agradeço aos meus alunos do curso de Direito da UNIPLAC, maior incentivo na consecução desse trabalho.

Agradeço à Prof<sup>a</sup>. Msc. Sirlane Brüggemann, pela confiança em meu trabalho e por haver me iniciado na vida acadêmica. Mais que uma amiga, um exemplo.

Agradeço ao Professor Lintney Veiga, um incentivador desde sempre, um grande amigo nesse processo.

Agradeço ao Professor Maurício, pelas leituras e críticas deste trabalho que me permitiram enxergar além do texto.

Finalmente agradeço à Universidade do Planalto Catarinense, UNIPLAC e à Associação Catarinense das Fundações Educacionais, ACAFE, cujo suporte financeiro proporcionaram-me a conclusão desta pesquisa.

*A todos vocês, muito obrigada.....*

*Não devemos acreditar na maioria que diz que apenas as pessoas livres podem ser educadas, mas sim acreditar nos filósofos que dizem que só as pessoas educadas são livres.*

*Epictetus*

*Não podendo o legislador empregar nem a força nem o raciocínio, é uma necessidade que ele recorra a uma autoridade de outra ordem, que possa conduzir sem violência e persuadir sem convencer. Eis o que forçou em todos os tempos os chefes das nações a recorrer à intervenção do Céu.*

*J.J. Rousseau – O contrato social*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
1. BANCO MUNDIAL: ORIGEM E ATUAÇÃO NO CENÁRIO INTERNACIONAL E NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA .....	19
1.1 CRIAÇÃO DO BANCO MUNDIAL: ASPECTOS HISTÓRICOS RELEVANTES .....	20
1.1.1 Do padrão-ouro à hegemonia americana: a história pré <i>Bretton Woods</i> .....	20
1.1.2 Conferência de <i>Bretton Woods</i> : criação do Banco Mundial .....	23
1.1.2.1 Colisão de posições entre Estados Unidos e Grã-Bretanha .....	26
1.1.2.2 Criação do Banco Mundial .....	27
1.2 BANCO MUNDIAL: FINALIDADE, ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E TOMADA DE DECISÃO INTERNA .....	29
1.2.1 Finalidade do Banco Mundial .....	29
1.2.2 Estrutura do Grupo Banco Mundial .....	32
1.2.3 Composição do Banco Mundial .....	35
1.2.3.1 Os membros do Banco Mundial .....	35
1.2.4 Os órgãos do Banco Mundial .....	37
1.2.5 Tomada de decisão interna do Banco Mundial .....	40
1.3 FORMA DE ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL .....	41
1.3.1 Dos Projetos aos Programas de ajuste estrutural: os Banco e a redefinição de sua base de atuação .....	41
1.3.1.1 As políticas de ajuste .....	43
1.3.2 As Estratégias de Assistência ao País (CAS) .....	45
1.3.3 Os empréstimos concedidos pelo Banco: formas e modalidades .....	47
1.4 O BIRD E A EDUCAÇÃO: CONCEPÇÃO E ATUAÇÃO NO BRASIL ...	51
1.4.1 A Concepção do BIRD sobre educação .....	51
1.4.1.1 O Ensino básico como estratégia para o desenvolvimento .....	54
1.4.2 Atuação do BIRD na educação brasileira .....	56
1.4.2.1 CAS 2000: educação .....	56
1.4.2.2 CAS 2004: educação .....	60
2. EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL APÓS 1988: AS METAS DO BANCO MUNDIAL, A LEGISLAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	64
2.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONCEPÇÃO, IMPORTÂNCIA FUNÇÃO E DIMENSÃO PARA O SÉCULO XXI – breves apontamentos .....	66
2.1.1 A criação e o desenvolvimento das IES no Brasil .....	67
2.1.2 A importância e a Função das IES no século XXI .....	71

2.2 AS ESTRATÉGIAS DO BANCO MUNDIAL PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR .....	78
2.2.1 O Ensino Superior na visão do Banco Mundial entre 1994 e 2003 .....	78
2.2.1.1 O posicionamento do Banco em 1994 .....	79
2.2.1.2 O posicionamento do Banco em 1998 .....	81
2.2.1.3 O posicionamento do Banco em 2000 .....	83
2.2.1.4 O posicionamento do Banco em 2003 .....	85
2.2.3 As estratégias e metas para o Brasil: CAS 2000 e 2004 .....	93
2.3 A INFLUÊNCIA DAS ESTRATÉGIAS DO BANCO MUNDIAL NO SISTEMA EDUCACIONAL SUPERIOR NO BRASIL .....	96
2.3.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96 .....	98
2.3.2 Decreto lei 3860/01 .....	102
2.3.3 O Plano Nacional de Educação (PNE) .....	104
2.4 REFLEXOS DA INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL NO ENSINO SUPEIOR BRASILEIRO A PARTIR DE 2000: um olhar sobre os Cursos de Direito no Brasil .....	110
2.4.1 Os reflexos para os cursos jurídicos .....	112
3. A EDUCAÇÃO DO BRASIL PELA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: A ADESÃO DOS PADRÕES ALHEIOS PARA GARANTIR A ALIENAÇÃO .....	121
3.1 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: considerações sobre o campo ....	123
3.2 EXPLICAÇÃO DOS ELEMENTOS DA TEORIA .....	128
3.2.1 Noção de campo e <i>habitus</i> .....	130
3.2.2 O poder e a violência simbólica .....	133
3.3 VERDADEIRAS FUNÇÕES DO BANCO MUNDIAL .....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	147
REFERÊNCIAS .....	154
ANEXOS .....	155
ANEXO A – ORGANOGRAMA DO BANCO MUNDIAL .....	156
ANEXO B – RELAÇÕES DE CURSOS JURÍDICOS QUE RECEBERAM O SELO “OAB RECOMENDA” EM 2003 .....	157
ANEXO C – ESTATUTO DO BANCO MUNDIAL – DECRETO LEI 21177/46 .....	161

## INTRODUÇÃO

No mundo há um discurso predominante legitimador do processo de globalização, que por sua vez está associado ao projeto e a ideologia neoliberal que pressupõe uma política de mercado como cerne central de seu sistema de idéias tornando-se evidente sua influência e contrariando o capitalismo de bem-estar onde o controle do mercado e das empresas estaria sob responsabilidade do Estado.

Atualmente está presente também a evolução e protagonismo de outros atores nas Relações Internacionais, dentre os quais pode-se destacar os organismos internacionais que, desde 1949, são reconhecidos pela Organização das Nações Unidas como sujeitos de Direito Internacional, o que cria e delimita um novo foro de embate e disputas pelo poder, que agora deixa de estar atrelado ao espaço estatal e toma novas proporções.

Nesse contexto surge o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), criado em 1944 através da Conferência de *Bretton Woods*, conhecido desde 1955 como Banco Mundial, que inicialmente contou com a participação de 44 países e atualmente tem em seu quadro 184 membros.

Originalmente o Banco tinha por objetivo auxiliar na reconstrução das economias devastadas pela 2ª Guerra mundial, mas com a dinâmica do mercado financeiro internacional acabou mudando seu marco de atuação e passou a atuar em projetos e programas que visassem o desenvolvimento e o crescimento dos países membros.

A partir dessa mudança no marco de atuação o Banco passou a financiar projetos dos países membros, ligados a diversas áreas, tais como: saúde, educação, investimentos, meio ambiente, dentre outras.

O Grupo Banco Mundial conta com instituições que auxiliam na consecução dos seus objetivos fornecendo empréstimos com juros mais baixos que os praticados pelo BIRD, além de criarem um ambiente mais seguro para os investidores estrangeiros nos países em desenvolvimento.

Internamente o Banco possui diversos órgãos deliberativos, dentre os quais merecem destaque: a Junta de Governadores, Diretoria Executiva e a Presidência. A forma de tomada de decisão nesses órgãos é por votação, onde o número de quotas de cada membro determina a quantidade de votos que possui.

O Banco atua nos países membros através de programas de ajuste estrutural e/ou projetos, financiando parte deles, ou prestando assessoria consultiva nas suas áreas de ação, em especial na educação.

A visão do Banco na área educacional é pautada por uma concepção economicista, indo além de relações básicas como a de custo e benefícios, adotando a concorrência dos sistemas educacionais, o individualismo, e relacionando a redução da qualidade de vida com índices de renda.

O Brasil é um dos 184 membros do Banco Mundial com o qual firma diversos e sistemáticos acordos, principalmente na área da educação que é uma das prioridades do Banco no país.

Na educação superior o Banco mantém sua visão econômica defendendo a diversificação de instituições, a autonomia das Universidades, a flexibilização dos regulamentos nacionais e a minimização do papel do Estado.

Por ser o ensino superior um importante meio para o desenvolvimento nacional. Partindo de uma concepção que entende ser esse nível de ensino responsável pela edificação dos cidadãos, criação e socialização do conhecimento, essa pesquisa se propõe a demonstrar quais as a influência que as políticas do

Banco Mundial têm sobre esse setor no Brasil e em nome de quem o Banco vem atuando.

Estudar sobre o tema torna-se difícil tarefa, pois, apesar de haverem alguns escritos nos manuais de Direito Internacional Público, eles são superficiais e pouco contribuem para a edificação de um pensamento crítico.

Há também uma ausência de estudos específicos e aprofundados sobre o Banco Mundial no campo das Relações Internacionais brasileiras, apesar do muito já escrito na área da educação que conta com uma visão pontual sobre o ensino.

Além disso, verifica-se um vácuo entre os paradigmas das Relações Internacionais – realismo, dependência e interdependência - que se propõem a explicar a atuação das nações e de outros atores no cenário mundial, dada que esses paradigmas não dão conta de esclarecer os fatos presenciados atualmente no campo internacional.

Considerando todos esses aspectos e por compreender, a partir da vivência em sala de aula, que o superior hoje enfrenta uma crise que está na iminência de perder suas características de bem público e crescendo cada vez mais sem controle, o que leva a concorrência desleal entre Instituições e um decréscimo na qualidade é que esse estudo foi construído.

Ainda em fase de projeto haviam dois problemas esperando resposta:

a) Os programas implementados pelo Banco Mundial no Brasil a partir de 1994 influenciaram a política e a legislação do ensino superior?

b) Quais os reflexos dessas influências nos cursos de Direito?

A partir deles foi construída a hipótese de investigação - resposta provisória para o problema - a saber: Os programas implementados pelo Banco Mundial no Brasil a partir de 1994, coincidem com o texto legislativo nacional sobre

educação superior e são responsáveis pela proliferação das Instituições de Ensino Superior de modo geral e mais especificamente dos os Cursos de Direito.

A pesquisa teve como objetivo principal investigar as influências do Banco Mundial na educação superior no Brasil e como desdobramento desse objetivo pretendeu-se ainda:

a) Verificar se a partir da estrutura deliberativa do Banco Mundial, é possível se afirmar que ele serve como autoridade legitimadora da ação de países dominantes;

b) Analisar a evolução na legislação de na política do ensino superior no Brasil a partir de 1994; e

c) Confrontar as mudanças legislativas e políticas no ensino superior com os programas do Banco Mundial na área educacional para o Brasil, apontando as semelhanças e comprovando finalmente a hipótese de investigação.

No primeiro capítulo será apresentando o Banco Mundial em seus aspectos relevantes, bem como sua concepção sobre educação e atuação nesse setor no Brasil.

Para isso utilizou-se um raciocínio dedutivo, partindo-se de uma abordagem histórica, baseada em textos doutrinários, para posteriormente investigar o Estatuto do Banco, os documentos sobre educação e os acordos firmados com o Brasil.

No segundo capítulo esteve sob análise a Educação Superior, sua dimensão e função no século XXI, especialmente no Brasil, para posteriormente trazer as “recomendações” do Banco para o setor a partir de 1994 e compara-las com a legislação nacional sobre o tema, a fim de verificar as semelhanças entre as

sugestões do BIRD e as políticas nacionais e apontar através de dados do governo brasileiro quais os reflexos dessa interferência para os cursos de direito.

Dentro dessa proposta foram analisados documentos oficiais do Banco - disponíveis na internet – e o texto da legislação brasileira sobre o assunto, partindo da Constituição de 1988, até o Plano Nacional de Educação publicado em 2001.

Feita a apresentação dos fatos buscou-se dentro de uma corrente teórica as explicações. Então, no terceiro capítulo a teoria foi apresentada e aplicada ao fenômeno descrito nos capítulos anteriores o que permitiu comprovar a hipótese de trabalho.

A construção desse capítulo se guiou por duas perguntas (a) Por que o Brasil segue como membro do e firmando acordos com o BIRD? (b) Qual a verdadeira função do Banco Mundial no cenário internacional? Então, para entender a relação entre o Brasil e o Banco Mundial e identificar sua verdadeira função do BIRD diante da realidade do ensino superior brasileiro buscou-se aporte teórico em Pierre Bourdieu, mais precisamente nas suas explicações sobre o relacionamento dos agentes dentro do campo social e o poder e a violência simbólica.

Cumprir destacar que o terceiro capítulo foi estruturado a partir dos anteriores e de um breve contexto das relações internacionais atuais, seus atores e a dinâmica de poder. A partir disso a teoria foi apresentada e relacionada com as análises prévias, pelo que se optou por manter o capítulo teórico como finalizador nesse trabalho, por acreditar que depois de apresentados os fatos a teoria de base será melhor compreendida pelos leitores.

Vale ressaltar que dado o vácuo nos paradigmas disponíveis, a teoria utilizada foi escrita para a educação, mas como trabalha com categorias importantes

de relações sociais e de poder entende-se ser perfeitamente aplicável as Relações Internacionais.

Dentro desse plano de exposição recomenda-se que o leitor siga a ordem sugerida através da divisão dos capítulos para poder compreender as conclusões do trabalho.

## 1. BANCO MUNDIAL: ORIGEM E ATUAÇÃO NO CENÁRIO INTERNACIONAL E NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O Banco Interamericano para Reconstrução e desenvolvimento (BIRD), conhecido desde 1955 como Banco Mundial – denominação dada pela imprensa anglo-saxônica – é criado em 1944 através da Conferência de *Bretton Woods* e nessa época, conta com a participação de 44 países. Sua sede é no país membro que possui o maior número de quotas – atualmente os Estados Unidos.

Originalmente tem por objetivo auxiliar na reconstrução das economias devastadas pela 2ª Guerra mundial, mas com a dinâmica do mercado financeiro internacional o Banco acaba mudando seu marco de atuação e passou a atuar em projetos e programas que visem o desenvolvimento e o crescimento dos países membros. A partir dessa mudança no marco de atuação o Banco passou a financiar projetos ligados a diversas áreas dos países membros, tais como: saúde, educação, investimentos, meio ambiente, dentre outras.

O Brasil é um dos 184 membros do Banco Mundial, com o qual firma diversos e sistemáticos acordos. A área da educação, uma das prioridades do Banco no Brasil, constitui esse capítulo que num estudo detalhado discorre sobre a história de criação, a finalidade, a estrutura deliberativa do BIRD, sua forma de atuação e a concepção que tem sobre educação. Analisando, ainda, as recomendações do Banco para o Brasil no setor educacional nos dois últimos documentos de assistência ao país.

Uma pesquisa com essa proposta se faz necessária para atingir o objetivo maior do trabalho – verificar as influências do BIRD na educação superior brasileira- e será

iniciada, neste capítulo, tomando por base o ANEXO B da Ata final da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas(1944), Estatuto do Banco Mundial, incorporada à legislação brasileira pelo decreto 21177/46.

Interessa destacar que a construção deste capítulo se deu de modo dedutivo, partindo-se da evolução histórica do Banco para demonstrar a concepção e a forma de atuação na educação. As análises feitas tomam por base documentos oficiais do Banco e a reflexão de alguns doutrinadores sobre o tema.

## 1.1 CRIAÇÃO DO BANCO MUNDIAL: ASPECTOS HISTÓRICOS RELEVANTES

### 1.1.1 Do padrão-ouro à hegemonia americana: a história pré-*Bretton Woods*

Uma retrospectiva histórica da criação dos dois organismos internacionais de maior controle do sistema financeiro mundial não pode deixar de mencionar o funcionamento do padrão ouro<sup>1</sup>, entre 1870 e 1914, e no período entre guerras.

O padrão ouro foi adotado pela legislação bancária inglesa em 1821, expande para todo o mundo haja vista que a maioria dos países o implantaram, ainda que tardiamente e de modo muito semelhante.<sup>2</sup>

Com relação à adoção do padrão ouro, LICHTENSZTEJN afirma que “nos países periféricos ou subdesenvolvidos, esse tipo de fenômeno ocorreu paralelamente aos ciclos depressivos no seu comércio exterior e à queda de preços das suas matérias-primas e do recolhimento de impostos”.<sup>3</sup> Com o passar do tempo e com

---

<sup>1</sup> O padrão ouro representa um conjunto de regras relativas à criação e à circulação do dinheiro nos países e no âmbito internacional.

<sup>2</sup> LICHTENSZTEJN, Samuel; BAER, Mônica. **Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 19.

<sup>3</sup>. LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p. 19

a incapacidade de muitos países em manter a convertibilidade ou o pagamento das suas transações em ouro, esse padrão vai cedendo espaço para a libra esterlina que assume a característica de moeda de reserva, reforçando a hegemonia inglesa no cenário internacional. “Ao regular a liquidez e o movimento de capitais, a Grã-Bretanha era certamente o administrador do padrão monetário internacional, em função do seu comércio exterior, de suas políticas financeiras e do claro predomínio de sua rede bancária”.<sup>4</sup>

Com o acontecimento da I Guerra Mundial, que tem como uma de suas causas a redefinição da estrutura econômica internacional, a Grã-Bretanha perde competitividade para as economias americana e alemã. Durante o conflito o padrão -ouro fica suspenso, e os bancos ingleses perdem espaço para as instituições financeiras da França e dos Estados Unidos.

TELLO ao explicar o momento histórico vivido na Europa, no período pré-guerra, afirma que ao verificar que nenhum país consegue a hegemonia no continente europeu o equilíbrio é cada vez mais evocado para manter a paz e serve de base para vários acordos internacionais. Esse equilíbrio, representado por uma balança, tem a Inglaterra como fiel, e coloca seu peso do lado mais fraco. Os pilares desse raciocínio de equilibram-se na idéia de que a Europa é o centro do mundo e, portanto, se ela estiver em paz o mundo todo estará. Há dois tipos de poder: “uns que podiam aspirar a dominar os restantes, e outros, aparentemente menores, que estavam numa posição especial, que os levava a desejar o equilíbrio do continente e atuar nesse sentido”.<sup>5</sup>

No período entre as duas guerras mundiais, os impactos negativos em termos de redução do bem-estar, provocados pelas políticas protecionistas, mantêm-se bastante visíveis. Nos anos 30 foram, marcados pela escassa cooperação entre

---

<sup>4</sup> LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p. 21

<sup>5</sup> TELO, Antônio José. **Do Tratado de Tordesilhas à Guerra Fria**: reflexões sobre o sistema mundial. Blumenau:FURB, 1996. p. 56

as nações, sobretudo no que se refere às trocas de comércio, predominam as guerras comerciais, baseadas em desvalorizações cambiais competitivas e na imposição de barreiras às importações.

Os Estados Unidos, que emergem ao final da I Grande Guerra como a nova potência mundial, recusam a participar dos esforços para a retomada do processo de liberalização do comércio internacional e de integração da economia mundial. Assumem um comportamento acentuadamente protecionista, aumentando suas tarifas aduaneiras, fato que leva seus parceiros a impor restrições comerciais retaliatórias e a desvalorizar suas moedas.

...O surgimento de uma nova potência(Estados Unidos) e de um novo mercado (Nova York) [...] modificou a direção dos movimentos de ouro e dos capitais financeiros. A criação do Sistema Federal de Reserva(*federal Act* de 1913), a aprovação do *Agreement Corporations*(1916) e o *Edge Act* (1919) concederam, além disso, o apoio institucional necessário para impulsionar a internacionalização bancária norte-americana. Seu sistema financeiro passou assim de importador a exportador líquido de capitais<sup>6</sup>.

O padrão ouro rompe-se e diversas áreas comerciais e monetárias bilaterais são formadas, fazendo com que os países mantenham reservas em moedas estrangeiras, o que causa uma diversidade de procedimento, apesar do ouro ser considerado a moeda mundial por excelência. Ainda, assim, o cenário monetário da época apresenta-se heterogêneo, o comércio estava em recessão e não havia uma hegemonia completamente definida.

Importa destacar que as maiores nações européias passam a firmar entre si e com os Estados Unidos vários acordos comerciais bilaterais. Nesse processo, a França ocupa um papel destacado ao difundir a utilização da cláusula de nação

---

<sup>6</sup> LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p. 22

mais favorecida, que lhe permite beneficiar com as condições mais favoráveis acertadas entre um parceiro e algum terceiro Estado.

Com a eclosão da II Guerra Mundial e com a concretização da Conferência de *Bretton Woods*, pouco antes de terminar o conflito bélico, os Estados Unidos consolidam seu predomínio iniciado no princípio do século com o capital industrial seguro e em expansão, pois:

Contava não apenas com uma grande capacidade produtiva instalada, como também tornava a concentrar em seu poder grandes reservas auríferas (dentro das quais cabe assinalar as resultantes das fugas de capitais europeus, antes e durante a conflagração mundial). Suas reservas de ouro eram, em 1928, 55% das registradas ao nível mundial, logo após a guerra as mesmas encontravam-se ao nível de 70%.<sup>7</sup>

Ao final desse conflito, a postura norte-americana é bastante distinta daquela adotada após a I Guerra Mundial. Temendo a repetição da guerra comercial dos anos 30 e conscientes de que negociações bilaterais por si só não são suficientes para garantir a cooperação em nível mundial, nem os mercados para seus produtos manufaturados, assumem a liderança da liberalização multilateral comercial e financeira.

#### 1.1.2 Conferência de *Bretton Woods*: criação do Banco Mundial

Por meio de um convite extra-oficial de Morgenthau (Secretário de Estado Norte-Americano) depois ratificado por Roosevelt, a Conferência de *Bretton Woods*, como já assinalado, ocorre no final da II Guerra Mundial, em 1º de julho de 1944, na cidade de *New Hampshire*, Estados Unidos, por ocasião da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas.

---

<sup>7</sup> LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p. 25.

Nesse encontro cria-se o Fundo Monetário Internacional(FMI) e o Banco Mundial que compõem hoje o sistema financeiro mundial e caracterizam-se como as duas maiores instituições internacionais do capitalismo moderno transnacional<sup>8</sup>.

Esse acontecimento reforça a supremacia norte-americana em relação aos demais países centrais e ainda “gerou um código de conduta para as políticas econômicas dos países com problemas no balanço de pagamento e institucionalizou diversas modalidades de empréstimos e mediação financeira entre os organismos criados, os governos nacionais e o sistema de bancos privados internacionais”.<sup>9</sup>

Sobre a questão centro-periferia vale lembrar a teoria da dependência, tomando por base as obras de Fernando Henrique Cardoso e Raul Prébisch. Para essa teoria, na perspectiva do livre comércio, fundada nas idéias de David Ricardo, cada país deve se especializar nos produtos que melhor tem condições de produzir, e, então, trocá-los com os outros países, alcançando competitividade no mercado internacional. Porém, sabe-se que os valores de troca dos produtos não são iguais, fazendo com que os países que se especializem em produtos agrícolas e matérias-primas saíam em desvantagem. Além do valor de troca dos produtos, aqueles países produtores de mercadorias básicas não têm acesso à tecnologia, dependendo exclusivamente dos países centrais. Sendo essa a realidade, na época do surgimento dos estudos da dependência, a noção de centro-periferia é criada para explicar o fenômeno e caracterizar os países.

As nações centrais podem ser identificadas como altamente desenvolvidas, possuidoras de uma superioridade econômica, política e tecnológica, organizadoras do sistema internacional, e exportadoras de produtos manufaturados.

---

<sup>8</sup> Sobre isso ver: LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p. 14. E MELLO, Celso D. Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 690. v.1.

<sup>9</sup> LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p. 25

Já os países periféricos são aqueles não desenvolvidos, com grande população e território com capacidade para produção e um mercado interno insignificante<sup>10</sup>.

Importa ressaltar que, além dos países de centro terem a possibilidade de efetuar trocas entre si, os financiamentos do setor produtivo nesses países são oriundos do mercado interno. Já os países periféricos dependem do comércio com o centro e os financiamentos são de origem externa, mais precisamente do centro, o que os leva ao endividamento crescente, possuindo um balanço de pagamentos deficitário.

Por essa necessidade de captar financiamentos no exterior, os países dependentes permitem a interferência dos países do centro (possuidores do capital) em diversos setores internos, por exemplo, a esfera política, levando a um ciclo contínuo de dependência, nos mais diversos níveis.<sup>11</sup>

Voltando a analisar a Conferência de *Bretton Woods*, interessa lembrar que os princípios que a norteiam, refletem uma reação às políticas bilaterais e protecionistas e aos processos especulativos que seguem o primeiro pós-guerra. Como resposta a esse estado de coisas cria-se um sistema capaz de promover e restabelecer o movimento de mercadorias e de capitais, livre e multilateral.

Faz-se presente também, em *Bretton Woods* a intenção de se criar um organismo que regule o comércio mundial, porém naquela época o intento não obtem êxito, haja vista que o cenário político interno norte americano impede sua aprovação, permitindo apenas a criação de um Acordo de Tarifas e Comércio(GATT), que posteriormente dá origem à OMC<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Nesse sentido ver GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. 2001, p. 19

<sup>11</sup> Sobre isso ver: CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: ZAHAR. 1981.

<sup>12</sup> Sobre isso ver: BARRAL, Welber. **O Brasil e a OMC**. 2. ed.. Curitiba: Aduaneiras, 2001, p. 31.

### 1.1.2.1 Colisão de posições entre Estados Unidos e Grã-Bretanha

Na Conferência de *Bretton Woods* fica clara a colisão de posições entre Ingleses e Norte-Americanos, sendo que Keynes representando o Ministério da Fazenda Britânico e White como técnico do tesouro norte-americano encarnam os interesses desses dois principais atores, apresentando planos que levam os seus nomes. É adotado o plano White que cria obrigações e condições concretas de ajuste para os países deficitários. Interessa destacar que o plano Keynes busca impedir a supremacia do dólar, na medida em que firma resistência à proposta de que as moedas nacionais constituam base para o padrão monetário.

Segundo LICHTENSZTEJN, “desta forma, os Estados Unidos ficaram desde o início a salvo de prestar contas de suas políticas econômicas, enquanto todo o peso dos ajustes, geralmente depressivos, era descarregado sobre os países que recorressem ao apoio do FMI por problemas derivados do déficit na balança de pagamentos”.<sup>13</sup>

“... A Grã-Bretanha e os países europeus em geral procuravam estabilizar suas destroçadas balanças de pagamento, ao mesmo tempo evitando uma aguda depressão econômica interna, os Estados Unidos pretendiam consolidar o seu poderio econômico financeiro sem deixar de compatibilizar esse propósito com sua assistência à reconstrução européia”<sup>14</sup>.

A Inglaterra não consegue impor sua posição, baseada no plano de Keynes, fazendo com que *Bretton Woods* torne-se um triunfo total do poder dominante dos Estados Unidos expresso no plano White, ou seja, acontece um quadro ilusório de cooperação mundial, onde o ouro é restabelecido como moeda de

---

<sup>13</sup> LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p. 31.

<sup>14</sup> LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p. 35

reserva. Desse modo proporciona um privilégio incomensurável aos Estados Unidos – único país em condições de manter a convertibilidade - que elevou o dólar à condição de moeda de reserva obrigatória no sistema financeiro internacional, institucionalizando o padrão ouro-dólar. Assim, após três semanas de negociações, estão terminados os Estatutos definitivos do FMI e o BIRD, que são submetidos à aprovação dos 44 representantes<sup>15</sup> dos países participantes.

Para esse trabalho interessa apenas a criação do BIRD, mas como as duas instituições, FMI e BIRD, são parte de um mesmo projeto/acordo, vale ressaltar que o propósito do FMI é promover a estabilização das moedas em nível internacional, proporcionando uma ajuda destinada ao financiamento dos déficits temporários dos balanços de pagamentos, e estimulando a eliminação progressiva das restrições cambiais, assim como a observância de normas internacionais de gestão financeira geralmente aceitas<sup>16</sup>.

#### 1.1.2.2 Criação do Banco Mundial

Na Conferência de *Bretton Woods*, o projeto de criação do Banco Mundial é aprovado pelos 44 países que se fazem presentes. Para KOUMÉ

A criação do Banco Mundial[...] foi a concretização de um projeto maduramente elaborado durante alguns anos; [...]os especialistas [...]das nações aliadas aos Estados Unidos[...]deram-se conta de que não somente seria necessário realizar a tarefa de socorro imediato e de reconstrução material das economias destruídas pela guerra, como também da necessidade de promover a expansão[...]da produção e do emprego e de resolver os problemas de intercâmbio e de consumo.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> Atualmente o banco conta com a participação de 184 membros. Para verificar a lista nominal dos países membros acessar: <http://www.bancomundial.org.br/>. Acesso em 14 de jan. de 2004.

<sup>16</sup> Sobre isso ver KOUMÉ, Paul. **Bancos de desenvolvimento: o Banco Mundial e a experiência brasileira**, São Paulo. 1979.

<sup>17</sup> KOUMÉ, 1979, p. 29.

MELLO destaca que o Banco Mundial “ é um projeto essencialmente dos EUA. Na sua origem a finalidade era apoiar a UNRRA e conceder empréstimos rentáveis. Foram os latino-americanos, em Bretton Woods, que reivindicaram que o Banco visasse um programa de desenvolvimento.”<sup>18</sup>

Importa ressaltar que em *Bretton Woods* os maiores debates residiram sobre a criação do FMI. O BIRD, apesar dos obstáculos interpostos por banqueiros norte-americanos que justificam sua preocupação com base nas acidentadas experiências do *Bank of International Settlements* e do *Inter-American Bank*, apóia seu consenso em três grandes premissas:

1) o Banco Mundial não seria uma peça importante do sistema monetário internacional no pós-guerra; 2) a Grã-Bretanha e outros importantes fundadores não discutiram absolutamente a autoridade dos Estados Unidos sobre seu funcionamento; 3) desde o início, reconheceu-se a influência do mercado financeiro dos Estados Unidos na provisão de fundos do Banco e, como consequência disso, deu-se direta ingerência na sua direção a banqueiros desse país.<sup>19</sup>

Diante disso, e sabendo que os debates firmam apenas sobre a atuação do BIRD, pode-se concluir e reforçar que *Bretton Woods* reorganiza o sistema monetário internacional com base no poder econômico, financeiro e político dos Estados Unidos, cuja hegemonia política e monetária estende-se mundialmente.

Acompanhando o pensamento de Samuel LICHTENSZTEJN é correto afirmar que tanto o Fundo Monetário Internacional como o Banco Mundial são mais que reguladores do sistema financeiro mundial, são instrumentos de dominação

---

<sup>18</sup> MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 689. v.1.

<sup>19</sup> LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p. 39

americana, legitimados por manter as características de instituições/organismos de cooperação multilateral.<sup>20</sup>

## 1.2 BANCO MUNDIAL: FINALIDADE, ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E TOMADA DE DECISÃO INTERNA

### 1.2.1 Finalidade do Banco Mundial

Conforme se depreende do artigo I do Estatuto<sup>21</sup> de Criação do BIRD, as finalidades do Banco são:

I) auxiliar a reconstrução e o desenvolvimento dos territórios membros[...] inclusive a restauração das economias destruídas ou desarticuladas pela guerra;

II) promover a inversão de capitais particulares estrangeiros mediante garantias ou participação nos empréstimos feitos por bancos particulares;

III) promover a expansão equilibrada do comércio internacional em longo prazo e a manutenção do equilíbrio nas balanças de pagamentos[...], auxiliando a elevação da produtividade, do padrão de vida e das condições de trabalho nos respectivos territórios;

IV) [...] colaborar na realização de uma transição metódica do regime de guerra para o de paz.

Com o passar dos anos, e considerando a escassa participação do Banco na real reconstrução das economias devastadas pela guerra, vez que o plano Marshall empresta US\$ 46,8 bilhões para auxiliar na reconstrução europeia, enquanto o

---

<sup>20</sup> Essa afirmação será comprovada nos itens posteriores onde serão analisados a estrutura e os mecanismos de funcionamento do Banco, e no último capítulo quando a teoria dará conta de explicar essa constatação.

<sup>21</sup> Ver no Brasil o Decreto n. 21177 de 27 de maio de 1946, que incorporou o estatuto do BIRD.

Banco Mundial empresta menos de US\$ 800 milhões até 1954<sup>22</sup>, os objetivos do BIRD foram direciona-se para a prestação de auxílio monetário e consultivo aos países em desenvolvimento.

O documento marco dessa mudança, o *Partners in Development*, mais conhecido como Relatório Pearson “preveniui quanto à necessidade de redefinir as funções do Banco e torna-las mais atentas aos desequilíbrios sociais internos e à marcha da economia internacional”<sup>23</sup>.

Dessa forma, e mesmo com a resistência inicial articulada por alguns países que acusam o Banco de estar defendendo o socialismo e não cumprindo com suas tarefas<sup>24</sup>, o BIRD assume, então, o compromisso formal com os países em desenvolvimento, comprometendo-se a auxiliá-los na redução da pobreza, nos ajustes estruturais públicos e na satisfação das necessidades básicas.

Nessa época e comprometido a dar ao BIRD maior notoriedade internacional, o presidente do Banco Robert McNamara nomeia Willy Brandt para formular um programa capaz de promover a integração e o diálogo entre as economias dos países do norte e do sul.

Esse programa gera um relatório, Relatório Brand<sup>25</sup>, que acata formalmente algumas pretensões dos países em desenvolvimento(sul). Nele predominam os interesses dos países desenvolvidos(norte). Segundo ARRIOLA tal programa propõe:

---

<sup>22</sup> Sobre isso ver LICHTENSZEJN, 1985, p. 140. E CHOMSKY, Noam. **O que o Tio Sam realmente quer, 1999.**

<sup>23</sup> LICHTENSZEJN; BAER, 1987, p. 142

<sup>24</sup> Por ocasião do Primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento emitido pelo Banco(1979), o BIRD foi acusado por banqueiros internacionais e de promover o socialismo, acusação encampada pelo governo norte americano na época(Reagan) e por outros países desenvolvidos tais como: Grã-Bretanha, Alemanha e o Japão. Sobre isso ver: LICHTENSZEJN; BAER, 1985, p. 164)

<sup>25</sup> Afirmações feitas com base em ESTEVES, Jaime. La replica de los países desarrollados al nuevo orden económico internacional. El caso del Informe Brand. In: **Economía de América Latina**, n.5, México, CIDE, 1980.

A sobrevivência da ordem econômica transnacional, a idéia de interdependência que se vincula à necessidade de assegurar o acesso e o controle do comércio internacional em matéria de fornecimento de matérias-primas, e finalmente o conceito de segurança, que está relacionado com o estabelecimento de um clima mais propício aos investimentos privados estrangeiros.<sup>26</sup>

Assim o Banco Mundial assume um papel de peso no concerto internacional. Deixando de ser apenas um organismo multilateral para reconstruir economias capitalistas devastadas pela guerra, passando a assumir o papel de financiador e consultor de projetos para os países em desenvolvimento.

Adotando, então, uma concepção mais ampla sobre a pobreza, levando em conta aspectos sociais, políticos e regionais dos países membros, “o Banco assume responsabilidades globais[...] com os problemas de expansão dos capitais produtivo-financeiros internacionais e com uma estrutura desigual de poder no sistema de nações”.<sup>27</sup>

Em documentos oficiais o Banco Mundial explicita a nova responsabilidade assumida nos tempos atuais, qual seja:

O Banco Mundial é a maior fonte mundial de assistência para o desenvolvimento, proporcionando cerca de US\$ 30 bilhões anuais em empréstimos para seus países clientes. O Banco usa os seus recursos financeiros, o seu pessoal altamente treinado e sua ampla base de conhecimento para ajudar cada país em desenvolvimento numa trilha de crescimento estável, sustentável e equitativo. O objetivo principal é ajudar as pessoas mais pobres e os países mais pobres. [...] O Banco também ajuda os países a atrair e reter investimento privado. Com o apoio do Banco – tanto empréstimos como assessoramento – os governos estão reformando suas economias, fortalecendo sistemas bancários, e investindo em recursos humanos, infraestrutura e proteção ao meio ambiente, o que realça a atração e produtividade dos investimentos privados.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> ARIOLLA, Salvador. **El papel de las instituciones económicas internacionales**: el dialogo Norte-Sur, la estrategia de los países industrializados. Documento apresentado no seminário sobre políticas para o Desenvolvimento Latino Americano. CECADE, 1980, p. 19. Disponível em <<http://www.cepal.org>>. Acesso em 22 de dez. de 2003.

<sup>27</sup> ARIOLLA, 1980, p. 16-20.

<sup>28</sup> BANCO MUNDIAL. **Informações sobre as funções do Banco Mundial**. Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: 15 de nov. de 2003.

Apesar dessa mudança significativa no marco de atuação do BIRD, convém ressaltar que a vocação do Banco para garantir e promover o êxito do capitalismo mundial continua forte, haja vista que em todas as suas declarações e projetos as regras do mercado são defendidas e a idéia do neoliberalismo continua definidora das diversas ações<sup>29</sup>.

### 1.2.2 Estrutura do Grupo Banco Mundial

O Grupo Banco Mundial é composto por instituições/agências com estreita relação entre si e subordinadas à mesma presidência. Tais instituições possuem finalidades comuns àquelas destacadas no item anterior e orientam suas ações pelos princípios reguladores do Banco, priorizando os investimentos e a propagação da multilateralidade comercial<sup>30</sup>.

O surgimento dessas instituições deve-se ao fato do BIRD só poder conceder empréstimos garantidos por governos dos países membros e em moedas consideradas fortes, sendo necessário então a criação de meios para atuar diretamente com o investimento privado pela necessidade que o capital internacional tinha e tem de se expandir para novos mercados.

---

<sup>29</sup> Para comprovar essa afirmação ver: BANCO MUNDIAL. **Brasil:** justo, competitivo e sustentável – contribuições para o debate. Banco Mundial: Brasília,DF. 2002. Disponível em <<http://www.bancomunfial.org.br>> Acesso em: 18 de jan. de 2004.

<sup>30</sup> O Grupo Banco Mundial é composto pelo BIRD do qual já se tratou amplamente nos itens acima e seguirá sendo analisado, pela CFI, AID, MIGA e CIADI que serão detalhadas resumidamente neste item.

#### a) Corporação Financeira Internacional

Nesse contexto, em 20 de julho 1956 cria-se a Corporação Financeira Internacional(CFI) que começou a operar em 1961<sup>31</sup> e tem como função promover o crescimento dos países em desenvolvimento através do financiamento do setor privado e da assistência técnica aos governos e empresas.

A CFI firma parcerias com investidores privados, proporciona empréstimos e pode participar como acionária em negócios com os países em desenvolvimento. “Com a fundação da CFI, o Banco Mundial passa a aplicar uma modalidade diferente de transferência de recursos aos países subdesenvolvidos, já que além de empréstimos, a citada corporação realiza investimentos em ações, que posteriormente transfere à iniciativa privada”<sup>32</sup>.

Para MELLO, “sua finalidade é incrementar o desenvolvimento de empresas particulares nos Estados subdesenvolvidos. Ela não somente concede empréstimos, mas acima de tudo investe. Adota uma política de rotação na sua carteira. Fazendo a venda de suas inversões logo que os atrativos destas atraíam os investidores privados”.<sup>33</sup>

#### b) Associação Internacional de Desenvolvimento

Em 24 de setembro de 1960, outra instituição é criada e passa a compor o Grupo Banco Mundial. Trata-se da Associação Internacional de Desenvolvimento(AID) que trabalha com projetos que visam à redução da pobreza em países mais pobres, concedendo empréstimos sem juros e prestando serviços de consultoria<sup>34</sup>. Essa associação adquire seus recursos através de alguns fundos

---

<sup>31</sup> Reconhecida pelo Brasil em 31/12/56, quando o país se torna o 47º membro da Instituição.

<sup>32</sup> LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p. 153.

<sup>33</sup> MELLO, 2002, p. 691.

<sup>34</sup> A primeira atuação da AID foi em 11/05/1961 com a concessão de US\$ 9 milhões para Honduras.

transferidos do BIRD e principalmente da contribuição dos países desenvolvidos que com ouro ou moedas de conversão integram o capital subscrito AID.

Segundo MELLO essa instituição surge para atender ao desenvolvimento, haja vista os altos juros e as moedas fortes que compõem os empréstimos concedidos pelo BIRD. “Ela visa atender certas necessidades de desenvolvimento que não são rendosas o suficiente para se contrair empréstimos a curto prazo e a juros do mercado. [...] Suas finalidades são as seguintes: a) favorecer o desenvolvimento econômico; b) melhorar o nível de vida e c) aumentar a produtividade”.<sup>35</sup>

#### c) Centro Internacional para Arbitragem de Disputa sobre Investimentos

Em 14 de outubro de 1966, dada a atuação do BIRD na intermediação dos conflitos entre empresas estrangeiras e governos, apesar dessa não ser uma das funções/objetivos previstos nos Estatutos do Banco, constitui-se o Centro Internacional para Arbitragem de Disputa sobre Investimentos(CIADI) que tem por objetivo estabelecer regras de conduta entre investidores e governos, proporcionando instalações para resolução de conflito oriundos de investimentos, usando a conciliação ou a arbitragem como modo de solução de disputas.

#### d) Agência Multilateral de Garantia de Investimentos

A última instituição a compor o Grupo Banco Mundial data de 12 de abril de 1988.<sup>36</sup> Trata-se da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos(AMGI) que favorece os investimentos estrangeiros, nos países em desenvolvimento por meio de garantias aos investidores estrangeiros contra possíveis prejuízos causados por

---

O Brasil torna-se membro da AID em 15/03/1963.

<sup>35</sup> MELLO, 2002, p. 691.

<sup>36</sup> O Brasil torna-se membro da MIGA em 07/01/1993.

riscos não comerciais. Proporciona, ainda assistência técnica aos países para que divulguem informações sobre as oportunidades de investimento dentro dos seus territórios. A agência “cobre riscos referentes a: restrições à transferência e convertibilidade de moedas; perda de propriedade ou lucros[...]; rescisões de contratos, conflitos armados e distúrbios políticos.”<sup>37</sup>

Uma das grandes inovações trazidas pela AMGI é a possibilidade da co-participação de países em desenvolvimento na capital da seguradora e nas possíveis perdas que ela venha a suportar. Com isso “tiraria a proteção dos investimentos da delimitação política de interesses entre o Norte e o Sul e se constituiria na contenção psicopolítica para possíveis contravenções dos governos hóspedes aos acordos de proteção”<sup>38</sup>.

Outra novidade incorporada pela AMGI é a proteção dada a investidores nacionais que captam recursos no exterior ou empregam créditos no país nacional, invertendo a tendência à fuga de capitais das nações em desenvolvimento. Importa destacar que para participar das instituições que compõem o Grupo Banco Mundial é necessário fazer parte do BIRD e por consequência do Fundo Monetário Internacional, sendo exceção apenas o CIADI.

### 1.2.3 Composição do Banco Mundial

#### 1.2.3.1 Os membros do Banco Mundial

O Estatuto do Banco Mundial prevê, no seu artigo II alínea “a” que são membros fundadores do Banco os países que participam do Fundo Monetário

---

<sup>37</sup> LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p. 154

<sup>38</sup> LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p. 155

Internacional e que desejam participar do BIRD. A admissão de novos membros é facultada às condições estabelecidas pelo Banco em qualquer época<sup>39</sup>.

Os países dispostos a participarem como membros do BIRD têm que subscrever ações de capital do Banco, que totalizem US\$ 10 bilhões dividido em cem mil ações de valor nominal de US\$ 100 mil cada uma. No entanto, para integralizar o capital subscrito cada membro paga apenas 2% do valor de cada ação em dólar e o restante(18%) em moeda nacional. Os 80% faltantes são cobrados no momento em que o Banco necessite de capital para cumprir seus objetivos e devem ser pagos em dólar ou ouro ou ainda na moeda que o Banco tiver que honrar seus compromissos.<sup>40</sup>

Merece destaque o fato de que em 04/01/80 o capital do Banco é aumentado de US\$ 44 bilhões para US\$ 85 bilhões. Outro aumento de capital ocorre em 27/04/88 passando a totalizar US\$ 171,4 bilhões, sendo que em junho de 1994, pela primeira vez o desembolso líquido do Banco é negativo. Os diretores executivos propõem que garantias correntes sejam usadas como novos instrumentos operacionais do Banco<sup>41</sup>.

Na época de sua criação o Banco conta com a adesão de 44 países, dentre eles o Brasil, sendo que o Estado que mais subscreve ações é os Estados Unidos com um total de 3175(três mil cento e setenta e cinco), contra 105(cento e cinco) do Brasil.<sup>42</sup>

O Estatuto prevê ainda que caso um membro deixe de fazer parte do Fundo Monetário Internacional, tem que abandonar o BIRD, sendo que qualquer

---

<sup>39</sup> Atualmente para fazer parte do BIRD é necessário ser membro do FMI e integralizar cotas do Banco.

<sup>40</sup> Ver Estatuto do Banco artigo II e seções.

<sup>41</sup> Fonte: Banco Mundial, 2003. Disponível em [www.bancomundial.org.br](http://www.bancomundial.org.br).

<sup>42</sup> Sobre isso ver item 1.2.5 e sobre os membros ver nota 15 supra.

associado pode retirar-se, quando assim entender<sup>43</sup>. Não estando com isso exonerado das obrigações assumidas, sujeita-se, portanto, a subscrever os 80% das ações restantes da sua cota em razão de empréstimos ou garantias prestadas pelo Banco antes do seu desligamento.

#### 1.2.4 Os órgãos do Banco Mundial

O Banco Mundial é composto por três órgãos principais na tomada de decisão, a saber: Junta de Governadores; Presidência; Diretores Executivos<sup>44</sup>.

##### a) A Junta de Governadores

A Junta de Governadores é o órgão máximo de decisão do Banco composta por um governador e um suplente, representando cada um dos países membros<sup>45</sup> com mandato de 05 anos, sujeitos à vontade dos Estados que o indicam. Um dos governadores é indicado pela própria Junta para ser seu Presidente. As principais funções da Junta de Governadores, conforme previsto no artigo V, Seção 2, do Estatuto do Banco são: admitir novos membros; aumentar o capital do Banco; suspender algum membro; firmar cooperação com outras Organizações Internacionais e ainda determinar a distribuição da renda líquida do Banco.

---

<sup>43</sup> Baseado no direito à liberdade dos Estados, internacionalmente reconhecido pelo DIP e incorporado pelas Organizações Internacionais. Ver: MELLO, 2002, p. 467. No Estatuto ver artigo VI. Seção 1 e 3.

<sup>44</sup> Existem outros setores de trabalho dentro da Estrutura do Banco Mundial que conta atualmente com dez mil funcionários em todo o mundo. Ver anexo A deste trabalho – Organograma do Banco Mundial.

Ressalte-se que para essa pesquisa importam apenas as principais instâncias que já foram citadas. Interessa mencionar ainda que tais órgãos são comuns ao BIRD a AIF e CFI.

<sup>45</sup> O representante brasileiro na Junta de Governadores é o Ministro da Fazenda.

Para isso a Junta de Governadores se reúne anualmente, com a presença da maioria dos membros perfazendo 2/3 do total de votos válidos, sendo que nessas reuniões formais a Junta apenas ratifica propostas já elaboradas.<sup>46</sup>

A Junta de Governadores se equipara à Assembléia Geral que todos os Organismos Internacionais possuem, sendo que a principal diferença reside na forma e poder de voto.

#### b) A Diretoria Executiva

Outro órgão do Banco Mundial é a Diretoria Executiva ou Conselho de Administradores, composto por Diretores Executivos nomeados e eleitos pela Junta de Governadores, por um período de dois anos.

A Diretoria Executiva, responsável pelo funcionamento geral do Banco, reúne-se em sessão contínua na sede do BIRD. Para a tomada de decisão é exigida a metade dos votos possíveis, representada pelos diretores. Para LICHTENSZTEJN, “ o poder de decisão desses diretores executivos é muito menor que o imaginado, seja pelo prazo relativamente curto pelo qual normalmente são nomeados[...], seja porque somente têm informação sobre cada caso e carecem de uma visão de conjunto dos empréstimos.”<sup>47</sup>

Saliente-se que no estatuto original está previsto o total de doze diretores executivos, sendo cinco nomeados pelos membros com maior número de ações e os demais eleitos. A partir de 01 de novembro de 1992 a Diretoria executiva passa a contar com 24 diretores, mantendo a mesma forma de indicação.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> Conforme artigo V Seção 2 do Estatuto do Banco.

<sup>47</sup> LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p. 156

<sup>48</sup> No Estatuto original estava previsto o total de doze diretores executivos, sendo cinco nomeados pelos membros com maior número de ações e os demais eleitos. A partir de 01 de novembro de 1992 a Diretoria executiva passa a contar com 24 diretores, mantendo a mesma forma de indicação. Sobre isso ver: <[http:// www.bancomundial.org](http://www.bancomundial.org)> Acesso em: 15 de nov. de 2003.

c) O Presidente do Banco Mundial

O presidente do Banco é um dos três mais importantes órgãos, como já mencionado acima. No Estatuto<sup>49</sup> do Banco figura como Presidente dos Diretores Executivos, por esse nomeado, mas sua função é mais ampla, pois é o chefe do quadro de funcionários e responsável pela condução dos negócios do Banco, programando as diretrizes gerais e imprimindo características pessoais na gestão.

Importa destacar que desde 1946 até hoje todos os presidentes do Banco Mundial tem sido cidadãos norte-americanos, cinco dos quais estiveram estreitamente ligados a bancos privados dos Estados Unidos. Para Mello “ os presidentes são sempre norte-americanos e preponderantemente banqueiros”.<sup>50</sup>

LICHTENSZTEJN afirma que:

A propositura do candidato ao cargo de presidente tem que ser referendada pelo presidente dos Estados Unidos, pelo Departamento do Tesouro e por proeminentes membros da comunidade financeira deste país. Portanto, a nomeação, praticamente realizada pelas autoridades norte-americanas, garante, tanto ou mais que outros procedimentos ou mecanismos a consideração preferencial dos interesses do governo e dos bancos dos Estados Unidos.<sup>51</sup>

Atualmente não se pode assegurar uma plena identificação do presidente do Banco com o governo dos Estados Unidos, dada a existência de outras forças de orientação do poder no cenário internacional, embora haja ainda articulações e a presidência do BIRD continue nas mãos de cidadãos norte-americanos.

---

<sup>49</sup> Ver artigo V seção 5 do Estatuto. (Decreto n. 21177/46)

<sup>50</sup> MELLO, 2002, p. 690.

<sup>51</sup> LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p. 156.

### 1.2.5 Tomada de decisão interna do Banco Mundial

Por último resta analisar a forma como as decisões dentro do Banco, ou seja, na Junta de Governadores e na Diretoria Executiva, são tomadas e para isso merece destaque o texto do artigo V, Seção 3, do Estatuto do BIRD: “(a) Cada membro terá duzentos e cinqüenta votos mais um voto adicional por cada ação em seu poder. (b) Salvo os casos especificamente previstos, todas as questões apresentadas ao Banco serão resolvidas por uma maioria de votos”.

Dessa forma está claramente demonstrado que o país possuidor de maior número de ações, o que significa que tem maior poder econômico, tem ao mesmo tempo ampliada sua interferência nas decisões do BIRD. Com isso o Estatuto permite que um ou poucos países dominem as decisões e determinem como, quando e onde o Banco e suas agências devem atuar. Como exemplo pode-se citar que o poder de voto dos Estados Unidos é preponderante na AIF, especialmente na CFI, o que outorga a esse país um controle final sobre ambas as filiais do Banco, em virtude do comentado regime de maioria.<sup>52</sup>

Tendo em vista que esse sistema fundada-se no poder econômico dos membros, é razoável concluir que o Banco é um organismo a serviço dos países centrais, e portanto, sua atuação, mesmo se dando nos países em desenvolvimento, presta-se a garantir e firmar posições que assegurem hegemonia ou perpetuem o ciclo Norte-Sul vivido nas Relações Internacionais.

Ainda sobre a forma de decisão do Banco Mundial pode-se afirmar que:

são cinco os países que definem suas políticas: EUA, Japão, Alemanha, França e Reino Unido. Esses países participam com 38,2% dos recursos do Banco. Entre eles, os EUA detêm em torno de 20% dos recursos gerais e o Brasil aproximadamente 1,7%.[...] O Banco Mundial tem se constituído em auxiliar da política externa

---

<sup>52</sup> Ver LICHTENSZTEJNN; BAER, 1987, p. 157.

americana.[...] cada dólar que chega ao Banco Mundial mobiliza em torno de 1000 dólares na economia americana e cada dólar emprestado significa três dólares de retorno.<sup>53</sup>

Além de todo o quadro acima exposto é interessante destacar que a maioria dos recursos do Grupo Banco Mundial provêm dos Estados Unidos, que desde o início mantêm e integram por primeiro a maior parte do capital do Banco.

Em 1950 os recursos de origem norte americana chegam a 86,5% do total obtido pelo Banco. Assim, além de conseguir maioria de votos, esse país tem relativo domínio sobre a composição do quadro funcional do Banco que apesar de heterogênea continua sendo majoritariamente norte-americana, principalmente nos escalões superiores. Esse fato permite concluir que subsiste um poderoso controle político dos Estados Unidos em relação ao funcionamento e às orientações globais do Banco Mundial.<sup>54</sup>

### 1.3 FORMA DE ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL

#### 1.3.1 Dos Projetos aos Programas de ajuste estrutural: o Banco e a redefinição de sua base de atuação

À época da sua criação o Banco Mundial utiliza somente o critério de análise de projetos para conceder ou garantir empréstimos a seus membros. Com o passar dos anos, mais precisamente no início da década de 80 e pela mudança do eixo principal de sua atuação, o Banco passa a atender as demandas dos países em desenvolvimento com base em programas de ajuste estrutural, intimamente ligados às Estratégias de Assistência ao País(CAS). Para reger seus programas, o Banco

---

<sup>53</sup> SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002, p. 72.

<sup>54</sup> Sobre isso ver LICHTENSZTEJNN; BAER, 1987, p. 163 e as informações disponíveis no sítio oficial do Banco.

utiliza uma “nova modalidade de empréstimo não vinculada a projetos mas sujeita a condicionalidades amplas e severas de cunho macroeconômico e setorial”<sup>55</sup>.

Interessa mencionar que não existe um eixo teórico seguido pelo Banco no momento da sua atuação o que implica dizer que suas operações não são guiadas por modelos particulares de crescimento ou desenvolvimento econômico, sendo certo que os programas se desenvolvem de maneira específica em cada país.

Na afirmação de LICHTENSZTEJN “não houve uma estratégia, mas sim, uma trajetória, entendida como desenvolvimento de diferentes objetivos no tempo, os quais, não obstante, conservam um conjunto central de propósitos.”<sup>56</sup>

Esse “conjunto central de propósitos” refere-se à atuação do Banco em projetos que tenham por base o crescimento e a estabilidade econômica nos países membros, com enfoque na redução da pobreza. Para o Banco, desenvolvimento está ligado a

um esquema circular de crescimento, sustentado em um processo de modernização da base industrial, que é alentado por capitais privados e estrangeiros a partir de investimentos em obras de infraestrutura básica a cargo dos governos[...]As políticas de estabilização e antiinflacionárias, com suas normas de saneamento ao nível do comércio exterior, fiscal, monetário e salarial, estabeleceriam as chamadas condições de equilíbrio para atrair a poupança externa e fomentar a interna, no marco do livre funcionamento das leis do mercado”.<sup>57</sup>

A partir do momento em que o Banco assimila a pobreza como parte do seu discurso, passa a admitir que o crescimento não conduziria necessariamente ao bem-estar da população mais pobre dos países em desenvolvimento. Salientando, então, que a elevação da produtividade e o aumentar dos serviços básicos tornam-se condições para promover o crescimento.

---

<sup>55</sup> SOARES, Maria Clara Souto. Banco Mundial: políticas e reformas. TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; Sérgio, Haddad. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 21.

<sup>56</sup> LICHTENSZTEJNN; BAER, 1987, p. 157.

<sup>57</sup> LICHTENSZTEJNN; BAER, 1987, p. 180.

Percebendo, então, que apenas projetos isolados não garantem o desenvolvimento dos países membros e por conseqüência impedem a expansão do capital internacional, Banco adota políticas de ajuste estrutural com o objetivo de “assegurar o pagamento da dívida e transformar a estrutura econômica dos países de forma a fazer desaparecer características julgadas indesejáveis e inconvenientes ao novo padrão de desenvolvimento(neoliberal)”.<sup>58</sup>

#### 1.3.1.1 As Políticas de Ajuste

Essas políticas de ajuste estrutural podem ser classificadas em quatro categorias, segundo LICHTENSZTEJN: (a) política comercial e de preços que está ligada à liberalização do comércio e à diminuição de taxas de proteção efetivas, devendo os preços nacionais refletir os praticados no mercado internacional;(b) política de investimentos públicos com prioridades estabelecidas em função do andamento dos preços internacionais e dos recursos disponíveis; (c) política orçamentária visando à diminuição drástica dos gastos improdutivos e redução de programas sociais individuais; (d) reformas institucionais relacionadas à melhoria dos níveis de rentabilidade de empresas públicas, definição de prioridades para os investimentos, ligadas à demanda externa, e adoção de taxas de juros reais e positivas.

Então, “por meio de condicionalidades, o Banco Mundial passa a implementar um amplo conjunto de reformas estruturais nos países endividados, pautadas em uma concepção “mais adequada de crescimento”: liberal, privatista, de abertura ao comércio exterior e ortodoxa do ponto de vista monetário.”<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> SOARES in TOMMASI; *et al* (orgs.). 1998, p. 23.

<sup>59</sup> SOARES in TOMMASI; *et al*. 1998, p. 23.

Apesar de respeitar as particularidades de cada membro, o Banco adota um eixo estratégico comum a todos. O crescimento, ligado à infra-estrutura e à produção de bens comerciáveis, a indústria é vista como o motor propulsor do crescimento, devendo as exportações convergirem principalmente, para alguns produtos manufaturados<sup>60</sup>, permitindo ampliação de divisas e um eventual equilíbrio na balança de pagamento.

Políticas de estabilização, abolição de práticas protecionistas e criação de mercados regionais entre os próprios Estados em desenvolvimento, na concepção do Banco, são os instrumentos para a inserção desses países nos mercados mais adiantados. O capital estrangeiro papel tem relevante nesse processo, uma vez que a abertura de novas economias necessitam de financiamento para modernizar suas indústrias.

Dessa forma a visão de crescimento do Banco passa por uma proposta de reordenamento produtivo, influenciando inclusive o papel e as funções tradicionalmente impostas ao Estado. Pode-se afirmar que as idéias precípua do neoliberalismo são confirmadas como razão *sine qua non* para o desenvolvimento.

De fato o Banco Mundial[...] não se limita a desempenhar as tarefas próprias de simples agências de crédito, mas exerce atualmente uma função político-estratégica fundamental nos processos de ajuste e reestruturação neoliberal que estão sendo levados a cabo em nossos países[...] são além disso, uma poderosa e pouco dissimulada ferramenta de pressão da política exterior norte-americana, que tende a garantir e perpetuar a hegemonia político-militar dos Estados Unidos, na configuração do novo cenário mundial que se seguiu ao fim da Guerra Fria.<sup>61</sup>

Com toda a mudança no seu eixo central o Banco sofre duras críticas, dado o quadro lastimável de pobreza e exclusão que ainda se mantém nos países

---

<sup>60</sup> Segundo LICHTENSZTEJNN; BAER, (1987, p. 201) a partir desta visão, certas manufaturas passariam a ser produzidas por países subdesenvolvidos, enquanto as indústrias “de ponta” ou “científicas” continuariam em poder dos países mais adiantados.

<sup>61</sup> GENTILLI, Pablo. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 29.

em desenvolvimento. Então, abrem-se novas linhas de financiamento para o alívio da pobreza podendo ser consideradas como indicadores “da tentativa do Banco de construir novas bases de legitimidade, atenuando as críticas aos programas de ajuste estrutural e protegendo-se das evidências da degradação ambiental e dos efeitos de suas políticas no crescimento internacional da pobreza e da exclusão”.<sup>62</sup>

### 1.3.2 As Estratégias de Assistência ao País(CAS)

A atuação do Banco Mundial, regida pela Estratégia de Assistência ao País (*Country Assistance Strategy - CAS*), segundo o Banco é o “veículo central para o exame por parte do Grupo Banco Mundial da estratégia de assistência aos tomadores de empréstimo”<sup>63</sup>.

Esse documento descreve as prioridades, a composição e a distribuição da assistência a ser proporcionada aos países, com base na carteira de projetos no País e no seu desempenho econômico. Trata-se de “um documento estratégico, que impele o plano geral de atividades e as operações de empréstimo do Grupo Banco Mundial nos seus países-membros”<sup>64</sup>.

A CAS é ao mesmo tempo um documento de planejamento e compromisso político que contém os planos de operação referentes ao ajuste estrutural e aos projetos de investimento, levando em consideração na aprovação de cada empréstimo durante os seus anos de vigência.<sup>65</sup>

Segundo o Banco Mundial a CAS é formulada a partir de um diagnóstico dos desafios enfrentados pelo país e das preocupações do cliente, que são os países

---

<sup>62</sup> SOARES in TOMMASI; et al. 1998, p. 26.

<sup>63</sup> BANCO MUNDIAL. **O que é a estratégia de assistência ao país.** Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>. Acesso em: 18 de nov. de 2003..

<sup>64</sup> BANCO MUNDIAL. **O que é a estratégia de assistência ao país.** Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>. Acesso em: 18 de nov. de 2003.

<sup>65</sup> A CAS pode ter duração de até 03 anos, conforme informações disponíveis no sítio oficial do Banco Mundial no Brasil.

tomadores de empréstimos. São feitas análises econômicas e setoriais que incluem: (a) memorandos econômicos sobre o país, contendo o desempenho desse em relação às metas indicadas pelo Banco nas reformas estruturais; (b) exame das despesas públicas que avalia as prioridades orçamentárias do país; (c) exames setoriais destinados a analisar o conjunto de atividades com potencial de desenvolvimento; (d) avaliações de pobreza verificando os índices de redução da pobreza; (e) avaliações do setor privado com o fim de identificar e avaliar oportunidades e barreiras ao crescimento nesse setor; (f) planos nacionais de ação ambiental onde os problemas ambientais e a capacidade do país para enfrentá-los são identificadas.<sup>66</sup>

Na elaboração desse documento o Banco empreende consultas com o governo e busca a participação da sociedade civil, pois entende que as consultas públicas melhoram a qualidade da CAS e ajudam a incorporar as preocupações dos pobres e dos grupos mais vulneráveis.

Apesar dessa ser a declaração oficial do Banco, ela se apresenta como mera retórica, pois até bem pouco tempo atrás<sup>67</sup> a CAS sequer era divulgada, e hoje só é feita após a aprovação dos Diretores Executivos e dos governos nacionais, o que impede uma discussão mais ampla em torno do conteúdo do documento.

Quanto à participação dos membros e da sociedade civil na elaboração do documento vale lembrar que ela se dá apenas no âmbito da discussão visto que o conteúdo da CAS nunca é negociado, podendo o Banco acatar ou não as sugestões ou críticas feitas pelos países.<sup>68</sup>

---

<sup>66</sup> BANCO MUNDIAL. **Como a CAS é formulada?** Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: 18 de nov. de 2003.

<sup>67</sup> A primeira CAS publicada no Brasil foi em 1997, segundo informa VIANNA JÚNIOR, Aurélio (org.). **A Estratégia dos Bancos Multilaterais para o Brasil**. 1998, p. 19.

<sup>68</sup> Nesse sentido ver VIANNA JÚNIOR, 1998, p. 23.

Por se tratar de um documento do Banco, sua política de divulgação, somada à autorização do governo envolvido é que determina se a CAS pode ou não ser publicada. Segundo o BIRD “a razão disso é que há necessidade de facilitar e salvaguardar o intercâmbio livre e franco de idéias entre o Banco e os seus países membros”.<sup>69</sup> Importante frisar que após a elaboração da CAS ela é submetida à aprovação da Diretoria Executiva do Banco e só então se torna oficial.<sup>70</sup>

Esses são os aspectos gerais desses documentos. Já com relação à CAS elaborada para o Brasil, cumpre salientar que será estudada de modo mais pormenorizado no decorrer do trabalho, tendo como foco a área de delimitação da pesquisa – a educação.

### 1.3.3 Os empréstimos concedidos pelo Banco Mundial: formas e modalidades

Segundo o Estatuto de criação, Artigo IV e seções, o Banco pode conceder empréstimos diretos ou por meio de garantias a investidores privados, participando com fundos próprios ou não.

Cada agência que compõe o Grupo Banco Mundial tem uma forma de conceder os empréstimos:

A CFI, que além de empréstimos, efetua investimentos em ações, estabelece requisitos semelhantes aos exigidos nos mercados financeiros privados.[...] A AIF – que empresta aos países mais pobres – não cobra juros, mas uma taxa para cobrir os custos administrativos[...] os seus prazos são muito mais longos que os das outras fontes de recurso, e atinge prazos de carência de dez anos e de amortização de até 50 anos.[...] Já o BIRD, principal fonte de recursos do Banco Mundial para a América Latina[...] empresta em condições que tendem a se equiparar com as propiciadas pelos mercados onde capta seus recursos<sup>71</sup>.

---

<sup>69</sup> BANCO MUNDIAL. **A quem pertence a CAS?** Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>> Acesso em: 18 de nov. de 2003.

<sup>70</sup> Sobre isso ver <<http://www.bancomundial.org.br/eap>> Acesso em: 22 de jan. de 2004.

<sup>71</sup> LICHTENSZTEJNN; BAER, 1987, p. 209.

Para liberar os recursos, o BIRD exige o cumprimento de certas condições além daquelas previstas nas políticas de ajuste. Os países interessados devem ser capazes de cobrir o custo da operação, cumprir os serviços da dívida e contribuir com o programa de investimentos, pois a participação do Banco é limitada em 25% do custo total do projeto, e o restante provindo de fontes privadas estrangeiras ou nacionais.<sup>72</sup>

Segundo MELLO, “tem-se considerado que a maior parte dos empréstimos do BIRD não é transferida aos países, tendo em vista que é consumida pelo serviço da dívida[...]. A política do BIRD é de se dar empréstimos aos Estados que mantêm em ordem o pagamento de suas dívidas públicas externas”.<sup>73</sup>

Vale ressaltar que além das condições já explicitadas, o Banco faz algumas estipulações adicionais para efetivar os empréstimos. Essas cláusulas incluem especificações técnicas, aprovadas pelos consultores do Banco, e a licitação internacional que convoca as empresas interessadas no projeto<sup>74</sup>.

Essa última estipulação, licitações internacionais, desfavorece os países em desenvolvimento, visto que as empresas nacionais não têm condições de competir em base de igualdade com as estrangeiras, o que afeta negativamente as economias internas, pois promove importações dos países desenvolvidos aumentando o déficit na balança de pagamentos<sup>75</sup>. No caso de empréstimos diretos, se o Banco tiver que solicitar por parte de um membro a subscrição de capital, esse

---

<sup>72</sup> Sobre isso ver SOARES. In: TOMASI; *et al.* (orgs.), 1998, p. 35.

<sup>73</sup> MELLO, 2002, p. 690.

<sup>74</sup> Sobre isso ver FONSECA, Marília. In: TOMASI; *et al.* (orgs.), 1998, p. 229 – 254.

<sup>75</sup> Mesmo aprovado o projeto ou programa a ser financiado, se o país não cumprir com as condições estipuladas pelo Banco os empréstimos podem não se tornarem efetivos. Ver: LICHTENSZTEJNN; BAER, 1987, P. 224 .

país deve ser consultado, já que sua moeda é utilizada para fornecer o financiamento.<sup>76</sup>

No caso de co-financiamento o BIRD adota três mecanismos de atuação: (a) quando os empréstimos provêm de consórcios de bancos internacionais o Banco participa inicialmente com um desembolso entre 10 e 25% do valor emprestado, ampliando o prazo de vencimento normalmente utilizado pelo mercado; (b) na segunda modalidade, o Banco não compromete os seus recursos e apenas atua como garantir/fiador do pagamento, cobrando uma compensação/comissão pelo risco assumido; (c) finalmente a terceira forma de atuação ocorre, quando os empréstimos são feitos exclusivamente por capitais privados, incidindo o juro variável. Então, ficando esses juros, na época de amortização do contrato, ficarem superiores ao previsto inicialmente, o Banco financia o saldo pendente.

Em todas as intervenções acima mencionadas o Banco atua diretamente ou como garantidor, os juros, prazo de pagamento e amortização do capital e moeda determinados pelo próprio Banco no momento do contrato. O devedor poderá optar em cumprir com a obrigação em ouro.

Além dessas operações o Banco pode, nos termos da seção 8 do artigo IV, do Estatuto: (I) Adquirir e vender valores emitidos por ele e adquirir e vender valores que garantiu ou nos quais investiu capitais, obtendo o Banco previamente a aprovação do membro em cujo território os valores são adquiridos ou vendidos. (II) Garantir valores em que ele investiu capitais com o fim de facilitar a sua venda. (III) Tomar emprestado a moeda de qualquer membro com a aprovação do mesmo. (VI) Adquirir e vender quaisquer valores que os Diretores, por maioria de três quartos do

---

<sup>76</sup> Sobre isso ver artigo IV seção S, alínea a do Estatuto do Banco (Decreto n. 21177/46).

total dos votos possíveis, considerem indicados para a inversão em todos as reservas especiais, ou uma parte das mesmas[...].

Para executar as operações descritas acima o Banco poderá contratar com qualquer pessoa, sociedade, associação, corporação ou outra personalidade jurídica em um dos países membros. Dessa forma, e pelo que se pode apreender do Estatuto do Banco, ele tem *status* de personalidade jurídica e, portanto, capacidade para fazer contratos, adquirir e vender bens móveis ou imóveis e ainda instaurar processos judiciais ou ser demandado nas Cortes dos países onde tenha uma agência ou agente, não podendo seus membros ou seus representantes figurar no pólo ativo da ação, pois eventuais demandas entre o Banco e seus membros são submetidas à arbitragem, na forma do artigo IX, alínea “c”, *in fine*.

Merece destaque o artigo X do Estatuto que considera tacitamente aprovadas quaisquer transações entre o Banco e o membro, sem necessidade de ratificação pelos parlamentos nacionais, o que no caso do Brasil é uma violação constitucional<sup>77</sup>. Além de financiar projetos, o Banco Mundial também oferece sua experiência internacional em diversas áreas de desenvolvimento, assessorando o mutuário, desde a identificação e planificação, passando pela implementação, até a avaliação final dos projetos. Os conhecimentos e experiência técnica do Banco também se refletem nos numerosos estudos e relatórios que produz e nos aconselhamentos que presta aos países membros<sup>78</sup>.

---

<sup>77</sup> Sobre isso ver artigo 49, I da CF/88 e artigo X do Estatuto do Banco que trata da aprovação tácita de acordos entre ele e seus membros.

<sup>78</sup> Ver sítio oficial do Banco no Brasil.

## 1.4 O BIRD E A EDUCAÇÃO: CONCEPÇÃO E ATUAÇÃO NO BRASIL

Esse item busca examinar a concepção do Banco Mundial sobre educação e como ele vem atuando no Brasil, a partir de uma análise feita nas CAS de 2000 e 2004 e das declarações extraídas de documentos oficiais do Banco.

Não se aborda um nível específico de ensino, mas sim a concepção e a atuação de modo geral, visto que as metas para o ensino superior estarão sob análise no próximo capítulo.

### 1.4.1 A Concepção do BIRD sobre educação

Como já foi destacado anteriormente e segundo se depreende das informações fornecidas pelo Banco, seu principal objetivo é reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, incluindo o Brasil. Como estratégia para atingir essa meta o BIRD foca seus investimentos em áreas que julga fundamental no combate à pobreza, são elas: saúde, educação, infra-estrutura, meio-ambiente, reforma fiscal e da previdência, sendo que nesse trabalho estará sob análise a educação.<sup>79</sup>

O Banco Mundial, maior financiador externo de programas de educação, começa a patrocinar atividades nesse setor, em 1963, concedendo mais de US\$30 bilhões em empréstimos e créditos. Atualmente financia 164 projetos em 82 países. No Brasil, o investimento excede mais de US\$2,1 bilhões, contribuindo para que o

---

<sup>79</sup> Ver sítio oficial do Banco no Brasil.

país atinja quase 100% de matrícula escolar no ensino fundamental.<sup>80</sup> Para o Banco “a educação gera capital humano e social. Os investimentos em educação podem transmitir mensagens culturais e construir a coesão social, mas também podem elevar a capacidade de geração de renda dos indivíduos e a produtividade da economia.”<sup>81</sup>

A concepção do Banco sobre essa área é permeada pela visão econômica que possui, ou seja, utiliza a análise econômica como metodologia central que parte do modo economicista, para promover os valores do capitalismo na esfera da cultura. Além das relações básicas como a de custo e benefícios, adotando a concorrência dos sistemas educacionais, o individualismo, e relacionando a redução da qualidade de vida com índices de renda. As políticas sociais caracterizam-se pelo instrumentalismo que:

expressa-se na subordinação da política social à dinâmica mais ampla da lógica econômica, tendo, como objetivo central, tratar de dar apoio, respaldo e legitimidade aos programas de ajuste. As políticas sociais são assim pensadas como um componente indissolúvel dos processos de reestruturação econômica[...] a reforma escolar limita-se à aplicação lógica custo-benefício e à ênfase na necessidade de considerar, como prioritária, a obtenção de uma crescente taxa de retorno dos recursos investidos.<sup>82</sup>

Para CORAGGIO, “o Banco estabeleceu uma correlação entre sistema educativo e sistema de mercado, entre escola e empresa, entre pais e consumidores de serviços, entre relações pedagógicas e relações de insumo-produto, entre

---

<sup>80</sup> BANCO MUNDIAL. Sítio Oficial. Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>> Acesso em: 25 de nov. de 2003.

<sup>81</sup> BANCO MUNDIAL. **Brasil:** justo, competitivo e sustentável – contribuições para o debate. Banco Mundial: Brasília,DF. 2002. Disponível em <<http://www.bancomunfial.org.br>> Acesso em: 18 de jan. de 2004., p. 38,

<sup>82</sup> GENTILLI, 2001, p. 31.

aprendizagem e produto, esquecendo aspectos essenciais próprios da realidade educativa”.<sup>83</sup>

Isso permite compreender porque o ensino, especialmente no Brasil, está cada vez mais sendo regulado pelo mercado, pois a concorrência entre estabelecimentos faz com que a interação entre fornecedores e consumidores defina o que e de que forma é ensinado, tendo o Estado o papel de controlador. Essa constatação permite afirmar que as idéias neoliberais, especialmente aquelas que defendem o Estado mínimo, são adotadas pelo Banco quando o assunto é educação<sup>84</sup>.

Por isso o BIRD recomenda aos Estados e municípios, descentralizarem o ensino, minimizarem a gratuidade e buscarem outras fontes de renda, como por exemplo, a venda de serviços das universidades a empresas privadas.<sup>85</sup>

Vale destacar as afirmações de CORAGGIO sobre o assunto, pois segundo o autor, antes mesmo de analisar a situação específica de cada país o Banco sabe que focar recursos na educação básica, promovendo o ensino primário faz com que o mercado receba trabalhadores mais flexíveis para adquirir novas habilidades. Sabe, ainda, que os recursos da educação superior devem ser realocados para a educação básica, e mais, que a iniciativa privada preencherá a lacuna deixada pelo Estado, cujos investimentos vêm sendo cortados. Essa situação, ideal do ponto de vista mercadológico, faz com que todos paguem pelo recebido,

---

<sup>83</sup> CORRAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção. TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; Sérgio, Haddad. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 81. (1998, p. 104)

<sup>84</sup> A pesar de não ser uma afirmação do Banco se pode constatar o posicionamento neoliberal nos documentos: BANCO MUNDIAL. **La Enseñanza Superior – Las Lecciones derivadas de la experiencia**. 1994, p. 28-29. e BANCO MUNDIAL. **Construir Sociedades do Conocimiento: nuevos desafíos para la educacion** terciária. 2003, p. 25.

<sup>85</sup> Ver BANCO MUNDIAL. **La Enseñanza Superior – Las Lecciones derivadas de la experiencia**. 1994, p. 28-29. e BANCO MUNDIAL. **Brasil: justo, competitivo e sustentável – contribuições para o debate**. Banco Mundial: Brasília,DF. 2002, no capítulo referente a educação.

relegando ao Estado o papel de avaliador desses estabelecimentos. A qualidade e a eficiência definem-se por mecanismos do mercado – a concorrência.<sup>86</sup>

O Banco trabalha ainda com o conceito de capital humano, definido como a acumulação de conhecimentos e de aptidões das pessoas. Nesse sentido “apóia a formação de profissionais nas tarefas propriamente técnicas, oferecendo incentivos à educação média e superior privada”<sup>87</sup>. A concepção técnica implica excluir da formação matérias que no entendimento do Banco não têm aplicação prática, como, por exemplo, a Sociologia.

#### 1.4.1.1 O Ensino básico como estratégia para o desenvolvimento

O BIRD procura promover também a Educação Básica que “deve cumprir com os objetivos mínimos de aprendizagem, que compreendem a alfabetização e aptidão numérica funcionais, a planificação familiar e da saúde, o cuidado infantil, a nutrição, o saneamento e os conhecimentos necessários à participação do indivíduo em atividades cívicas”<sup>88</sup>. Apoiar o ensino primário é uma estratégia eficaz na redução da pobreza se considerada a metodologia aplicada pelo Banco, pois faz parte do senso comum afirmar que pessoas com maior escolaridade têm sua renda ampliada, razão pela qual financiar esse nível de ensino traz mais vantagens sociais que destinar recursos aos níveis mais elevados.

---

<sup>86</sup> CORRAGIO; In: TOMASI; *et al.* (orgs.), 1998, p. 100.

<sup>87</sup> LICHTENSZTEJNN; BAER, 1987, p. 190.

<sup>88</sup> LICHTENSZTEJNN; BAER, 1987, p. 190.

Porém é preciso olhar para a questão e considerá-la no todo, e não apenas do ponto de vista econômico. É fato que apenas a educação primária não garante maior aumento de renda já que os trabalhadores estão sempre concorrendo entre si e isso faz aumentar a oferta de mão-de-obra e conseqüentemente baixar o seu custo.

Mais ainda, a formação básica não dá conta de formar cidadãos na concepção plena da palavra, mas gera analfabetos funcionais, pessoas que sabem ler, escrever e somar, mas não têm visão crítica e apesar de contarem positivamente para os índices econômicos não somam para a construção de uma nação independente. Atingindo, então, os “reais” apesar de implícitos objetivos do Banco, como se constatará no último capítulo.

Como conseqüência para o país, além de ter a falsa idéia de povo culto, sofre-se pela falta de pessoas capazes de criar e desenvolver novas tecnologias o que gera dependência em relação aos países desenvolvidos. Isso não significa ter que deixar de investir no ensino básico, pelo contrário, pois outros níveis de ensino também devem ser áreas de investimento, porque sem isso os eventuais benefícios do incentivo da educação básica não se convertem em possibilidades reais de crescimento, tampouco de diminuição da pobreza.

Saliente-se ainda que, segundo afirma CORRAGIO, mesmo em países onde o acesso à escola é de 95% o sistema é considerado ineficiente pelo Banco dado o alto índice de evasão e repetência:

Isto significa não perceber a relação dialética entre extensão e qualidade, porque quando se amplia um sistema educativo em um contexto de marginalização cultural e exclusão econômica, podem-se esperar taxas crescentes de evasão e

fracasso como produto do próprio êxito da extensão. [...] resolver o problema da qualidade como se fora um problema da sala de aula, [...] sem encarar integralmente os problemas no contexto social que incidem, não passa de uma política mal formulada.<sup>89</sup>

Pode-se concluir que a concepção do Banco sobre educação é no mínimo equivocada. Afirmar que o mercado consegue por si só regular e formatar um sistema qualitativo e eficiente de ensino e indicar que a centralização dos investimentos na educação básica promove o desenvolvimento e reduz a pobreza é uma falácia. Ainda mais se se considerar que essa concepção é oriunda de uma base unilateral de idéias econômicas, sem promover um estudo amplo e plural sobre a educação.

Comparar o ambiente de aprendizagem a uma empresa, os alunos a consumidores e tomar a eficiência e as taxas de retorno como critérios decisivos na concepção do Banco sobre educação é preocupante, haja vista que esse é o “modelo” sugerido, financiado e infelizmente adotado por uma gama de países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil.

#### 1.4.2 Atuação do BIRD na educação brasileira

A partir da análise de documentos e textos emitidos pelo Banco Mundial, particularmente a CAS 2000 e 2004, pode-se perceber que a educação, em especial

---

<sup>89</sup> CORRAGIO; In: TOMASI; *et al.* (orgs.), 1998, p. 109.

a de nível básico, foi e continua sendo a área de maior ênfase na atuação do Banco no Brasil.

Vale destacar que o Banco é um grande prestador de assistência, quando enfoca de forma estratégica o seu apoio por intermédio de uma combinação estrategicamente selecionada de serviços financeiros e não-financeiros, em áreas onde o governo tem fortes compromissos com reformas importantes, dentre elas a educação.<sup>90</sup>

#### 1.4.2.1 CAS 2000: educação

A CAS 2000 (documento do Banco n. 20160) estrutura-se em cinco grandes áreas: pobreza e desigualdade, ajuste fiscal, retomada do crescimento, eficácia das instituições públicas, gestão do meio ambiente. As duas primeiras apontadas como as principais áreas pelo Banco que investe com dois terços do orçamento destinado para o Brasil<sup>91</sup>.

Segundo o Banco Mundial, “a pobreza no Brasil está intimamente associada a níveis de educação baixos: 73% dos domicílio pobres têm como chefes de família indivíduos com quatro ou menos anos de escolaridade.”<sup>92</sup>

Com isso, o programa do Banco na CAS 2000 propõe a continuidade dos trabalhos realizados na CAS 1997, no tocante à educação superior, secundária e no desenvolvimento da primeira infância, especialmente na região Nordeste<sup>93</sup>.

O Banco enfatiza seu apoio às reformas promovidas no sentido de descentralizar a educação básica para os municípios e Unidades da Federação

---

<sup>90</sup> BANCO MUNDIAL, doc. n. 20160, item 89.

<sup>91</sup> BANCO MUNDIAL, doc. n. 20160, item B e C do resumo executivo.

<sup>92</sup> BANCO MUNDIAL, doc. 20160, item 14.

<sup>93</sup> BANCO MUNDIAL, doc. 20160, item 121.

através do Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA)<sup>94</sup>, que segundo o Ministério da Educação(MEC) tem “por objetivo promover um conjunto de ações para a melhoria da qualidade das escolas do ensino fundamental, ampliando a permanência das crianças nas escolas públicas, assim como a escolaridade nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.”<sup>95</sup>

O FUNDESCOLA é financiado com recursos do Governo Federal e de empréstimos do Banco Mundial. O Programa envolve recursos na ordem de US\$ 1,3 bilhão e é desenvolvido em etapas: (a) FUNDESCOLA I, concluído em 2001, com valor total de US\$ 125 milhões, sendo US\$ 62,5 milhões, financiados pelo Banco Mundial; (b) FUNDESCOLA II, em execução até 2004, orçado em US\$ 402 milhões, sendo a parcela financiada pelo Banco Mundial na ordem de US\$ 202 milhões; (c) FUNDESCOLA III, será desenvolvido em duas etapas, sendo a primeira no valor de US\$ 320 milhões, com 50% de participação do Banco Mundial.<sup>96</sup>

A terceira etapa faz parte da CAS 2000 que apresenta cinco estratégias de desenvolvimento baseadas na escola: (a) autonomia da escola e associações de pais sobre os recursos financeiros;(b) fornecimento de insumos necessários e equipamentos pedagógicos para que a escola tenha um padrão mínimo de qualidade; (c) auxílio às autoridades escolares(diretor) para implementar planos de desenvolvimento escolar; (d) a partir dos planos escolares são desenvolvidos projetos anuais financiados pelo FUNDESCOLA; (e) disseminação de quadros pedagógicos e organizacionais para elevar o nível de aprendizado das crianças.<sup>97</sup>

---

<sup>94</sup> Trata-se de um programa do Departamento de Projetos Educacionais da Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação (SEIF/MEC), desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Sobre isso ver sítio oficial do MEC <http://www.mec.gov.br> Ou BANCO MUNDIAL. Doc. 20160, item 81, caixa 3.

<sup>95</sup> Informações disponíveis no sítio <http://www.fundescola.org.br>

<sup>96</sup> Ver notas 45 e 46 supra.

<sup>97</sup> **BANCO MUNDIAL, doc. 20160, item 81 caixa 3.**

O objetivo principal do Banco com o FUNDESCOLA é transformar escolas em organizações eficazes, de alta qualidade e orientadas para resultados, estabelecendo como prioridade máxima o desempenho escolar e a autonomia na gestão financeira, tirando a responsabilidade do Governo Federal na administração, repassando-a para os estabelecimentos, municípios e governos estaduais.

Os programas de desenvolvimento da pré-escola, capacitação de professores e transmissão de técnicas básicas de alfabetização de adultos, juntamente com o Bolsa Escola e com o Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI), constituem novas áreas onde o Banco passa a atuar a partir da CAS 2000<sup>98</sup>.

O documento estabelece como padrões de referência para verificar o desempenho do país na área do ensino fundamental e médio durante a CAS 2000: a abertura de 390.000(trezentos e noventa mil) novas vagas até 2007, 30.000(trinta mil) novos professores qualificados, melhoria nas notas de português e matemática, 98% das crianças com idade entre 6 e 14 e 70% dos adolescentes com faixa etária entre 15 e 17 anos, devem estar na escola até 2007, ano que o analfabetismo deve ser erradicado. Com isso o Banco pretende que até 2015 a pobreza seja reduzida em 15%, e conta com parceiros como a UNESCO, UNICEF, o BID e com a assistência técnica de franceses e americanos<sup>99</sup>.

Além do apoio financeiro, a prestação de serviços tem aumentado em ampla escala, tornando-se uma das bases de atuação do Banco no Brasil. Segundo o BIRD “a prestação de serviços não-creditícios deu um importante contributo e deu

---

<sup>98</sup> BANCO MUNDIAL, doc. 20160, item 122 “a”.

<sup>99</sup> BANCO MUNDIAL, doc. 20160, anexo B9.

ao banco papel de apoio em assuntos estratégicos tais como o emprego no setor público, reforma da segurança social e políticas de redução da pobreza”<sup>100</sup>.

Apesar de reconhecer os avanços do Brasil no sentido de atingir as metas estabelecidas, o Banco ainda cita o baixo nível de realizações educacionais como um obstáculo para a redução da pobreza, mesmo considerando que em 1998, 95,8% das crianças em idade escolar encontram-se matriculadas no ensino básico, que contava com um índice de desistência de 10,9%, e que o “o Brasil conseguiu melhorias impressionantes na educação pública, incluindo uma expansão maciça da educação básica e uma redução das diferenças regionais no acesso à educação e na qualidade desta”.<sup>101</sup>

Outro trecho extraído da CAS 2000 é bastante esclarecedor:

a desigualdade na educação, mais do que a segmentação ou discriminação do mercado de trabalho, explica grande parte da desigualdade da renda do trabalho no Brasil. A baixa qualidade do ensino público nas áreas pobres, relacionada com desigualdades tradicionais nos gastos, que estão agora sendo objeto de reformas, constitui o maior obstáculo para um melhor desempenho educacional por parte da população pobre. Um nível de educação baixo resulta em renda baixa que, por sua vez, perpetua a pobreza. Melhorias nas realizações educacionais têm de estar no cerne de qualquer estratégia a médio ou longo prazo a fim de aumentar a capacidade dos pobres de tirar proveito das oportunidades econômicas e reduzir a pobreza no Brasil.<sup>102</sup>

Com essa declaração e observando a atual situação econômica do país, que registra, em dezembro de 2003, um índice médio (homens e mulheres) de 19,1% de desemprego em São Paulo<sup>103</sup>, é correto afirmar que as indicações do Banco precisam ser revistas, pois não é admissível que essa insistência em atrelar a educação básica ao aumento da renda e diminuição da pobreza continue sendo seguida. Como já mencionado no item anterior, outros fatores devem ser

---

<sup>100</sup> BANCO MUNDIAL, doc. 20160, item 89.

<sup>101</sup> **BANCO MUNDIAL, doc. 20160, item 21.**

<sup>102</sup> **BANCO MUNDIAL, doc. 20160, item 21.**

<sup>103</sup> Fonte: DIEESE, - Departamento intersindical de estatísticas e estudos sócio econômicos, disponível em <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=5>> Acesso em: 10 de jan. de 2004.

considerados, pois a educação básica não dá conta de resolver o problema da pobreza no Brasil.

#### 1.4.2.2 CAS 2004: educação

A CAS 2004 estabelece um programa que prevê até US\$7,5 bilhões em novos financiamentos do BIRD para o Brasil nos próximos quatro anos e apresenta diferenças significativas se comparadas às de 2000.

Segundo o Banco Mundial:

a nova estratégia apresenta uma abordagem baseada em resultados[...] determina pontos de referência para 2007 e 2015 relacionados à melhoria do bem-estar humano, à sustentabilidade social e ambiental, à competitividade e ao desempenho macroeconômico, incluindo o crescimento. Identifica também as atividades específicas apoiadas pelo Banco que podem contribuir para o alcance dessas metas, além de propor uma estrutura de monitoramento.<sup>104</sup>

Uma das diferenças reside na visão orientadora de toda a estratégia direcionada a um país mais justo, sustentável e competitivo. Para isso propõe o investimento em pessoas, uma ampliação na oferta de serviços e gestão dos recursos hídricos além de estimular o crescimento sustentável com base no fortalecimento do setor financeiro.

Outra diferença é que a estratégia adota uma abordagem sistêmica ao invés de setorial - baseada em projetos - abandonando ações isoladas para atuar através de programas setoriais que “devem se tornar um dos principais instrumentos de investimento, especialmente no nível federal. Eles permitirão ao Banco financiar programas prioritários do governo[...] em vez de projetos ou ações isoladas. [...] com

---

<sup>104</sup> Informação disponível no sítio oficial do Banco.

o objetivo de aumentar o compromisso, o impacto e a flexibilidade dos programas.<sup>105</sup>”

Ligada ao investimento em pessoas, a educação continua sendo uma prioridade para o Banco, com envolvimento maior no nível médio e primeira infância e com ênfase na população rural, acarretando a expansão do ensino secundário e aumento da qualidade da educação primária.

As propostas do Banco para a educação na CAS 2004 consistem no investimento em programas pré-escolares, que sem deixar de focar a educação básica realocam investimentos do ensino superior, conforme se comprova no texto abaixo:

Outras opções de política recaem na área de programas pré-escolares, pois pesquisas na área de educação têm demonstrado com frequência a importância social desses programas. [...] No Brasil, esses programas atendem de forma desproporcional a crianças maiores, provenientes de famílias que moram em áreas urbanas e cujos pais tiveram melhor formação. O retorno dos investimentos feitos nessa área é suficientemente alto para justificar a reorientação de recursos à educação pré-escolar, possivelmente vindo de reduções aos subsídios públicos em outras áreas, como educação superior.<sup>106</sup>

Importa dizer que na CAS 2004 as metas estipuladas pelo Banco não se referem somente à expansão, mas ao aumento da qualidade na educação medido pelo índice de desempenho dos alunos no Sistema de Avaliação da Educação Básica(SAEB), principalmente nas disciplinas de português e matemática<sup>107</sup>.

O posicionamento na CAS 2004 no tocante à descentralização do controle da educação para os municípios, os estados e os estabelecimentos escolares,

---

<sup>105</sup> BANCO MUNDIAL. EAP 2004 – Resumo executivo. Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>> . Acesso em: 22 de jan. de .2004, p. 5.

<sup>106</sup> BANCO MUNDIAL. **Brasil: justo, competitivo e sustentável** – contribuições para o debate. Banco Mundial: Brasília,DF. 2002. Disponível em <<http://www.bancomunfial.org.br>> Acesso em: 18 de jan. de 2004.

<sup>107</sup> BANCO MUNDIAL. Doc. 27043-BR. Anexo 9.

capacitação de professores, melhora na gestão das secretarias municipais, autonomia na gestão dos recursos segue semelhante ao da CAS 2000<sup>108</sup>.

Vale destacar que, a partir de um documento<sup>109</sup> publicado recentemente pelo BIRD, pode-se perceber que a idéia de relacionar a pobreza e a desigualdade com a baixa escolaridade ainda permeia as estratégias do Banco. Também a análise de dados estatísticos, isoladamente, continua sendo a metodologia utilizada para delimitar as ações e estratégias de atuação no Brasil, bem como os aconselhamentos fornecidos pelo Banco Mundial ao Brasil, conforme se comprova no trecho abaixo:

Os investimentos em educação podem transmitir mensagens culturais e construir a coesão social, mas podem também elevar a capacidade de geração de renda dos indivíduos e a produtividade da economia. Embora o crescimento econômico decorrente dos investimentos públicos em educação pareça levar mais tempo para produzir resultados, os benefícios para as pessoas são mais imediatos.

Dois terços da diferença entre as desigualdades de renda (após a tributação) no Brasil e nos Estados Unidos podem ser atribuídos unicamente à educação.

Tomando por base o apresentado, as possíveis alternativas de políticas para elevar o investimento na população brasileira incluem o lançamento de uma campanha de educação secundária universal, incluindo direcionamento de recursos para os ensinos fundamental e médio, com base em baixas classificações no SAEB, metas de redução da repetência e mais rápida conclusão pelos alunos do ensino básico e expansão do número de vagas no ensino médio.(grifou-se)<sup>110</sup>

Diante do exposto, pode-se perceber que o Banco Mundial é uma instituição multilateral que pauta suas ações nos postulados do capitalismo, deixando que “as razões do mercado” imprimam sua conduta, usando os

---

<sup>108</sup> BANCO MUNDIAL. Doc. 27043-BR. Item 49..

<sup>109</sup> BANCO MUNDIAL. **Brasil: justo, competitivo e sustentável – contribuições para o debate.** Banco Mundial: Brasília,DF. 2002. Disponível em <<http://www.bancomunfial.org.br>> Acesso em: 18 de jan. de 2004.

<sup>110</sup> BANCO MUNDIAL. **Brasil: justo, competitivo e sustentável – contribuições para o debate.** Banco Mundial: Brasília,DF. 2002. Disponível em <<http://www.bancomunfial.org.br>> Acesso em: 18 de jan. de 2004. p. 38 e 53.

argumentos de redução da pobreza e aumento do desenvolvimento para legitimar sua posição.

Conhecendo a origem, estrutura, tomada de decisão e marcos de atuação do Banco, passa-se para análise do sistema de ensino superior no Brasil, e das determinações que o BIRD, através de suas metas e aconselhamentos, passa a engendrar nesse sistema, em especial nos cursos jurídicos.

## **2. EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL APÓS 1988: AS METAS DO BANCO MUNDIAL, A LEGISLAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

O ensino superior é um importante meio para o desenvolvimento nacional. Partindo de uma concepção que entende ser esse nível de ensino responsável pela formação dos cidadãos, criação e socialização do conhecimento é que esse capítulo passa a ser escrito.

Sabendo que existem diferenças básicas entre instituições de ensino superior, pois algumas têm compromissos maiores que outras, como as Universidades, por exemplo, o estudo se prende a particularidades conceituais e procura analisar o ensino superior de maneira ampla. Entende-se que qualquer Instituição, independentemente da sua classificação, deve ter um compromisso sólido com a região onde está inserida e procurar orientar suas ações para o desenvolvimento nacional.

Estudar o tema torna-se difícil, pois o ensino superior, hoje, enfrenta uma crise. Na iminência de perder suas características de bem público, pelo crescimento desenfreado, torna-se cada vez menos qualificado. Muitas áreas do conhecimento estão suscetíveis à proliferação de Instituições e Cursos superiores no Brasil, o que não é diferente com o Direito, que cada vez mais está sendo incorporado no rol de cursos das IES. Por ser um curso que não exige investimentos vultuosos e vem sendo altamente procurado.

A análise feita no primeiro capítulo, em linhas gerais define a função, o modo de atuação e a concepção do Banco Mundial para com a educação. Cada vez mais, nas Relações Internacionais, as influências de Organismos Multilaterais são

constantes, e não se ignora a longa parceria entre o Banco Mundial e o Brasil cujas ações governamentais, muitas vezes são permeadas por iniciativas desse organismo. Comprovar a existência de diversas semelhanças entre as estratégias do Banco e as políticas brasileiras para a educação superior é objetivo do capítulo seguinte que também procura explicitar o conceito e a importância da educação superior, principalmente para os países em desenvolvimento, analisar a função e a dimensão desse nível de ensino para o século XXI, informar as metas do Banco Mundial para a Educação Superior após 1994 e analisar seus reflexos no Ensino Superior do Brasil.

Para alcançar esse escopo parte-se da análise de documentos do Banco e de sua comparação com a Legislação Brasileira que regula o assunto - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no capítulo destinado à Educação Superior, Decreto 3860/01 e Plano Nacional de Educação(PNE).

Posteriormente para comprovar os reflexos das influências dos documentos do Banco e sobre a Legislação brasileira no sistema de educação superior do Brasil e, em especial nos Cursos de Direito da região Sul, parte-se para a análise de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Pedagógicas (INEP) sobre a proliferação das IES e dos Cursos de Direito no período de janeiro de 2000 à dezembro de 2002.

## 2.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONCEPÇÃO, IMPORTÂNCIA, FUNÇÃO E DIMENSAO PARA O SÉCULO XXI – breves apontamentos.

A Educação Superior, segundo a UNESCO, compreende “todo tipo de estudos, treinamento ou formação para pesquisa em nível pós-secundário, oferecido por universidades ou outros estabelecimentos educacionais aprovados como instituições de educação superior pelas autoridades competentes do Estado”.<sup>111</sup>

A eclosão das Universidades há mais de oito séculos se deu em razão dos mosteiros terem perdido a sintonia e o ritmo com o tipo de conhecimento que estava sendo produzido no seu entorno, pois eles, os mosteiros, dedicavam-se a defender os dogmas e a fé e a interpretar textos, enquanto que os jovens da época cada vez mais se afastavam dos padrões de espiritualidade e das imposições da igreja<sup>112</sup>.

Nesse tempo a missão da Universidade é guardar e transmitir o saber, como condição para a ordem e a civilização. Como uma instituição seletiva, orgulha-se de seus poucos alunos e da alta qualidade dos seus eruditos<sup>113</sup>.

No decorrer dos séculos o ensino superior por tradição oferecido e desenvolvido graças ao apoio estatal, emerge como símbolo da nação. Segundo Cristóvam BUARQUE, “as universidades surgiram como um espaço para o novo pensamento livre e vanguardeiro de seu tempo, capaz de atrair e promover jovens que desejam se dedicar às atividades do espírito num padrão diferente da espiritualidade religiosa[...] a universidade floresceu como um verdadeiro centro de geração de alto conhecimento nas sociedades”<sup>114</sup>.

---

<sup>111</sup> UNESCO. **Tendências da Educação Superior para o Século XXI**. Brasília: UNESCO/CRUB, 1999, p.19.

<sup>112</sup> Sobre isso ver: BUARQUE, Cristóvam. A Universidade na encruzilhada. UNESCO BRASIL.

**Educação Superior: reforma, mudança e internacionalização**. Brasília: UNESCO/SESU, 2003, p. 29.

<sup>113</sup> TEIXEIRA, Anísio. **A Universidade de ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 40.

<sup>114</sup> BUARQUE, 2003, p. 29.

Durante o tempo de existência das Universidades muitas mudanças ocorrem no mundo e elas têm que se transformar para não se tornarem os mosteiros de sua época. Já no Século XX, novas áreas de conhecimento são incluídas nos currículos e disciplinas clássicas dividem lugar com a ciência aplicada.

Até o final do Século XX o Ensino Superior representa o local privilegiado para a formação de capital humano, na sua versão de excelência, onde o profissional formado estava capacita-se para assumir uma carreira e trabalhar nela durante todo seu tempo de atividade. O conhecimento produzido e repassado nas Instituições de Ensino Superior (IES) é o passaporte seguro para o sucesso do profissional egresso.

TILAK referindo-se à crise constante pela qual passa o ensino superior já no Século XXI afirma que “os sistemas de ensino superior, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos são caracterizados por uma crise, ou melhor, uma crise contínua, com excesso de alunos, estafe inadequado, padrões e qualidade em deterioração, instalações ruins, equipamento insuficiente e orçamentos públicos cada vez menores”.<sup>115</sup> As IES perdem em grande parte seu verdadeiro sentido, abrindo mão de sua identidade histórica, passando a cumprir os propósitos de reprodução de poder, abandonando sua verdadeira função no seio da sociedade<sup>116</sup>.

### **2.1.1 A criação e o desenvolvimento das IES no Brasil.**

No Brasil em 1889 o ensino superior é preponderantemente mantido e controlado pelo Estado. Os primeiros governos republicanos na tentativa de mudar

---

<sup>115</sup> TILAK, Jandhyala B. G.. **Ensino Superior e Desenvolvimento**. IN: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: UNIVERSIDADE XXI. 2003, Brasília. p.1. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/univxxi/textos.htm>>. Acesso em: 20 de dez. de 2003.

<sup>116</sup> Sobre isso ver: TEIXEIRA, 2003, p. 42

esse quadro autorizam a criação de IES privadas e estaduais, que podem oferecer o ensino nas mesmas condições que as instituições federais.<sup>117</sup>

Apesar das divergências, a primeira Universidade brasileira surge em 1922 no Rio de Janeiro para conceder o título de Doutor *Honoris Causa* ao Rei Leopoldo da Bélgica em visita ao país<sup>118</sup>. Nos tempos seguintes o ensino superior registra um grande avanço e passou por inúmeras transformações.

Com o apoio norte americano através de um acordo firmado entre o MEC e a Agência para o Desenvolvimento Internacional do Departamento Norte Americano - The United States Agency for International Development(USAID)<sup>119</sup> acontece uma profunda reforma em todo o sistema de ensino no país, com seus reflexos sentidos na LDB de 1968. Essa cooperação bilateral possibilita que a educação seja influenciada pelo formalismo de acordos e seus corolários de inflexibilidade financeira e de condicionalidades políticas e econômicas.<sup>120</sup>

#### Segundo BUARQUE:

a moderna universidade brasileira é filha do regime militar e da tecnocracia norte-americana. Sob esse patrocínio a universidade brasileira, entre 1964 e 1985, conseguiu dar um enorme salto quantitativo e qualitativo, talvez o maior salto já ocorrido em qualquer país do mundo, na área da educação superior. Era como se quiséssemos recuperar, embora sem liberdade, os quinhentos anos que havíamos perdido.<sup>121</sup>

Após 1985, com a redemocratização do Brasil, ocorre uma mudança no ensino superior passando de eminentemente público para essencialmente privado. Isso ocorre pelo grande número de IES particulares e pela ausência de um projeto nacional do Ministério da Educação (MEC) para as Universidades públicas. Um

---

<sup>117</sup> Sobre isso ver CUNHA(a), Luiz Antônio. O Público e o privado na educação superior brasileira: fronteira em movimento? TRINDADE, Hélio (org.). **Universidades em Ruínas na república dos professores**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 40.

<sup>118</sup> Embora cursos de ensino superior já existissem como é o caso dos Cursos de Direito, criados no Brasil em 1827 com a denominação de Academias de Direito.

<sup>119</sup> Para maiores informações sobre a USAID acessar na internet: <<http://www.usaid.gov>>

<sup>120</sup> Sobre isso ver: FONSECA, Marília. 1998, p. 229 e seguintes.

<sup>121</sup> BUARQUE, 2003, p. 46.

crescimento desordenado que abala o sistema de educação superior no país, senão coordenado, mas permitido pelo governo daquela época, vez que é o Estado, através do MEC, quem define, articula e aprova os projetos que devem ser desenvolvidos pelas IES no Brasil.

Seguindo a definição dada pela UNESCO pode-se entender que, a partir do modelo brasileiro, toda forma de ensino que supere o nível médio é ensino superior, com a ressalva de que as instituições que o oferecem devem ser credenciadas e autorizadas pelo Estado, em especial pelo Conselho Nacional de Educação ou pelos Conselhos Estaduais.

Segundo o artigo 44 da LDB, o ensino superior no Brasil abrange os seguintes cursos e programas: seqüenciais, graduação, pós-graduação, de extensão.

#### **a) Cursos seqüenciais**

O inciso primeiro do artigo 44 da LDB define:

**Art. 44.** A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

I - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

Os cursos seqüenciais são geralmente compostos por estrutura curricular mais flexível que os tradicionais cursos de graduação e também apresentam duração mais curta. Nas palavras de CUNHA, “em sua concepção original, os cursos seqüenciais por campo de saber deveriam ser uma alternativa à rigidez dos cursos de graduação, em especial quando eles estavam submetidos a currículos mínimos,

que segundo se criticava, eram muito exigentes, além de não permitirem a indispensável flexibilidade diante das mudanças no mundo do trabalho”<sup>122</sup>.

Com esses cursos, os acadêmicos podem complementar estudos realizados no ensino médio, ou obter formação específica em tempo mais curto.

#### **b) Curso de graduação:**

Quanto aos cursos de graduação, o disposto no artigo 44, inciso II da LDB, prevê:

**Art. 44.** A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

Esses são os tradicionais cursos de graduação, procurados pela maioria dos egressos do ensino médio, que pretendem exercer uma profissão em determinada área do saber. A maioria das IES têm sua estrutura mantida pelos cursos de graduação, que no Brasil, em 2002 somam um total de 14399 cursos presenciais em diferentes campos.<sup>123</sup>

#### **c) Cursos de Pós-Graduação e Extensão:**

Os cursos de Pós Graduação e Extensão estão regulamentados no artigo 44, inciso III e IV:

**Art. 44.** A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

---

<sup>122</sup> CUNHA(b) Luiz Antônio. O Ensino Superior no Octênio FHC. In: **Educação e Sociedade**: revista de ciência da educação. Campinas. V.24 n. 82. 2003, p.42.

<sup>123</sup> Fonte: MEC/INEP

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.<sup>124</sup>

A partir da delimitação prevista na legislação brasileira, vale destacar que as IES têm muito a fazer, no conjunto dos esforços nacionais, para colocar o País à altura das exigências e desafios do Século XXI, encontrando a solução para as problemas atuais, em todos os campos da vida e da atividade humana e abrindo um horizonte para um futuro melhor para a sociedade brasileira, reduzindo as desigualdades<sup>125</sup>.

Para se alcançar uma educação básica de qualidade e formar quadros profissionais e científicos de nível superior é preciso ter IES que produzam pesquisa e inovação, na busca de solução para os problemas atuais. Essas são uma das principais funções que destacam o ensino superior com capaz de garantir à sociedade brasileira um futuro melhor.

### **2.1.2 A Importância e a Função das IES no século XXI**

Atualmente, a busca pelo conhecimento mostra um crescimento acelerado, um aumento da demanda pelo ensino superior em todos os níveis, e em especial nos cursos de graduação. Pelas novas tecnologias o conhecimento não pode mais ser tratado como antes, hoje ele é produzido e disseminado com maior rapidez e precisão, seus canais são múltiplos e as IES representam apenas um deles.

Com esse quadro a função do ensino superior vem mudando, sendo hoje, impossível a um aluno formado manter-se no mercado de trabalho somente com o

---

<sup>124</sup> Para esse trabalho serão considerados apenas os cursos de graduação.

<sup>125</sup> Sobre isso ver: BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em : <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 20 de jan. de 2003. p. 28.

conhecimento adquirido durante sua vida acadêmica. Urge constante atualização e permanência do profissional no Ensino Superior.

A partir do momento em que as IES se dão conta dessa situação e do desafio que essa inclusão permanente gera, percebem que é preciso reorientar seu modo de atuação para continuar cumprindo sua função. A crise agravou-se.

Alguns questionamentos pautam a reorientação pela qual as instituições devem passar. São eles: Qual a função das IES? Como formar, garantir a inclusão e a permanência dos seus egressos no mercado de trabalho? Como cumprir com o compromisso do desenvolvimento nacional? Essas são perguntas difíceis de responder.

#### **a) Primeira questão: Qual a função das IES?**

A primeira questão pode encontrar resposta em documentos, protocolos e até em discursos acadêmicos e políticos, mas ela deve surgir no próprio seio das IES, que, segundo BUARQUE, devem escolher entre “uma modernidade técnica, cuja eficiência independe da ética, ou uma modernidade ética, na qual o conhecimento técnico será subordinado aos valores éticos, dos quais um dos principais é a manutenção da semelhança entre os seres humanos”.<sup>126</sup>

A Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI indica no capítulo que trata das missões e funções da educação superior que:

...As instituições de educação superior, seu pessoal, e estudantes universitários devem:

- a) preservar e desenvolver suas funções fundamentais, submetendo todas as suas atividades às exigências da ética e do rigor científico e intelectual;
- b) poder opinar em problemas éticos, culturais e sociais de forma completamente independente e com consciência plena de suas responsabilidades, por exercerem um tipo de autoridade intelectual

---

<sup>126</sup> BUARQUE, 2003, p.26.

que a sociedade necessita, para assim ajuda-la a refletir, compreender e agir;

- c) ampliar suas funções críticas e prospectivas mediante uma análise permanente das novas tendências sociais, econômicas, culturais e políticas, atuando assim como uma referência para a previsão, alerta e prevenção;
- d) utilizar sua capacidade intelectual e prestígio moral para defender e difundir ativamente os valores aceitos universalmente, particularmente a paz, a justiça, a liberdade igualdade e solidariedade[...];
- e) desfrutar de liberdade acadêmica e autonomia plenas, vistas como um conjunto de direitos e obrigações, sendo simultaneamente responsáveis com a sociedade e prestando contas à mesma;
- f) desempenhar seu papel na identificação e tratamento dos problemas que afetam o bem-estar das comunidades, nações e sociedade global.<sup>127</sup>

As IES precisam reconhecer que atuam na sociedade e com a sociedade, ou melhor, são instituições sociais com ação e práticas sociais. Para CHAUÍ “a Universidade é uma instituição social e como tal exprime, de maneira determinada, a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade”.<sup>128</sup>

Diante dessa afirmação é salutar lembrar que “a educação superior deve se esforçar para adaptar permanentemente às mudanças da sociedade em que está, sem interrupção, em transição e, mudanças permanentes significam crises permanentes[...]. A verdade é que na vida das sociedades a instabilidade é a regra, a estabilidade é a exceção”.<sup>129</sup>

A Universidade precisa perceber que pode, através da sua competência técnica, propor a solução para os problemas da comunidade, só assim o conhecimento atravessará os muros da academia e cumprirá seu papel primeiro de edificador da cidadania. Enquanto todas as instituições, públicas ou privadas, que atuam no ensino superior não se derem conta do compromisso social que têm na

---

<sup>127</sup> UNESCO. 1999. p. 23.

<sup>128</sup> CHAUÍ, Marilena. Universidade: Organização ou instituição social. UNESCO: **A Universidade na encruzilhada** - seminário universidade: por que e como reformar. Brasília: UNESCO/SESU/MEC, 2003, p.67.

<sup>129</sup> DIAS, Marco Antônio Rodrigues. Políticas para o Ensino Superior a partir da Conferência de Paris. In: **Universidade e Sociedade**. Ano IX, n. 18. março de 1999, p.62.

região onde fixam suas bases de atuação, o sistema de educação superior está em crise. Para BUARQUE “tanto as instituições privadas quanto as públicas devem ser estruturadas de modo a servir aos interesses públicos”.<sup>130</sup>

**b) Segunda questão: Como formar, garantir a inclusão e a permanência dos seus egressos no mercado de trabalho?**

A segunda pergunta tem relação direta com a primeira, pois se as IES entendem e cumprem com sua função no sentido de diminuir as distâncias entre os seres humanos e contribuir para o desenvolvimento do seu entorno, proporcionam melhores condições para os egressos que atuam. Mas, a resposta não se encerra aí.

È sabido que o público alvo do ensino superior são os egressos do ensino médio. Também é fato que o nível dos alunos está cada vez pior<sup>131</sup>, então o compromisso com a formação dos profissionais vai além dos seus próprios acadêmicos, as instituições têm o dever de preocuparem-se com o produto que estão recebendo e diante da insatisfação desenvolver ações para melhorá-lo.

É preciso, ainda, uma mudança na concepção que os docentes têm sobre ensino. Além do aprimoramento constante, eles devem entender o processo de ensino aprendizagem como uma ação de construção e não de transmissão de conhecimentos, o foco deve estar nos alunos, no desenvolvimento de suas habilidades para atuar no mundo complexo e competitivo que enfrentam.

A partir das constatações destacadas acima, e reconhecendo a importante função que o ensino superior deve desempenhar, pode-se afirmar que a educação e o processo de ensino aprendizagem devem se centrar nos seres humanos que por

---

<sup>130</sup> BUARQUE, 2003, p. 44.

<sup>131</sup> Sobre isso ver os resultados do Brasil no Programa Internacional de avaliação de Alunos, promovido pela UNESCO em parceria com o INEP/MEC. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/internacional/pisa/>>.

sua vez devem reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano, interrogando a sua posição e função no mundo.

Para tanto, acompanhando a idéia de MORIN é imprescindível promover grande rememoração dos conhecimentos oriundos das ciências naturais, a fim de situar a condição humana no mundo, dos conhecimentos derivados das ciências humanas para colocar em evidência a multidimensionalidade e a complexidade humana, bem como integrar a contribuição inestimável das humanidades, não somente a filosofia e a história, mas também a literatura, a poesia[...].<sup>132</sup>

Cabe à educação do futuro cuidar para que a idéia de unidade da espécie humana não apague a idéia de diversidade e que a diversidade não apague a da unidade.

A educação deve ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade. Para compreender, além de comunicar e explicar é preciso desenvolver um conhecimento de sujeito para sujeito, e para isso a empatia deve ser trabalhada, “a compreensão pede abertura, simpatia e generosidade. Essa é a ética da compreensão que tem por conceito a arte de viver que nos demanda em primeiro lugar, compreender de modo desinteressado[...] compreender a incompreensão.”<sup>133</sup>

Dentro dessa perspectiva antro-poética e entendendo que indivíduo e sociedade co-existem, a democracia deve ser ensinada por ser o instrumento produtor e produto dos cidadãos no momento de sua interatividade.

---

<sup>132</sup> MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000, p.48.

<sup>133</sup> MORIN, 2000, p. 95.

Para WERTHEIN:

a universidade é uma torre de vigia. Trata-se de um lugar privilegiado de observação da sociedade, localizado no seu topo. Dela se avistam as tendências e as perspectivas. Dela se pode partir para desenhar os horizontes do futuro. Futuro marcado não só pelos conhecimentos e competências, mas também pelos valores de aceitação da diversidade, da paz, da valorização do desenvolvimento humano, da igualdade e tanto outros.<sup>134</sup>

A partir dessa concepção universalista, inclusiva, pacificadora e considerando a Universidade como local privilegiado para auxiliar no desenvolvimento da sociedade, é preciso analisar a elaboração dos currículos dos cursos superiores de graduação. Atualmente eles são divididos em disciplinas que pertencem a departamentos específicos. Seguindo do pensamento de BUARQUE<sup>135</sup>, é preciso romper com as “grades” que formam a estrutura curricular e partir para a dimensão multi e interdisciplinar que os conteúdos hoje exigem. Ensinar na perspectiva multidisciplinar é fundamental para garantir uma formação de qualidade aos egressos, mas enquanto existirem departamentos e “caixas” será impossível atingir esse nível com precisão.<sup>136</sup>

### **c) Terceira questão: como cumprir com o compromisso de desenvolvimento nacional?**

---

<sup>134</sup> WERTHEIN, Jorge. Universidade: relevância e reforma. UNESCO: **A Universidade na encruzilhada** - seminário universidade: por que e como reformar. Brasília: UNESCO/SESU/MEC, 2003. p. 21.

<sup>135</sup> Sobre isso ver: BUARQUE, 2003, p. 31.

<sup>136</sup> Existem hoje metodologias que permitem atingir essa dimensão. É o caso da metodologia da problematização que permite ao aluno refletir sobre sua própria prática pedagógica, fazendo uma interação entre o que é estudado e sua ação no trabalho. Sobre isso ver: ASMANN, Hugo. **Re-ecantar a educação – rumo à sociedade aprendente**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998 e AUSUBEL, D., NOVAK, J., & HANESIAN, H. **Educational Psychology: A Cognitive View** (2nd Ed.). New York: Holt, Rinehart & Winston, 1978.

Respondida a segunda questão, resta encontrar saída para o terceiro problema: como cumprir com o compromisso de desenvolvimento nacional? Este questionamento está diretamente relacionado com a produção do conhecimento dentro das IES e com a socialização do que é produzido, ou seja, com a pesquisa e a extensão.

Além de ensinar, as IES precisam se comprometer a desenvolver novas tecnologias, e torná-las acessíveis dentro do Estado, auxiliando no rompimento da dependência que os países em desenvolvimento têm em relação aos desenvolvidos, nessa dimensão. Para TILAK:

O ensino universitário é uma forma importante de investimento no desenvolvimento do capital humano. Na realidade, pode ser visto como uma forma de alto nível ou especializada de capital humano, cuja contribuição para o desenvolvimento econômico é muito importante. É visto, muito acertadamente como o motor do desenvolvimento da economia do novo mundo[...] A educação de terceiro grau auxilia através do ensino e da pesquisa a criação, absorção e disseminação do conhecimento. O ensino universitário também ajuda na formação de um Estado-Nação forte, ao mesmo tempo de propicia a globalização<sup>137</sup>.

Dentro dessa perspectiva, conhecendo a função de todas as Instituições de Ensino Superior é preciso destacar que a Educação é um bem público, mesmo quando oferecido pelo setor privado, e como bem público deve ser garantida pelo Estado que possui um papel fundamental em todo esse processo de crise e mudança.

A função estatal está além do financiamento, pois o Estado deve atuar como regulador e controlador de todo o sistema de ensino superior, deve compreender que ampliar o acesso é importante, mas nunca em detrimento da qualidade, deve exigir que todas as IES, incluindo as privadas, cumpram com sua

---

<sup>137</sup> TILAK, 2003, p. 3.

função social, com a produção e socialização do conhecimento e desenvolvimento de novas tecnologias.

Compromisso e responsabilidade são palavras chaves nesse novo momento que se inicia afinal, Universidade se faz com participação e envolvimento de todos os agentes que nela atuam, sejam professores, alunos, dirigentes, funcionários, a sociedade ou o Estado. Seguramente esse é o início da solução que a crise vivida atualmente requer.

## 2.2 AS ESTRATÉGIAS DO BANCO MUNDIAL PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Como já esclarecido no primeiro capítulo, o Banco Mundial atua através de programas de ajustes estruturais e financiamento de projetos que são orientados pelas CAS - produzidas pelos membros do Banco em conjunto com os governos dos países envolvidos. Além dessas modalidades, o BIRD pode auxiliar os países em desenvolvimento com aconselhamentos ou serviços não financeiros, para isso produz documentos e textos que servem de apoio para as políticas nacionais.

Desde 1963 o Banco tem auxiliado o crescimento e a diversificação do ensino superior nos países em desenvolvimento, e participado ativamente das reformas as quais o setor vem se submetendo, onde os indicadores principais são a eficiência, relevância, transparência e o acesso. O Brasil é o 5º tomador de empréstimos do Banco Mundial para desenvolver o ensino superior, tendo recebido o total de US\$ 400 milhões entre os anos de 1990 e 2000.<sup>138</sup>

---

<sup>138</sup> Sobre isso ver: BANCO MUNDIAL. **Construir Sociedades do Conocimiento: nuevos desafíos para la educación terciaria**. Disponível em: <<http://wbln0018.worldbank.org/lac/lacinfoclient.nsf/8d6661f6799ea8a48525673900537f95/8fc1d4dbb6>>

## 2.2.1 O Ensino Superior na Visão do Banco Mundial entre 1994 e 2003.

Desde o início de sua atuação o Banco vem desenvolvendo vários projetos e textos de orientação. Num recorte temporal, a partir de 1994, merecem destaque os seguintes documentos do Banco, que passam a ser analisados e comparados com as políticas nacionais brasileiras<sup>139</sup>: (a) *La Enseñanza Superior – Las Lecciones derivadas de la experiencia*(1994)<sup>140</sup>, (b) *The Financing and Management of Higher Education: a status report on worldwide reforms*(1998)<sup>141</sup>; (c) *Higer education in developing coutries: perfil and promise*(2000)<sup>142</sup>; (d) *Construir Sociedades do Conocimiento: nuevos desafíos para la educacion terciária* (2003)<sup>143</sup>.

### 2.2.1.1 O posicionamento do Banco em 1994

Em 1994 através do documento *La Enseñanza Superior – Las Lecciones derivadas de la experiencia*, o Banco apresenta quatro orientações chaves para a reforma do ensino superior nos países em desenvolvimento:

---

ccb824785256dc2005984bc/\$FILE/1Tertiary%20Education%20\_cover\_index\_%20spa.pdf> . Acesso em: 18 de jan. de 2004. p. 149.

<sup>139</sup> Os documentos estão nominados nas línguas de origem para facilitar a busca nos sítios indicados e por não existir tradução oficial ou autorização para fazê-la. Por outro lado, o banco proíbe a citação no todo ou em partes dos documentos aqui referenciados, mas por entender ser um direito constitucional garantido no artigo 5º incisos IX e XXXIII da CF/88, optou-se em cita-los.

<sup>140</sup> BANCO MUNDIAL. **La Enseñanza Superior – Las Lecciones derivadas de la experiencia**. 1994. Disponível em: <http://www.worldbank.org/LAC/lacinfoclient.nsf/FILE/Ensenanza%20Superior-esp.pdf>.

<sup>141</sup> BANCO MUNDIAL. **The Financing and Management of Higher Education: a status report on worldwide reforms**. 1998. Disponível em: <[http://www.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2000/07/19/000094946\\_99040905052384/Rendred/PDF/multi\\_page.pdf](http://www.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2000/07/19/000094946_99040905052384/Rendred/PDF/multi_page.pdf)> Acesso em: 18 de nov. de 2003.

<sup>142</sup> BANCO MUNDIAL. **Higher education in developing countries: perfil and promise**. 2000. Disponível em: <<http://www.tfhe.net>> Acesso em: 22 de out. de 2003.

<sup>143</sup> BANCO MUNDIAL. **Construir Sociedades do Conocimiento: nuevos desafíos para la educación terciaria**. 2003. Disponível em: <[http://wbln0018.worldbank.org/lac/lacinfoclient.nsf/8d6661f6799ea8a48525673900537f95/8fc1d6bb6ccb824785256dc2005984bc/\\$FILE/1Tertiary%20Education%20\\_cover\\_index\\_%20spa.pdf](http://wbln0018.worldbank.org/lac/lacinfoclient.nsf/8d6661f6799ea8a48525673900537f95/8fc1d6bb6ccb824785256dc2005984bc/$FILE/1Tertiary%20Education%20_cover_index_%20spa.pdf)> . Acesso em: 18 de jan. de 2004.

(a) fomentar a maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas; (b) proporcionar incentivos para que as instituições diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados; (c) redefinir a função do governo no ensino superior; (d) adotar políticas destinadas a outorgar prioridade aos objetivos da qualidade e da equidade<sup>144</sup>.

A primeira orientação - fomentar a maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas - está diretamente relacionada com os altos custos e a baixa produtividade que, segundo o Banco, as Universidades tradicionais têm. Então, como solução propõe uma maior diferenciação de instituições, principalmente as não universitárias e privadas, ampliando as oportunidades de acesso dos alunos com pouco ou nenhum custo adicional para o Estado.

A segunda orientação - proporcionar incentivos para que as instituições diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados - defende a extinção da gratuidade do ensino superior que deveria agora ser cobrado em especial àqueles que iriam auferir maior renda depois de formados. As pesquisas ou serviços de consultoria devem ser contratados pelas indústrias, devendo ao financiamento público considerar a qualidade das propostas das IES – independente se públicas ou privadas, para ser concedido.

A terceira orientação - redefinir a função do governo no ensino superior - segue mudanças na relação das IES com o governo a quem cabe isentar-se do aporte financeiro irrestrito e passar a controlar e avaliar o sistema, proporcionando a flexibilização das normas a fim de garantir a expansão das instituições privadas.

---

<sup>144</sup> BANCO MUNDIAL, 1994, p. 28-29.

Essa orientação está baseada na concepção de que o ensino superior não garante o retorno social para o investimento feito, enquanto que nos níveis inferiores de ensino – básico e secundário – isso está assegurado. “Essas evidências são extensamente usadas para desencorajar o investimento público em educação superior e para concentrar, quase que exclusivamente, os investimentos na educação primária”.<sup>145</sup>

Ainda segundo TILAK:

as políticas do Banco Mundial vêm, há muito tempo, desencorajando os investimentos em educação; o uso incorreto de estimativas de taxas de retorno[...] as condições econômicas adversas prevalentes em vários países em desenvolvimento, após as políticas de ajustes estruturais, são algumas das razões para o abandono do ensino de terceiro grau. Tal abandono também é consequência das premissas, apoiadas em poucas evidências empíricas, de que o ensino superior não tem efeito significativo sobre o desenvolvimento econômico, redução da pobreza e indicadores sociais de desenvolvimento nos países em desenvolvimento. Tal visão contribui significativamente para o ensino universitário ser negligenciado pelas organizações internacionais e pelos próprios países em desenvolvimento<sup>146</sup>.

Na quarta e última orientação - adotar políticas destinadas a outorgar prioridade aos objetivos da qualidade e da equidade. O Banco reserva para o governo a função de credenciar, avaliar e fiscalizar as IES. Medindo a qualidade, estabelece a relação entre os recursos estatais e o desempenho.

Nas palavras de SGUISSARDI (2000, p. 15) “ as premissas da análise econômica do tipo custo/benefício norteiam as principais diretrizes do Banco para a reforma dos sistemas de educação superior: priorizam-se os sinais do mercado e o saber como bem privado”.

---

<sup>145</sup> TILAK, 2003, p.4.

<sup>146</sup> TILAK, 2003, p. 1.

### 2.2.2.2 O posicionamento do Banco em 1998

Em 1998 outro documento é emitido pelo Banco sob o título *The Financing and Management of Higher Education: a status report on worldwide reforms*. Nesse trabalho a linha defendida no documento de 1994 é mantida e o Banco identifica suas recomendações na maioria das reformas em curso nos países em desenvolvimento.

A diferenciação institucional segue como o método mais eficaz para regular a demanda, ou seja, novas instituições com missão, função e modalidade distintas devem ser criadas e a orientação para o mercado continua como ponto forte da proposta em razão da “crescente importância que em quase todo o mundo têm adquirido o capitalismo de mercado e os princípios da economia neoliberal”<sup>147</sup>.

O ensino superior continua sendo tratado como um bem essencialmente privado. O Banco entende que:

**o ensino superior** responde a muitas das condições identificadas por Barr como características de um **bem privado**, que se pode subsumir às forças do mercado, dadas as condições de competitividade (oferta limitada), exclusividade (freqüentemente é obtido por um preço) e recusa (não é requerido por todos), características que não respondem às de um bem estritamente público, mas sim, a certas características importantes de um bem privado[...] os consumidores do ensino superior estão razoavelmente bem informados e os fornecedores muitas vezes não o estão – condições ideais para o funcionamento das forças do mercado. (grifou-se).<sup>148</sup>

Como síntese do pensamento do Banco, ao final do documento encontra-se a afirmação de que o auxílio do organismo se dá em diferentes níveis, de acordo

---

<sup>147</sup> BANCO MUNDIAL, 1998, p. 4.

<sup>148</sup> BANCO MUNDIAL, 1998, p. 05.

com o desenvolvimento econômico e educacional de cada país, e as reformas apoiadas devem seguir as seguintes diretrizes: “(a) complementar os recursos do Estado, sobretudo com o fim da gratuidade do ensino público; (b) promover a diferenciação institucional; (c) encorajar as iniciativas do setor privado; (d) abrandar regulamentos e normas oficiais”.<sup>149</sup>

O ensino superior não deve ser decidido apenas pelo Estado, mas outorgado às instituições e aos consumidores dos seus serviços, sejam eles alunos ou empresas, pois a partir de agora, segundo o Banco esse nível de ensino deve estar orientado para o mercado<sup>150</sup>.

### 2.2.2.3 O posicionamento do Banco no ano 2000

O Documento publicado pelo Banco em 2000 - *Higer education in developing countries: perfil and promise* surge após a maioria dos países em desenvolvimento já terem iniciado as reformas sugeridas nos documentos de 1994 e 1998<sup>151</sup>.

Neste documento o Banco revê sua idéia sobre o papel da educação superior para redução da pobreza e reconhece a posição equivocada que vinha mantendo sobre o tema:

Desde os anos 80 muitos governos nacionais e organismos financiadores internacionais têm atribuído à educação superior um nível de prioridade relativamente baixo. As análises econômicas, de olhar estreito – e, em nossa opinião equivocado -, têm contribuído para formar a opinião de que o investimento público em universidades e em instituições de educação superior se traduziria em ganhos insignificantes em comparação com os ganhos do investimento em escolas primárias e secundárias[...] A urgente

---

<sup>149</sup> BANCO MUNDIAL, 1998, p.29.

<sup>150</sup> Ver: BANCO MUNDIAL, 1998, p.30.

<sup>151</sup> Sobre isso ver: item 2.3 infra onde estão demonstradas as influências das metas do BIRD anunciadas em 1994 e em 1998 sobre a legislação brasileira e SGUISSARDI. Valdemar. Educação Superior: O banco mundial reforma suas teses e o Brasil reformará sua política?. In; **Educação Brasileira**. v. 22. n. 45. jul. a dez. 2000. p. 36.

tomada de medidas para expandir a quantidade e melhorar a qualidade da educação superior nos países em desenvolvimento deveria constituir-se em máxima prioridade nas atividades de desenvolvimento.<sup>152</sup>

O Banco mantém a confiança no mercado, mas não o reconhece como solução única para a educação superior entendendo agora que o Estado tem um papel importante nesse setor educativo, conforme se apreende na declaração abaixo:

Os mercados requerem lucros e isto pode relegar importantes oportunidades e deveres de ensino. As ciências básicas e as humanidades, por exemplo, são essenciais para o desenvolvimento nacional, mas seguramente recebem recursos insuficientes, a menos que os líderes educacionais, os que contam com recursos para por em prática suas visões, promovam-nas ativamente. É necessário que os governos desempenhem um novo papel como supervisores na educação superior, mais que como gestores. Deveriam concentrar-se em estabelecer os parâmetros dentro dos quais se possa alcançar o êxito enquanto permitem que as soluções específicas aflorem das mentes criativas dos profissionais da educação superior.<sup>153</sup>

O Banco modifica sua concepção sobre a importância das IES públicas quando afirma que elas “mantêm um vital e insubstituível papel na educação superior”, mas continua a apostar na diversificação de instituições assegurando que “todos os tipos de IES – inclusive as que operam por filantropia ou em razão do lucro – podem servir ao interesse público”, com a ressalva de que as privadas com fins lucrativos podem falhar nesse propósito, por serem operadas como um negócio, ou seja, enfrentando a competição do mercado<sup>154</sup>.

---

<sup>152</sup> BANCO MUNDIAL, 2000, p. 11.

<sup>153</sup> BANCO MUNDIAL, 2000, p. 11.

<sup>154</sup> BANCO MUNDIAL, 2000, p. 37.

Sobre a súbita mudança de posicionamento do Banco vale destacar a opinião de SGUISSARDI que afirma

Além do reconhecimento de um equívoco histórico nas prioridades educacionais patrocinadas pelo Banco Mundial, apresenta ele muitos aspectos de diagnósticos e sugestões práticas, que, tomados isoladamente, justificam, sem dúvidas, as expectativas que muitos tinham a seu respeito. No entanto, tomado no amplo contexto em que foi produzido, necessita-se prosseguir sua análise e das ações do Banco para qualquer conclusão isenta de ingenuidade ou exagerado otimismo<sup>155</sup>.

As análises do Banco aqui são diversas das fundamentadas somente no custo/benefício da educação superior, porém seguem ainda pelo viés economicista.

Novamente convém frisar que esse documento surge após as reformas no ensino superior já terem sido iniciadas na maioria dos países em desenvolvimento como o Brasil, e estarem gerando efeitos sobre toda a estrutura desse nível de ensino, como resta demonstrar nos itens subsequentes<sup>156</sup>.

#### 2.2.2.4 O posicionamento do Banco em 2003

O último documento publicado pelo Banco sobre o assunto é *Construir Sociedades do Conocimiento: nuevos desafíos para la educación terciária*, trata-se de um texto onde várias questões sobre o Ensino superior são analisadas contando inclusive com os dados financeiros da ajuda do BIRD para o setor.

#### **a) Concepção do Banco sobre a função do ensino superior**

Nesse documento o Banco afirma que os países com melhores sistemas educativos têm logrado maior êxito na economia mundial integrada, existindo uma evidência cada vez maior de que a educação superior é vital para os esforços de

---

<sup>155</sup> SGUISSARDI, 2000, p. 39.

<sup>156</sup> Afirmação feita com base nas análises realizadas no item 2.3 e seguintes desse capítulo.

uma nação no sentido de aumentar seu capital e promover sua coesão social, posto que promove o fortalecimento institucional e fatores de crescimento econômico e de desenvolvimento favoráveis. Essas concepções não constam nos documentos de 1994 e 1998.<sup>157</sup>

Ressalta que existem muitas oportunidades e graves ameaças para a educação superior no século XXI. A hegemonia das instituições clássicas – universidades – tem sido impugnada e em seu lugar a diferenciação institucional deve se acelerar e produzir uma maior quantidade de configurações, incluindo o surgimento de um grande número de alianças, associações entre IES e delas com outras empresas<sup>158</sup>.

O Banco alerta que com a era do conhecimento sem fronteiras, novos tipos de IES devem surgir, quais sejam: (a) universidades virtuais; (b) universidades de franquia; (c) universidades corporativas; (d) firmas de meios de comunicação; (e) produtores de software; (f) as empresas de entretenimento, dentre outros atores que buscam exportar o potencial do mercado emergente da educação terciária<sup>159</sup>.

O Banco amplia sensivelmente as propostas apresentadas no documento de 1994, dando ênfase às seguintes tendências do ensino superior:

(a) o papel emergente do conhecimento como principal motor do desenvolvimento econômico; (b) o surgimento de novos provedores de educação superior no contexto da educação sem fronteiras; (c) a transformação que têm sofrido os modelos de prestação de serviço de educação superior e seus padrões institucionais, como resultado da evolução da informação e da comunicação; (d) o surgimento de forças de mercado e do mercado global de capital humano avançado na educação superior; (e) o incremento das solicitações dos países clientes do Banco que procuram apoio financeiro e técnico para reformar e desenvolver a educação superior; (f) o reconhecimento da necessidade de se estabelecer uma visão equilibrada e integral da educação como um sistema holístico, que não inclua a contribuição da educação superior só na criação de

---

<sup>157</sup> Sobre isso ver BANCO MUNDIAL, 2003, p. 8.

<sup>158</sup> BANCO MUNDIAL, 2003, p. 79.

<sup>159</sup> BANCO MUNDIAL, 2003, p. 69.

capital humano, mas também abranja suas dimensões humanistas na construção do capital social e **seu papel como um importante bem público global.**(grifou-se)<sup>160</sup>

Percebe-se uma mudança considerável principalmente no que se refere ao tratamento da educação superior como bem público, porém o Banco indica como um dos obstáculos para o crescimento do ensino superior nos países em desenvolvimento, a ampliação da cobertura com financiamento sustentável, a redução das desigualdades de acesso e resultados, o problema da qualidade e a necessidade de flexibilizar estruturas governamentais e as práticas de gestão que são rígidas.(BANCO MUNDIAL, 2003, p. 17) Saliente-se que estas são propostas já presentes nos documentos anteriores.

Principalmente com relação à diversificação das IES a concepção não apresenta mudanças, pois, segundo o Banco “na medida que as instituições vão se diversificando o ensino superior passa a ser massificado e os estudantes se convertem nos verdadeiros protagonistas do ato educativo: são clientes primários, consumidores e pessoas que aprendem”<sup>161</sup>.

## **b) O papel dos governos nacionais**

O Banco passa a admitir que os governos nacionais devem apoiar, não necessariamente financiando, a educação superior por entender que o equilíbrio e o papel externo desse nível de ensino são base e suporte para o sistema educativo em geral<sup>162</sup>:

Ao analisar os benefícios públicos que contemplam a educação superior, é importante destacar os efeitos conjuntos derivados da complementaridade entre ela

---

<sup>160</sup> BANCO MUNDIAL, 2003, p. 18.

<sup>161</sup> BANCO MUNDIAL, 2003, p. 73.

<sup>162</sup> Ver: BANCO MUNDIAL, 2003, p. 20.

e os níveis inferiores do sistema educacional, apesar de muitos programas de graduação ou profissionalizantes poderem ser oferecidos por instituições diversas (um exemplo desses programas são os cursos de administração de empresas e direito) as atividades que implicam em altos custos como a investigação básica e diversos tipos de capacitação especializadas de graduação se organizam de maneira mais eficaz se combinadas com programas de graduação. A interdependência entre o financiamento de disciplinas e programas e os níveis de formação tem efeitos externos favoráveis que são valiosos, porém difíceis de quantificar. Ademais há certas economias de escala que justificam apoio público aos programas de maior custo, como as ciências básicas que representam monopólios naturais<sup>163</sup>.

Mesmo admitindo que cada país deve ter suas particularidades respeitadas, o Banco cita, como exemplo a ser seguido, os países desenvolvidos onde os investimentos na educação superior ficam entre 15% e 20% do total investido em educação, e indica que nos países em desenvolvimento onde o investimento chega a essa porcentagem, como é o caso do Brasil que em 1998 investiu 24%, há um erro nos setores da educação superior que recebem os valores. Segundo o Banco, “Os países em desenvolvimento que gastam mais de 20% do seu orçamento para educação superior em áreas não educativas, como por exemplo, os subsídios estudantis, possivelmente estão deixando de investir em materiais pedagógicos, equipamentos, recursos bibliotecários e outros insumos essenciais para uma aprendizagem de qualidade”.<sup>164</sup>

---

<sup>163</sup> BANCO MUNDIAL, 2003, p. 22.

<sup>164</sup> BANCO MUNDIAL, 2003, p. 23.

Sobre o papel do Estado, o Banco afirma que há de ser feita uma modificação considerável, qual seja: cabe ao Estado liderar o ensino superior através da criação de um marco favorável e de incentivos adequados.

Para o Banco na medida em que diminui a participação direta dos governos no financiamento e na prestação de serviço de educação superior, as instituições são menos dependentes do modelo tradicional de controle estatal para executar suas reformas, sendo que o Estado pode promover mudanças através do estabelecimento de linhas gerais e de estímulos às instituições a partir de políticas coerentes, de um marco regulatório favorável e incentivos adequados<sup>165</sup>.

Sobre o marco regulatório a ser implementado pelos Estados o Banco afirma que “deve ser privilegiado um sistema educativo diversificado, criando sistemas abertos que valorizem a experiência prévia, devendo garantir no lugar de limitar a inovação nas instituições públicas e as iniciativas do setor privado para ampliar o acesso à educação superior”.<sup>166</sup>

As normas para a criação de novas IES, incluídas as privadas e virtuais devem ficar restritas a requisitos mínimos de qualidade de modo a não configurar barreiras para o acesso do mercado. Sistema de avaliação, credenciamento e nivelamento das IES devem ser reforçados e publicados, sendo que o controle financeiro deve focar somente as IES públicas.

Apesar de reconhecer que, na maioria dos países em desenvolvimento, a educação superior depende quase que exclusivamente do financiamento público, afirma a necessidade de se buscar outras fontes de recursos, oriundas dos estudantes, familiares, doações ou do próprio mercado, para complementar a ajuda

---

<sup>165</sup> Sobre isso ver: BANCO MUNDIAL, 2003, p. 23.

<sup>166</sup> BANCO MUNDIAL, 2003, p. 24.

estatal. Cumpre destacar que, segundo o Banco, impulsionar a criação de IES privadas é um método eficaz para aliviar as pressões ao erário e satisfazer a demanda<sup>167</sup>.

Ao Estado cabe o papel de credenciador e avaliador, é sobre essas duas funções que devem centrar seus investimentos, aplicando a todas as IES, independente de sua modalidade, um sistema de avaliação flexível – onde seja obrigatório somente o credenciamento - e não punitivo promovido pela divulgação pública, incentivos financeiros e recompensas monetárias.

Outro ponto no documento sob análise que merece destaque é a estratégia que o Banco indica como favorável para que os Estados promovam as reformas propostas, ao afirmar que:

... elas alcançam melhores resultados quando não são impostas, mas fruto do consenso entre os diversos setores da sociedade, ou seja, não basta a edição de uma legislação que obrigue os interessados a se adequar as regras estatais, o Estado deve propor incentivos para lograr os resultados que espera, pois segundo o Banco os atores e as IES tendem a responder melhor e mais rápido a estímulos construtivos<sup>168</sup>.

No apêndice C do documento ora analisado, pode-se perceber que a participação governamental nos recursos das instituições públicas deve ser mínima e refere-se somente aos gastos gerais, aos serviços de consultoria, à pesquisa e a exames de laboratório, terrenos e edificações, bolsas e créditos estudantis (em parceria com alunos) e empréstimos, enquanto que os demais custos dividem-se entre os estudantes a indústria e os ex-alunos<sup>169</sup>.

### **c) O papel do Banco Mundial**

---

<sup>167</sup> Sobre isso ver: BANCO MUNDIAL, 2003, p. 108.

<sup>168</sup> BANCO MUNDIAL, 2003, p.25.

<sup>169</sup> Sobre isso ver: BANCO MUNDIAL, 2003, p.155-156.

O documento indica também que o Banco pretende, através de programas e projetos, apoiar as reformas nos países em desenvolvimento<sup>170</sup> que possam produzir resultados e inovações positivas, na medida em que:

(a) incrementem a diversificação institucional (aumento do número de instituições não universitárias e privadas) para ampliar a cobertura sobre uma base financeira viável e para estabelecer um marco de formação continua com múltiplos pontos de acesso e grande variedade de itinerários formativos; (b) fortaleçam a capacidade de investigação e desenvolvimento em ciência e tecnologia em áreas específicas relacionados com as prioridades do país para desenvolver suas vantagens comparativas; (c) melhorem a qualidade e a pertinência da educação superior; (d) fomentem a criação de mecanismos de equilíbrio (bolsas e créditos educativos) com o propósito de ampliar as oportunidades dos estudantes com poucos recursos; (e) criem sistemas de financiamento sustentáveis que estimulem a capacidade de resposta e flexibilidade das instâncias de educação superior; (f) fortaleçam a capacidade de gestão com medidas tais como a introdução de sistemas de informação a fim de melhorar o processo de redução das contas, a administração e a boa gestão dos assuntos públicos, e o uso eficiente dos recursos existentes; (g) consolidem e ampliem as capacidades em matéria de tecnologia da informação e comunicação para diminuir a brecha digital entre países desenvolvidos e em desenvolvimento<sup>171</sup>.

---

<sup>170</sup> Esse apoio se dá de maneira distinta conforme o nível de educação que a país já possua, então as condições indicadas são em linhas gerais.

<sup>171</sup> BANCO MUNDIAL, 2003, p. 27-28.

A Corporação Financeira Internacional(CFI) destinará seus recursos para apoiar as IES privadas naqueles países em que há marcos regulatórios favoráveis e os incentivos adequados para fortalecer a educação superior privada<sup>172</sup>.

Cumprir ressaltar que os empréstimos BIRD podem destinar-se de maneira prioritária aos sistemas de credenciamento e melhora na qualidade ou à criação de créditos educativos ao setor privado em geral<sup>173</sup>.

### **e) O papel das Instituições de Ensino Superior**

Outros pontos de destaque, no documento em análise, são as indicações feitas às IES ao responderem aos seus desafios no século XXI. Tais instituições devem ser capazes de obtemperar às necessidades mutantes da educação, adaptarem-se a um panorama de educação superior dinâmico e adotar novas modalidades mais flexíveis de organização e operação. Além disso, devem organizar-se de modo que possam acomodar as necessidades de aprendizagem e capacitação de uma clientela diversificada<sup>174</sup>:

As IES deverão preparar seus alunos para as exigências do mercado, permitindo que os estudantes desenvolvam habilidades para aprender a aprender, aprender a transformar a informação em novo conhecimento e aprender a traduzir o novo conhecimento em aplicações. Sendo concedida prioridade às habilidades analíticas ligadas à capacidade de buscar e encontrar informação, resolver problemas, formular hipóteses, reunir e avaliar.<sup>175</sup>

Na nova economia do conhecimento, as competências que valorizam os empregados se relacionam com a capacidade de comunicação verbal e escrita, trabalho em grupo, estudo em duplas, pensamento futuro, e condições de se ajustar às trocas constantes.<sup>176</sup>

---

<sup>172</sup> Sobre isso ver BANCO MUNDIAL, 2003, p. 29.

<sup>173</sup> BANCO MUNDIAL, 2003, p. 29.

<sup>174</sup> BANCO MUNDIAL, 2003, p.58.

<sup>175</sup> BANCO MUNDIAL, 2003, p.65.

<sup>176</sup> BANCO MUNDIAL, 2003, p.66.

O Banco segue reconhecendo a importância das Universidades tradicionais e do seu papel no que concerne à formação e investigação avançada, devendo, porém, se submeter às mudanças significativas solicitadas pela aplicação de novas tecnologias e pela pressão do mercado.<sup>177</sup>

Sobre as IES sem fins lucrativos – como no Brasil as comunitárias - o Banco afirma que têm um papel importante porque podem custear cursos com alto custo (medicina), vez que essas instituições combinam certa sensibilidade social com os benefícios do mercado. E por não estarem ligadas ao lucro possibilitam o oferecimento de cursos em campos de estudo importantes, porém não são lucrativos comercialmente, como é o caso das artes, das ciências humanas e sociais<sup>178</sup>.

A autonomia das IES, principalmente com relação às públicas segue sendo defendida. Segundo o Banco “tais instituições devem ter a capacidade de exercer o controle significativo sobre os principais fatores que afetam a qualidade e os custos de seus programas”.<sup>179</sup>

Entre as múltiplas características devem apresentar a capacidade de: fixar seus próprios requisitos de administração, o número de estudantes, decidir o valor das matrículas, e estabelecer critérios para a escolha dos estudantes que receberão ajuda financeira. E mais, devem ficar livres para determinar suas próprias condições de emprego, contratação e remuneração de pessoal, de modo que possam responder às novas exigências do dinâmico mercado laboral<sup>180</sup>.

Desta forma pode-se concluir que as principais mudanças do documento de 2003 em relação ao documento editado em 1994 ligam-se ao papel de destaque

---

<sup>177</sup> Ver: BANCO MUNDIAL, 2003, p. 79.

<sup>178</sup> BANCO MUNDIAL, 2003, p.22.

<sup>179</sup> BANCO MUNDIAL, 2003, p. 133.

<sup>180</sup> Ver: BANCO MUNDIAL, 2003, p. 133.

que o conhecimento recebe agora, pois é visto como o principal motor do desenvolvimento econômico. E a concepção da educação superior como um bem público.

Porém vale lembrar que a redução do papel do Estado na educação superior, a diversificação das IES e das fontes de financiamento continuam presentes no documento atual, como se pode observar a partir das análises realizadas acima.

Assim sendo, a partir das propostas feitas pelo Banco pode-se conceber que futuramente nos países seguidores das as estratégias indicadas pelo BIRD, o ensino superior será: (a) privado; (b) com avaliação de modo uniforme – o que é um desrespeito à diversidade regional - e punitiva – apesar do Banco negar. Com a proposta de ligar a avaliação aos empréstimos concedidos pelo Estado está-se punindo as IES que não conseguem um bom desempenho; (c) o Estado vê sua função ainda mais reduzida, cabendo-lhe tão somente o papel de “avaliador e credenciador”. É a educação superior sendo orientada para e pelo mercado.

### **2.2.3 As estratégias e metas para o Brasil: CAS 2000 e 2004**

Na CAS-2000 para o Brasil, conforme diagnóstico do Banco, uma parcela mínima da população possui nível superior e experiência profissional. Então para resolver o problema o BIRD indica a seguinte estratégia: aumentar a eficiência e igualdade de financiamento para a educação superior e facilitar o desenvolvimento da capacitação impulsionada pelo setor privado, sendo que o indicativo de alcance ou não das metas pelo Brasil passa a ser medido pelo número de universitários formados, pelo acesso dos pobres ao ensino superior e pelo índice de indivíduos com formação profissional. Ao Banco cabe auxiliar na reestruturação do

financiamento público para a Educação superior e favorecer empréstimos de programas ajustáveis.<sup>181</sup>

Diagnostica ainda que o Brasil possui instituições de alto nível, geralmente eficazes, e instituições de nível inferior ineficientes, além de restrições políticas. Para resolver o problema adota como estratégia o fortalecimento dos sistemas legais, a transparência e a gestão econômica, desenvolvendo a avaliação das instituições<sup>182</sup>.

No documento de 2004 ao analisar o desempenho do país para atingir as metas indicadas em 2002 o Banco constata que “o ensino superior continua com acesso limitado apesar dos gastos serem extremamente altos[...] sendo necessário formas de financiamento mais eficientes e maiores vínculos entre ensino superior e o setor privado.”<sup>183</sup>

Na CAS 2004 o Banco afirma haver um acréscimo no número de IES privadas no Brasil, principalmente na região sudeste, e que companhias de educação particulares e a distância estão se desenvolvendo. Reconhece que as inscrições nas instituições privadas correspondem hoje a 65% do total de matrículas nesse nível de ensino, o que segundo o Banco, demonstra a incapacidade do Estado em gerir bem a educação superior pública. Constata que as IES públicas são mais qualificadas que as privadas, mas em contrapartida são elitistas<sup>184</sup>. Cita ainda a existência de reclamação por parte das indústrias sobre falta de mão de obra qualificada o que impede maiores investimentos<sup>185</sup>.

A primeira afirmação do Banco - incapacidade do Estado em gerir bem a educação superior pública – está baseada no fato de haver mais matrículas em IES

---

<sup>181</sup> BANCO MUNDIAL, doc. n. 20160, anexo B9.

<sup>182</sup> BANCO MUNDIAL, doc. n. 20160, anexo B9.

<sup>183</sup> BANCO MUNDIAL, doc. n 27043-BR, p. 81.

<sup>184</sup> Note-se que há um recente estudo do INEP afirmando o contrário. Ver: [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)

<sup>185</sup> BANCO MUNDIAL, doc. n 27043-BR, p. 123

privadas do que nas públicas, porém não considera que hoje essas instituições ocupam mais de 50% do ensino superior oferecido, seguindo exatamente determinado em 1994 e 1998, o que permite concluir que não se trata de incapacidade do Estado, mas sim uma manipulação do discurso dominante para inculcar uma “suposta verdade”.

A segunda afirmação - que as IES públicas são mais qualificadas - apesar de verdadeira é contraditória, pois se o Banco assegura que o Estado não é bom gestor da educação superior, então como que a qualidade está exatamente nas IES por ele geridas? E mais se o Banco reconhece que a qualidade está nessas instituições públicas, por que insistem nos seus discursos que é importante “flexibilizar os regulamentos” nacionais para promover o ensino privado?

A terceira afirmação do Banco – que as IES públicas são elitistas – é inverídica. Pesquisa publicada recentemente pelo INEP onde ficou comprova o contrário ao concluir que:

fica evidente, independente da forma de apresentação dos dados, que nas IES públicas é significativamente maior o percentual de alunos com renda familiar mais baixa; inversamente, nas IES privadas é significativamente maior o percentual de alunos com renda familiar mais alta, desfazendo a percepção generalizada de que os filhos dos ricos estudam nas instituições públicas e os filhos dos pobres nas instituições privadas<sup>186</sup>.

Ao afirmar que a indústria reclama da falta de mão de obra qualificada para aumentar os investimentos no país, assegurar que o ensino superior de qualidade está nas IES públicas e defender a diversificação, principalmente privada do ensino superior, o Banco está se contradizendo ou defendendo uma política de

---

<sup>186</sup> INEP. Exame Nacional de Cursos 2003: resumo técnico. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 21 de jan. de 2004.

desmantelamento do ensino superior e inviabilizando o real crescimento do país. Apesar do significativo aumento do acesso ao ensino superior no Brasil nos últimos anos<sup>187</sup>, os índices de desemprego mostram que exatamente a falta de investimento no país em áreas que absorvam mão de obra qualificada está prejudicando os egressos das IES. Como se observa em recente pesquisa do DIEESE, 70% das novas vagas oferecidas em São Paulo são para a área doméstica e apenas 30% requerem trabalhadores com alta qualificação<sup>188</sup>. Então pergunta-se do que adianta garantir um ensino de massa se o mercado não está pronto para receber esses futuros trabalhadores?

O Banco assevera que em parceria com a CFI pode realizar empréstimos para favorecer o acesso às IES privadas e para o treinamento profissional, conforme o desenvolvimento das reformas do sistema de ensino superior no país<sup>189</sup>. Fato, também, questionável, pois mesmo admitindo que o ensino de qualidade está nas IES públicas e sabendo que elas não são elitistas como se quer fazer crer, por que o financiamento será para as instituições privadas? A conclusão a que se pode chegar é que o Banco realmente não tem interesse que o Brasil desenvolva o ensino superior público, um dos poucos setores que podem realmente auxiliar na real independência do país.

### 2.3 A INFLUÊNCIAS DAS ESTRATÉGIAS DO BANCO MUNDIAL NO SISTEMA EDUCACIONAL SUPERIOR DO BRASIL

No Brasil existem vários regulamentos sobre educação superior. Trata-se de leis esparsas que devem obedecer ao disposto na norma constitucional que

---

<sup>187</sup> Sobre isso ver: MEC/INEP. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>.

<sup>188</sup> Fonte: DIEESE - Departamento intersindical de estatísticas e estudos sócio econômicos, disponível em <http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=5> Acesso em: 25 de nov. de 2003.

<sup>189</sup> BANCO MUNDIAL, doc. n 27043-BR, p. 159-160.

regula o assunto. É importante ressaltar que, segundo o artigo 205 da Constituição Federal de 1988(CF/88), “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento das pessoas, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Dessa forma pode-se concluir que a CF/88 assegura a todos os brasileiros o direito à educação, e atribuiu o dever de promovê-la ao Estado, família e sociedade, sendo que a educação assegurada na CF/88 deve ser aquela que edifica a cidadania, promove o desenvolvimento da pessoa e qualifica-a para o trabalho.

Ainda na CF/88 estão previstos no artigo 206 os princípios que orientam as atividades de ensino no Brasil. São eles:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

Com relação ao ensino superior o artigo 207 da CF/88 prevê a autonomia didático- científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades que devem manter a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com isso pode-se compreender que existe uma diferença entre as Instituições de Ensino Superior no Brasil, podendo algumas adotar como missão somente o ensino, e outras, dotadas de autonomia e com o status de Universidade, investir e desenvolver a pesquisa e a extensão. Cumpre lembrar que, segundo o

modelo brasileiro, o ensino de modo geral e o ensino superior, em particular, podem ser explorados pela iniciativa privada desde que cumpram as normas da educação nacional e sejam autorizadas e avaliadas pelo Poder público<sup>190</sup>.

Dentro desse panorama geral onde se constata que o ensino é direito de todos, que as IES tem a opção de desenvolver a pesquisa e extensão caso pretendam alçar à posição de Universidade e adquirir autonomia, e que a educação pode ser explorada tanto por instituições públicas ou privadas, uma análise detalhada da Lei de Diretrizes e Bases da Educação(LDB) e dos demais instrumentos normativos brasileiros faz-se necessária<sup>191</sup>.

Cumprir salientar que juntamente com a análise das referidas normas serão apontadas as semelhanças entre as estratégias do Banco Mundial e a leis sobre educação superior no Brasil.

### **2.3.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96**

Primeiramente é importante destacar que a LDB amplia os princípios constitucionais que orientam o ensino no país, assegurando a “coexistência do ensino público e privado[...] valorização da experiência extra-escolar e vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”.<sup>192</sup>

No sentido dos princípios constitucionais e dos acrescentados pela legislação a LDB regulamenta em seu artigo 7º que além de serem credenciadas e avaliadas, as instituições de ensino privadas devem ser autofinanciadas.

Quanto à competência da União em relação ao ensino está previsto no artigo 9º que ela tem, dentre outras, a incumbência de:

---

<sup>190</sup> Sobre isso ver: CF/88, artigo 209.

<sup>191</sup> Serão analisados apenas os aspectos relevantes para o Ensino Superior.

<sup>192</sup> BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB -. 1996. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Artigo 3º, incisos V, X, XI.

- II – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;
- VII – baixar normas gerais sobre os cursos de graduação e pós-graduação;
- VIII – assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas de ensino que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;
- XI – autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

Nesse artigo começam a se manifestar as influências da concepção do Banco Mundial na educação superior brasileira, pois fica claro que cabe ao Estado muito mais a tarefa de controle e regulação do que a de gestão e manutenção dos sistemas de ensino superior no Brasil.

Mais à frente no texto da lei, o artigo 16, prevê que o sistema federal de ensino compreende: “I – as instituições de ensino mantidas pela União; II – as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada”. Com essa previsão legal começa a se delinear a diversificação das IES no Brasil, que acaba de se materializar com os artigos 19 e 20 do mesmo diploma legal que dispõem:

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV - filantrópicas, na forma da lei.

A influência do Banco Mundial emerge, quando se compara o disposto no documento emitido pelo BIRD, em 1994, o qual prevê como estratégia para os países em desenvolvimento, dentre outras, as medidas:

(a) fomentar a maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas – Essa estratégia está diretamente ligada aos artigos 16, 19 e 20 supra citados;

(b) redefinir a função do governo no ensino superior – estratégia ligada ao artigo 9º da LDB;

(c) adotar políticas destinadas a outorgar prioridade aos objetivos da qualidade e da eqüidade – estratégia ligada ao artigo 9º da LDB.

Seguindo a análise da LDB, agora com relação ao Capítulo IV que trata especificamente da educação superior, as influências ficam ainda mais explícitas, conforme se depreende da tabela comparativa abaixo:

**Tabela 1**

**Comparação entre o texto da LDB e as Estratégias do Banco Mundial**

<i>Texto da LDB – 1996</i>	<i>Estratégia do Banco Mundial – Documento 1994(p. 28 – 29)</i>
<b>Artigo 45</b> - A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com	Maior diversificação das instituições, incluindo o desenvolvimento as IES privadas

<p>variados graus de abrangência ou especialização.</p>	
<p><b>Artigo 46</b> – a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.</p> <p>§ 1º. Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em desc credenciamento.</p>	<p>Redefinir a função do governo no ensino superior</p> <p>Adotar políticas destinadas a outorgar prioridade aos objetivos da qualidade e da equidade</p>
<p><b>Artigo 53</b> - No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:</p> <p>Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre: V - contratação e dispensa de professores; VI - planos de carreira docente.</p>	<p>Redefinir a função do governo no ensino superior</p>
<p><b>Art. 54</b> - § 1º. No exercício da sua autonomia[...] as universidades públicas poderão:</p> <p>I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;</p> <p>II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;</p> <p>IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;</p> <p>VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem</p>	<p>Redefinir a função do governo no ensino superior</p> <p>Proporcionar incentivos para que as instituições diversifiquem as fontes de financiamento,</p>

orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.	
--	--

Sabe-se que muito do que está previsto legalmente na LDB, principalmente no que se refere à questão da autonomia das Universidades públicas, ainda não pode ser visto na prática, como afirma TRINDADE “o grande paradoxo brasileiro, porém, é que o princípio da autonomia universitária [...] tornou-se letra morta para as instituições públicas federais submetidas a controles kafkianos, enquanto que as universidades privadas, uma vez reconhecidas pelo governo, passam a gozá-la plenamente imunes a qualquer controle governamental.<sup>193</sup>”

A partir das afirmações de TRINDADE, pode-se concluir que, tanto a ausência de autonomia real para as Universidades Públicas, como a atribuição de autonomia plena às IES privadas configuram políticas públicas do governo brasileiro para o ensino superior.

Feita a demonstração pontual das “coincidências” entre a LDB editada em 1996 e as estratégias do Banco para a Educação Superior divulgadas em 1994, vale destacar o pensamento de SGUISSARDI, quando afirma:

Diversos enfoques analíticos das políticas públicas para a educação superior no país, da legislação[...] ao financiamento, passando pelas tentativas de implantação de um novo modelo de “autonomia” das universidades federais, pela avaliação via Exame Nacional de Cursos (“provão”) e pelo acelerado processo de privatização, revelam uma série de evidências que sustentam a hipótese[...]de uma grande similitude entre essas políticas indutoras de uma reforma pontual da educação superior no Brasil e as

---

<sup>193</sup> TRINDADE. Hélgio. As universidades frente à estratégia do governo. TRINDADE, Hélio (org.). **Universidades em Ruínas na república dos professores**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 29.

orientações/recomendações emanadas dos principais documentos do Banco Mundial<sup>194</sup>.

### **2.3.2 Decreto Lei 3860/01**

Merece análise o decreto em vigor que regulamenta o ensino superior no Brasil, editado em 2001, que revogou os decretos nº 2.026, de 10 de outubro de 1996, e nº 2.306, de 19 de agosto de 1997. Novamente, aqui, apresentam-se as similitudes com as concepções do BIRD, na tentativa de comprovar que as influências geradas pelo organismo, em questão, existem, mesmo que não haja o reconhecimento oficial de tais semelhanças.

Nas palavras de SGUISSARDI encontra-se suporte para essa afirmação, conforme se depreende do seguinte trecho: “embora não reconhecida oficialmente, torna-se cada vez mais evidente a similitude entre as linhas mestras das recentes políticas e reformas pontuais da educação superior no país e as principais recomendações de organismos multilaterais para a área como as do Banco Mundial”<sup>195</sup>.

O Decreto sob análise prevê no artigo 7º que quanto à sua organização acadêmica, as instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino, classificam-se em:

I - universidades; II - centros universitários; e III - faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores, seguindo mais uma vez a instrução do Banco no que se refere à diversificação das IES no Brasil.

Com esse artigo percebe-se que pode haver tipos diversos de IES que por sua vez tem missões diferentes, ou seja, às universidades cabe promover o ensino,

---

<sup>194</sup> SGUISSARDI, 2000, p. 17.

<sup>195</sup> SGUISSARDI, 2000, p. 12.

a pesquisa e a extensão, sendo lhes atribuída à autonomia para ampliar e reduzir vagas e/ou cursos, bem como manter cursos fora do campus, criando os denominados campi<sup>196</sup>.

Os centros universitários são aquelas instituições que mantêm uma estrutura pluricurricular com o foco somente no ensino de excelência que deve ser comprovada através do desempenho de seus cursos nas avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação. Tais instituições têm a mesma autonomia que as Universidades, sendo vedado somente a criação de cursos fora de suas sedes, tendo liberdade para criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes.<sup>197</sup>

As demais instituições têm vocação somente para o ensino, e devendo manter propostas curriculares em uma ou mais áreas do conhecimento, o que depende de autorização prévia do Poder Executivo (MEC/CNE) para funcionar.<sup>198</sup>

Com isso fica clara a diversificação das IES no Brasil, e a relação com as estratégias do BIRD explicitadas em 1998, após a LDB, mas antes da edição do decreto ora analisado, quando prevê que o Estado deve (b) promover a diferenciação institucional; (c) encorajar as iniciativas do setor privado; (d) abrandar regulamentos e normas oficiais.<sup>199</sup>

São exatamente essas três ações que o Decreto deflagra, pois permite, assim como na LDB, a criação de diferentes tipos de IES, encorajando a iniciativa privada a ingressar no ensino superior através de regulamentos mais flexíveis.

---

<sup>196</sup> Ver artigo 8º, 9º e 10 do decreto 3860/01.

<sup>197</sup> Sobre isso ver artigo 11 do decreto 3860/01 e o decreto 4914/03 que dispõe sobre os centros universitários de que trata o referido artigo.

<sup>198</sup> Ver artigos 12 e seguintes do decreto 3860/01.

<sup>199</sup> BANCO MUNDIAL, 1998, p.29.

Resta demonstrado novamente como as “sugestões” do Banco e a legislação brasileira se assemelham, ou seja, com são coincidentes as ações do governo com as políticas do BIRD, no que se refere à educação superior.

### **2.3.3 O Plano Nacional de Educação (PNE)**

As coincidências já apontadas não ficam somente na LDB e no decreto ora analisado, elas se encontram também no Plano Nacional de Educação – Lei 10172/01.

Essa norma tem por objetivo instituir o Plano Nacional de Educação (anexo da referida lei) organizando e estabelecendo metas para os diversos níveis de ensino no Brasil, fazendo uma projeção para os 10 anos subseqüentes a sua criação.

O ensino superior examinado e planejado no item B4 do PNE que inicia com breve diagnóstico a situação desse nível de ensino no Brasil, constata que o mesmo enfrenta sérios problemas, precisando ser renovado e desenvolvido.

Segundo o PNE:

atualmente, os cerca de 1,5 milhões de jovens egressos do nível médio têm à sua disposição um número razoável de vagas[...] Entretanto, como resultado conjugado de fatores demográficos, aumento das exigências do mercado de trabalho, além das políticas de melhoria do ensino médio, prevê-se uma explosão na demanda por educação superior[...] a matrícula nas instituições de educação superior vem apresentando um rápido crescimento nos últimos anos. Apenas em 1998, o número total de matriculados saltou de 1 milhão e 945 mil, em 1997, para 2 milhões e 125 mil em 1998. Houve, portanto, um crescimento de 9%, - índice igual ao atingido pelo sistema em toda a década de 80.

Sobre a afirmação do aumento do número de alunos matriculados no ensino superior, entre 1997 e 1998, é importante lembrar que o crescimento é

proporcionalmente inverso se levar em conta a qualidade das instituições medidas pelo provão do MEC –instrumento governamental, no mesmo período<sup>200</sup>.

O PNE reconhece que o Estado tem o dever de apoiar a IES pública, pois ela “tem um importante papel a desempenhar no sistema, seja na pesquisa básica e na pós-graduação *stricto sensu*, seja como padrão de referência no ensino de graduação[...] cabe-lhe qualificar os docentes que atuam na educação básica e os docentes da educação superior que atuam em instituições públicas e privadas, para que se atinjam as metas previstas na LDB quanto à titulação docente”.<sup>201</sup>

Ainda convém destacar que o PNE assume a importância das Universidades dadas suas atividades típicas - ensino, pesquisa e extensão - que constituem o suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País. Ressalta, porém, que apesar da relevância da participação do setor público na educação superior, “há que se pensar, evidentemente, em racionalização de gastos e diversificação do sistema”, reafirmando a importância da expansão do setor privado que deve continuar.<sup>202</sup>

Outra parte que merece destaque é com relação à assertiva de que o sistema de educação superior deve contar com um conjunto diversificado de instituições que atendam a diferentes demandas e funções.

As universidades têm como missão contribuir para o desenvolvimento do País e a redução dos desequilíbrios regionais, pois constituem o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade, sendo, simultaneamente, depositária e criadora de conhecimentos. Mas, segundo o PNE, para que elas consigam alcançar um bom desempenho,

---

<sup>200</sup> Ver informações no sítio do INEP, disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 22 de fev. de 2004.

<sup>201</sup> PNE, 2001, p.30.

<sup>202</sup> Ver Plano Nacional de Educação, p. 31-32.

devem contar com a autonomia universitária, exercida nas dimensões previstas na Constituição Federal de 1988: didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial<sup>203</sup>.

Se é das universidades a função de promover e contribuir para o desenvolvimento do país, se são nessas instituições que o conhecimento é criado, pergunta-se: Qual a função das demais IES, especialmente as não universitárias e privadas, que hoje concentram mais alunos que as Universidades públicas? A elas também não cabe desenvolver e criar conhecimento, de modo a garantir uma educação de qualidade para todos e promover o desenvolvimento nacional?

Infelizmente pode-se concluir, segundo a análise do atual sistema de ensino superior brasileiro, que não. Essas outras instituições não firmam compromisso com o desenvolvimento, e nem estão obrigadas a isso, elas contribuem para aumentar o número de vagas, promover o acesso, mas não têm responsabilidade com o desenvolvimento, e, muitas vezes sequer garantem um ensino de qualidade<sup>204</sup>. Sobre isso convém lembrar que o controle e a indicação das atividades desenvolvidas pelas Instituições cabem ao Estado como “avaliador e credenciador” das IES. Então se elas não estão cumprindo com o que devem, ele, o Estado, também, pode e deve ser responsabilizado.

Outra afirmação do PNE, que mantém estreita ligação com as indicações do Banco Mundial, é a que defende uma reformulação no rígido sistema atual de controles burocráticos. Segundo o documento

a efetiva autonomia das universidades, a ampliação da margem de liberdade das instituições não-universitárias e a permanente avaliação dos currículos constituem medidas tão necessárias quanto urgentes, para que a educação superior possa enfrentar as rápidas transformações por que passa a sociedade brasileira e constituir um

---

<sup>203</sup> PNE, 2001, p. 33.

<sup>204</sup> Ver próximo item restará comprovada essa afirmação.

pólo formulador de caminhos para o desenvolvimento humano em nosso país<sup>205</sup>

Nas palavras do Banco é preciso “abrandar regulamentos e normas oficiais”<sup>206</sup>. Seguindo a mesma linha de diversificação, expansão e flexibilização indicadas pelo Banco Mundial, o PNE adota como diretriz que “as instituições não vocacionadas para a pesquisa, mas que praticam ensino de qualidade e, eventualmente, extensão, têm um importante papel a cumprir no sistema de educação superior e sua expansão, devendo exercer inclusive prerrogativas da autonomia”<sup>207</sup>.

Como estratégia de diversificação, há que se pensar na expansão do pós-secundário, isto é, na formação de qualificação em áreas técnicas e profissionais. Essas idéias são fortemente defendidas pelo então Ministro da Educação Paulo Renato SOUZA:

Se faz tão necessário diversificar e amplificar, há que chegar também a uma diversificação no modelo de ensino superior, um modelo no qual nem todas as escolas teriam que ser universidade na acepção do termo – com o clássico tripé de ensino, pesquisa e extensão -, mas sim boas instituições voltadas para a formação de profissionais de nível superior, aptas a atenderem à dinâmica do mercado e à necessidade de qualificação de um número maior de brasileiros<sup>208</sup>.

É importante destacar que o PNE elege 23 metas que devem ser alcançadas até o final de 2011. Dentre elas, importam para a presente pesquisa as relacionadas na tabela de correlação abaixo, onde estão explicitadas as coincidências com as “sugestões” do Banco Mundial<sup>209</sup>.

---

<sup>205</sup> PNE, 2001, p. 34

<sup>206</sup> BANCO MUNDIAL, 1998, p.29.

<sup>207</sup> PNE, 2001, p.34.

<sup>208</sup> SOUZA, Paulo Renato de. Globalização e educação: rumos e perspectivas. In: **Humanidades**. n. 43. [199?], p. 11.

<sup>209</sup> Cumpre destacar que as metas não mencionadas abaixo, não mantêm relação direta com as diretrizes do Banco e poderão ser encontradas no PNE, 2001, p. 35-36.

**Tabela 2**

**Comparação entre as Metas do PNE e as Estratégias do Banco Mundial**

<b>Metas do PNE</b>	<b>Estratégia do Banco Mundial<sup>210</sup></b>
Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos.	Aumentar a eficiência e igualdade de financiamento para educação superior, tendo como padrões de referência para o desempenho do país o número de universitários formados.(BANCO MUNDIAL, doc. 20160, anexo B9).
Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País	Apoio de um sistema de empréstimo estudantil que permitiria que recursos públicos existentes fossem concentrados na expansão da educação superior e sua acessibilidade a um segmento mais abrangente da população brasileira.(BANCO MUNDIAL, doc. 20160, item 124-g.)
Assegurar efetiva autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira para as universidades públicas.	Redefinir a função do governo no ensino superior.(BANCO MUNDIAL, 1994, p.28-29)
Estender, com base no sistema de avaliação, diferentes prerrogativas de autonomia às instituições não-universitárias públicas e privadas.	Abrandar regulamentos e normas oficiais; Encorajar as iniciativas do setor privado.(BANCO MUNDIAL, 1998, p.29)
Diversificar o sistema superior de ensino, favorecendo e valorizando estabelecimentos não-universitários que ofereçam ensino de qualidade e que atendam clientela com demandas específicas de formação: tecnológica, profissional liberal, em novas profissões, para exercício do magistério ou de formação geral.	Fomentar a diversificação das Instituições, incluindo o desenvolvimento de Instituições privadas (BANCO MUNDIAL, 1994, p.28). Encorajar as iniciativas do setor privado (BANCO MUNDIAL, 1998, p.29).
Institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa que englobe os setores público e privado, e promova a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.	Adotar políticas destinadas a outorgar prioridade aos objetivos da qualidade e da equidade. (BANCO MUNDIAL, 1994, p.29) Fortalecer os sistemas legais, a transparência e a gestão econômica é a estratégia para o desenvolvimento que terá seu desempenho medido pelas avaliações institucionais. (BANCO MUNDIAL, doc. 20160, anexo B9)
Estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de	Abrandar regulamentos e normas oficiais; Encorajar as iniciativas do setor

<sup>210</sup> Estão sob análise os documentos publicados pelo Banco entre os anos de 1994 e 2000, incluídos textos sobre educação superior e as metas da CAS-2000 para o Brasil nesse setor. Importa destacar que o documento(CAS), onde consta apenas o item ou o número do anexo é em razão de ter se adotado referenciais seguros a partir do próprio documento e não de eventuais publicações.

estudos oferecidos pelas diferentes instituições de educação superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientelas e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem.	privado.(BANCO MUNDIAL, 1998, p.29). Fomentar a diversificação das Instituições, incluindo o desenvolvimento de Instituições privadas (BANCO MUNDIAL, 1994, p.28).
Diversificar a oferta de ensino, incentivando a criação de cursos noturnos com propostas inovadoras, de cursos seqüenciais e de cursos modulares, com a certificação, permitindo maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino.	Fomentar a diversificação das Instituições, incluindo o desenvolvimento de Instituições privadas (BANCO MUNDIAL, 1994, p.28). Encorajar as iniciativas do setor privado (BANCO MUNDIAL, 1998, p.29).

A tabela acima demonstra a influência do Banco Mundial nas políticas, e principais normativas sobre o ensino superior no Brasil, pois se pode perceber, a partir de uma simples leitura, as coincidências entre as ações brasileiras e as recomendações do Banco.

Interessa destacar que existem semelhanças, também, entre o documento publicado pelo Banco em 2003, analisado anteriormente, e as ações e políticas brasileiras para o setor. Seguindo a metodologia de raciocínio acima utilizada, é possível perceber, a partir das normativas já mencionadas, que o Brasil mantém sua política educacional de ensino superior alinhada às idéias do Banco Mundial. Resta dizer que a não realização da análise comparativa, deve-se ao fato de norma, versando sobre o assunto, não ter sido editada no Brasil após a publicação do referido documento.

#### 2.4 REFLEXOS DA INFLUENCIA DO BANCO MUNDIAL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO A PARTIR DE 2000: um olhar sobre os Cursos de Direito no Brasil.

Diante da constatação a que se chegou nos itens anteriores, convém refletir sobre o que isso significa para o Ensino Superior de modo geral e para os cursos jurídicos em particular, no Brasil nos último 2 anos, pois bem se sabe que com a ampliação das IES o acesso da população aos cursos superiores tem

aumentado. Esse fato à primeira vista parece bom, afinal um maior número de pessoas está recebendo mais instrução, mas é preciso demonstrar que tipo de “instrução” é essa e qual o verdadeiro impacto dessas ações na construção acadêmica do ensino superior no Brasil.

Por razões metodológicas e temporais faz-se um recorte pontual sobre o amplo universo de dados disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), escolhendo para análise os anos de 2000 a 2002, e os cursos de direito na Região Sul. Com isso pretende-se comprovar que as políticas do Brasil, orientadas pelo Banco Mundial, estão causando uma proliferação das instituições de ensino superior no país, especialmente dos Cursos de Direito, sem garantir a inserção dos egressos no mercado de trabalho, servindo para preencher os índices oficiais, os dados estatísticos e fornecer um ensino de massa.

Segundo TRINDADE, a matrícula nas instituições privadas que expandiu-se em três décadas de 40% para 75%, gera um processo de privatização e faz com que a democratização do acesso ao ensino superior não aconteça pela via da massificação do ensino público[...], mas através de um ensino privado, pago e de baixa qualidade média.<sup>211</sup>

Seguramente não se pode tomar esse argumento como regra para todas as IES, pois existem instituições de qualidade dentre as privadas. Entretanto é no setor público que o grau de excelência ainda é encontrado. Uma das razões da superioridade das IES públicas sobre as particulares reside na política governamental, na época do governo militar que estabeleceu uma divisão de trabalho entre as universidades públicas e privadas, ficando as primeiras

---

<sup>211</sup> TRINDADE, 2001, p. 29.

responsáveis pela pesquisa e pós-graduação e as segundas pelo ensino de massa<sup>212</sup>.

A proliferação da IES privadas que ocorreu no Brasil nos últimos anos, em decorrência da “facilitação” normativa, da política de expansão e diversificação implementada pelo Estado, segue na mesma perspectiva traçada no governo militar. As IES particulares continuam a se preocupar essencialmente com o ensino, relegando a pesquisa e a extensão às Instituições públicas que são minoria. Isso faz com que o Brasil tenha um sistema de ensino superior amplo, mas com pouco comprometimento com o desenvolvimento nacional, na perspectiva do já afirmado no item primeiro deste capítulo.

Com isso, o que se consegue, pelo menos até agora, foi uma verdadeira “*macdonaldização*” do ensino superior no Brasil, pois as muitas IES privadas estão orientadas somente para o mercado, tratam seus alunos como consumidores, e o ensino com um bem privado, à mercê de quem o paga, onde a qualidade é relação do produto fornecedor *versus* cliente.

Assim os índices vão sendo preenchidos, os indicadores vão se tornando favoráveis, e as metas dos Organismos multilaterais, que orientam para um ensino de massa, vão sendo cumpridas. Porém, trata-se de um quadro falso onde milhões de pessoas são admitidas em Instituições de pouca qualidade, pagam caro pelo ensino e não conseguem sequer inserção no mercado de trabalho. E apesar de todo o esforço financeiro e intelectual continuam à margem do sistema.

Pedro VENCESLAU, afirma que “nos anos 60 e 70 o diploma era garantia de que não faltaria emprego para o resto da vida. O número de formados era muito

---

<sup>212</sup> Sobre isso ver: TRINDADE, 2001, p. 31.

inferior às necessidades do mercado”.<sup>213</sup> Falando da realidade atual, Marcio Pochman afirma que “o que garante emprego não é a qualificação, mas o crescimento econômico. Na última década, o discurso neoliberal predominante transferiu para a vítima a responsabilidade pelo desemprego. Como se a qualificação fosse a solução para se conseguir trabalho. Como se a falta de acesso do jovem ao emprego não se devesse à escassez de vagas, mas à ausência de capacitação para o trabalho”<sup>214</sup>

#### 2.4.1 Os reflexos para os cursos jurídicos

Crescendo em progressão geométrica, os cursos de Direito estão se tornando presentes em grande parte das IES brasileiras. Em 2002, segundo dados do INEP, aproximadamente 36% das IES no Brasil e mais de 50% no Sul do país, contavam com Cursos Jurídicos.

Analisando os dados estáticos pode-se constatar em 30 de dezembro de 2000 a existência de 442 cursos de Direito no Brasil. Em 31 de dezembro de 2003 esse número é de 763 cursos, que formam em média 100 profissionais/ano, ou seja, são 7630 pessoas anualmente tentando ingressar no mercado de trabalho.<sup>215</sup>

Recente reportagem publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, permite vislumbrar a dimensão desse crescimento. Citando o IBGE, o jornal afirma que “o Brasil é o país dos Bacharéis. A pesquisa do IBGE revela que, dos 5,9 milhões de brasileiros de 25 anos ou mais que tinham diploma em 2000, 689,6 mil (11,6%) são advogados [...] O número de advogados aumentou mais de 50% em dez anos, em

---

<sup>213</sup> VENCESLAU, Pedro. O diploma não é mais o mesmo. **Movimento: Revista da União Nacional dos Estudantes**. São Paulo. p. 22-23, n. 9. out. 2003.

<sup>214</sup> POCHMAN, Márcio *apud* VENCESLAU, Pedro. p. 23.

<sup>215</sup> Fonte: MEC/INEP. Disponível em: <<http://www.edudatabrasil.gov.br>>. Acesso em 22 de jan. de 2004.

virtude do boom das faculdades de Direito, fenômeno que nem sempre representa garantia de qualidade.”<sup>216</sup>

No exame da ordem realizado em outubro de 2003, somente 20% dos inscritos conseguem aprovação, o que ratifica ou permite concluir que os egressos das “Faculdades de Direito” no Brasil não estão aptos para o exercício da advocacia. Segundo a OAB, a formação que os bacharéis recebem não dá conta de cumprir com um dos primeiros objetivos de quem egressa do ensino superior, a inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, Rubens Approbato MACHADO afirma que “o aluno faz sacrifícios, paga e, ao término do curso, recebe um diploma que não é útil para nada. Não consegue passar no exame de Ordem, não passa em concurso público. É bacharel em direito e não pode exercer a profissão.”<sup>217</sup>

A evolução das ofertas de cursos superiores, de modo geral, e dos cursos jurídicos em particular, no Brasil vem aumentando consideravelmente no período em análise. No total 457 IES são criadas no período de 2 anos (janeiro de 2000 a dezembro de 2002), dando-se o maior aumento no setor privado, com um incremento de aproximadamente 44%, conforme tabelas abaixo.<sup>218</sup>

No setor público, se considerada a soma total das IES Federais, Estaduais e Municipais, de modo geral, o número de instituições criadas no mesmo período é de 17. Convertido em percentual chega a um aumento em torno de 10%.

---

<sup>216</sup> SOUZA, Marcos de Moura e. LEAL, Luciana Nunes. País dos bacharéis tem 689 mil advogados. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 de dez. de 2003, Caderno Geral, p. A-12.

<sup>217</sup> MACHADO, Rubens Approbato *apud* SOUZA; LEAL, 2003, p. A-12. Sobre isso ver sítio oficial da OAB disponível em <<http://www.oab.org.br>>. GLOBO, Rede. **Jornal da Globo**. 12 de fev. de 2004. Disponível em: <<http://www.globo.com/jornaldaglobo>>.

<sup>218</sup> Os valores em percentuais são aproximados, sendo sempre aumentados para cima.

**Tabela 3****Instituições de Ensino Superior no Brasil – ano 2000**

	<b>Total</b>	<b>Federais</b>	<b>Estaduais</b>	<b>Municipais</b>	<b>Particulares<sup>219</sup></b>
Número de IES	1180	61	61	54	1004

Fonte: MEC/INEP

**Tabela 4****Instituições de Ensino Superior no Brasil – ano 2002**

	<b>Total</b>	<b>Federais</b>	<b>Estaduais</b>	<b>Municipais</b>	<b>Particulares<sup>220</sup></b>
Número de IES	1637	73	65	57	1442

Fonte: MEC/INEP

Analisando os dados somente da Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), pode-se perceber que a evolução das IES de modo geral acentua a regra média brasileira. A região conta com um aumento de 48% no total de IES. No setor privado, o aumento é mais flagrante, atingindo o número de IES 225 o que perfaz um acréscimo de 58%, ficando acima da média no país.

**Tabela 5****Instituições de Ensino Superior na Região Sul – ano 2000**

	<b>Total</b>	<b>Federais</b>	<b>Estaduais</b>	<b>Municipais</b>	<b>Particulares<sup>221</sup></b>
Número de IES	176	10	17	7	142

Fonte: MEC/INEP

<sup>219</sup> Incluídas as Confessionais, comunitárias e filantrópicas.

<sup>220</sup> Incluídas as Confessionais, comunitárias e filantrópicas.

<sup>221</sup> Incluídas as Confessionais, comunitárias e filantrópicas.

**Tabela 6**

**Instituições de Ensino Superior na Região Sul – ano 2002**

	<b>Total</b>	<b>Federais</b>	<b>Estaduais</b>	<b>Municipais</b>	<b>Particulares<sup>222</sup></b>
Número de IES	260	11	17	7	225

Fonte: MEC/INEP

Agora, analisando os mesmos dados, em igual período, só que com relação aos **Cursos de Direito**, percebe-se que em termos nacionais a evolução ocorre novamente no setor privado, apresentando um acréscimo de 43%, ou seja, 148 novos cursos são criados no período de 2 anos, enquanto que no setor público o aumento é de apenas 9%, com a criação de 9 novos cursos.

**Tabela 7**

**Número de Cursos de Direito no Brasil – ano 2000**

	<b>Total</b>	<b>Federais</b>	<b>Estaduais</b>	<b>Municipais</b>	<b>Particulares<sup>223</sup></b>
Cursos de Direito	142	52	31	12	347

Fonte: MEC/INEP

**Tabela 8**

**Número de Cursos de Direito no Brasil – ano 2002**

	<b>Total</b>	<b>Federais</b>	<b>Estaduais</b>	<b>Municipais</b>	<b>Particulares<sup>224</sup></b>
Cursos de Direito	599	55	35	14	495

Fonte: MEC/INEP

<sup>222</sup> Incluídas as Confessionais, comunitárias e filantrópicas.

<sup>223</sup> Incluídas as Confessionais, comunitárias e filantrópicas.

<sup>224</sup> Incluídas as Confessionais, comunitárias e filantrópicas.

Com relação ao Sul do Brasil, os cursos de direito expandem-se amplamente no setor privado que cria 23 dos 24 cursos novos implantados na região, ou seja, esse setor cresce 25% contra 0,5% do público.

**Tabela 9**

**Número de Cursos de Direito na Região Sul – ano 2000**

	<b>Total</b>	<b>Federais</b>	<b>Estaduais</b>	<b>Municipais</b>	<b>Particulares<sup>225</sup></b>
Cursos de Direito	110	10	6	2	92

Fonte: MEC/INEP

**Tabela 10**

**Número de Cursos de Direito na Região Sul – ano 2002**

	<b>Total</b>	<b>Federais</b>	<b>Estaduais</b>	<b>Municipais</b>	<b>Particulares<sup>226</sup></b>
Cursos de Direito	134	10	6	3	115

Fonte: MEC/INEP

Mas o problema não está somente na expansão do número de Cursos de Direito no setor privado. A grande questão, segundo BUSATO e MEDINA é que a:

concorrência desenfreada que se vem estabelecendo entre cursos mantidos por instituições particulares está acarretando sério problema, que é o do afrouxamento das formas de seleção dos candidatos ao ensino jurídico[...] em certas instituições, segundo se sabe, o vestibular é pouco mais que uma formalidade a ser cumprida. Essa situação tende a agravar-se na medida que o mercado mostra-se saturado, diante do grande número de cursos jurídicos autorizados a funcionar.<sup>227</sup>

<sup>225</sup> Incluídas as Confessionais, comunitárias e filantrópicas.

<sup>226</sup> Incluídas as Confessionais, comunitárias e filantrópicas.

<sup>227</sup> BUSATO, Antonio Roberto; MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. **Ofício n. 002/2004 – CEJU.** Disponível em: <<http://www.oab.org.br>>. Acesso em 13 de fev. de 2004. p. 4.

Nesse sentido vale lembrar que o ensino superior de massa, garantido pelo governo e apoiado pelo Banco Mundial, ao contrário do que se tenta delinear, não garante inserção em um mercado de trabalho já saturado. Ou se modificam as políticas públicas no sentido de expandir as vagas para egressos dos cursos superiores ou cada vez mais o quadro de desempregados é preenchido por portadores de diploma.

Analisando o desempenho das instituições que mantêm cursos de Direito no Sul do Brasil, no provão do MEC realizado em 2002, fica claro que o compromisso com a qualidade não vem sendo cumprido por todas elas<sup>228</sup>.

Está disponível no Instituto de Estudos e Pesquisa (INEP) o desempenho de 36 IES avaliadas no ano de 2002, e conforme se pode observar na tabela abaixo as particulares mantêm os piores resultados, pois a maioria vem recebendo conceito C e estão abaixo da média se comparadas com as IES públicas – Federais e Estaduais – que recebem conceito A e B.

Assim pode-se comprovar que a diversificação de instituições, apesar de ampliar o acesso, não garante a qualidade e frustra as expectativas de muitos alunos que ingressam nesses cursos.

**Tabela 11**

**Desempenho das IES Sul brasileiras no Provão do MEC/2002**

**Curso de Direito**

	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>
Públicas	7	1	-	-	-
Privadas	1	5	17	3	2

Fonte: MEC/INEP

---

<sup>228</sup> Fonte: MEC/INEP

Em 2002, em Mandado de Segurança impetrado pelo Conselho Federal da OAB contra o parecer nº146/2002 do Conselho Nacional de Educação, homologado pelo MEC, que pretendia diminuir o número de anos e flexibilizar ainda mais a estrutura curricular dos cursos jurídicos, o relator do processo, Ministro do STJ, Franciulli Netto, considera ao conceder a segurança ser “notório que a abertura excessiva e descriteriosa do número de faculdades de Direito prejudica a qualidade do exercício profissional dos bacharéis, grande parte despreparada para atuar nas diversas carreiras jurídicas”.<sup>229</sup>

Merece destaque a recente lista divulgada pela Ordem dos Advogados do Brasil onde estão relacionados os Cursos de Direito recomendados pela OAB. Sabe-se que essa listagem não tem efeito maior sobre os cursos, mas pode-se utilizá-la para indicar como são poucas as IES que têm seus cursos recomendados. Como a pesquisa centra-se nas instituições sul-brasileiras é preciso dizer que dos 134 Cursos de Direito existentes apenas 11 são recomendados e dentre esses somente 2 são particulares.<sup>230</sup>

Diante de tudo é correto afirmar que, seguindo instruções e compartilhando com as diretrizes do Banco Mundial o governo brasileiro está permitindo que o ensino superior no país se torne cada vez mais um bem privado de pouca qualidade, e descomprometido com o desenvolvimento nacional.

Resta dizer, ainda, que não se pode adotar uma posição maniqueísta sobre essa questão, é preciso considerar que:

uma série de fatores associados vão contribuir para a expansão no ensino de 3º grau. A própria configuração sócio econômica atual e

---

<sup>229</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **MS 8592-DF**. 2002. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br>> . Acesso em 15 de fev. de 2004.

<sup>230</sup> Ver lista completa no anexo B.

as transformações ocorridas nos padrões de trabalho exigem a renovação constante do conhecimento e impõem aos cidadãos a necessidade de uma educação continuada. O grau de escolaridade tornou-se o principal determinante não só das condições de empregabilidade, influenciando também nos salários e na permanência do emprego.(BAHIA, 1999, p. 61)

Importa mencionar ainda que o Governo Federal, através do MEC, propôs recentemente a criação de cotas nas instituições privadas para garantir o acesso das pessoas com baixo poder aquisitivo e que não conseguem ser admitidos no ensino público superior<sup>231</sup>.

Essa política tem por escopo ampliar o número de pessoas nos cursos de nível superior, utilizando as vagas ociosas nas IES privadas, e mostra-se como medida paliativa para suprir as deficiências do ensino médio e fundamental público, de onde são oriundos esses candidatos. É a política da omissão que permite mais uma vez mascarar o problema ao invés de resolvê-lo.

É importante lembrar que o Brasil precisa de políticas que vão além da simples expansão, proliferação, autonomia e diversificação das Instituições de Ensino Superior. Também convém salientar que fornecer educação para o maior número de pessoas possível pode continuar compondo o caminho que busca o desenvolvimento. Mas acreditar que somente a educação vá reverter o quadro de exclusão e pobreza que se vive hoje no país é ingenuidade. É preciso entender que “a democratização do acesso e a garantia de não evasão e de conclusão do curso superior dependem de políticas de inclusão social, de distribuição de renda, de erradicação da indigência e da pobreza que afetam mais de metade dos brasileiros”.<sup>232</sup>

---

<sup>231</sup> Sobre isso ver: MEC. Programa Universidade para todos. Disponível em: <  
[http://www.mec.gov.br/acs/banner/superior\\_arquivos/frame.htm](http://www.mec.gov.br/acs/banner/superior_arquivos/frame.htm)>. Acesso em: 18 de mar. de 2004.

<sup>232</sup> SGUISSARDI, 2000, p. 41.

Sabendo que as políticas mencionadas por SGUISSARDI – inclusão social, distribuição de renda, erradicação da pobreza – não existem efetivamente, resta concluir que os reais objetivos do governo brasileiro entre 1994 e 2002, e possivelmente do que agora está no poder, é cumprir a cartilha do Banco Mundial e permitir que o ensino superior no Brasil seja privado, de pouca qualidade e descomprometido com o desenvolvimento nacional, no mesmo sentido do que já mencionado em parágrafos anteriores.

### **3. A EDUCAÇÃO DO BRASIL PELA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: A ADOÇÃO DOS PADRÕES ALHEIOS PARA GARANTIR A ALIENAÇÃO**

Diante do apresentado, surgem algumas perguntas e este capítulo tem a intenção de respondê-las. São elas: (a) Por que o Brasil segue como membro do e continua firmando acordos com o BIRD? (b) Qual a verdadeira função do Banco Mundial no cenário internacional?

Para o primeiro questionamento a resposta óbvia é a necessidade e, portanto, dependência que o país tem em relação aos empréstimos concedidos pelo Banco. Mas essa é uma resposta simplista demais para a estrutura atual das Relações Internacionais.

Para a segunda pergunta, a resposta que surge à mente é que o Banco tem por função reduzir a pobreza, promover o crescimento e auxiliar no desenvolvimento. Mas analisando suas bases de atuação, sua estrutura e origem, pode-se afirmar que suas iniciativas vão muito além e são claramente explicitadas pelos manuais e por ele próprio.

Para entender a relação entre o Brasil e o Banco Mundial e identificar a verdadeira deste, diante da realidade do ensino superior brasileiro, busca-se aporte teórico em Pierre Bourdieu, mais precisamente nas suas explicações sobre o relacionamento dos agentes dentro do campo social, bem como sobre

diversos aspectos dos fenômenos de poder, notadamente o que se expressa pela função de violência simbólica.

Esclarecer tais questões torna-se relevante no contexto atual das Relações Internacionais (RI's), dado que os seus paradigmas não conseguem respondê-las e tão pouco fornecer subsídios sólidos para a compreensão.

Sabe-se que muitas respostas podem ser encontradas a partir de outros teóricos, como Marx, Foucault ou Durkheim, mas dada a especificidade do trabalho e seus limites, opta-se por verificá-las na teoria de Bourdieu, que conta com as seguintes categorias que serão explicadas posteriormente: campo, *habitus*, poder simbólico, violência simbólica, ação pedagógica, autoridade pedagógica, arbitrário cultural, dominantes e dominados.

Assim o trabalho estrutura-se a partir dos capítulos anteriores, aos quais faz menções, e de um breve contexto das relações internacionais atuais, seus atores e a dinâmica de poder. A partir disso a teoria é apresentada e relacionada com as análises prévias para permitir a conclusão sobre as duas questões iniciais.

Nessa análise teórica estão explicitadas como os países centrais utilizam os mecanismos do poder e da violência simbólica para determinar o comportamento dos Estados periféricos, impingindo-lhes uma conduta e fazendo prevalecer os interesses do Norte em relação ao Sul.

Com isso, e a partir dos dados trazidos no segundo capítulo, acredita-se ser possível explicar as razões que fazem a educação superior brasileira ser determinada por padrões que não correspondem à realidade nacional, garantindo a inculcação de um arbitrário cultural alienígena.

### 3.1 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: considerações sobre o campo

Algumas considerações gerais sobre as Relações Internacionais e as dinâmicas de seus atores dentro do campo se fazem necessárias para compreender as considerações seguintes acerca do comportamento e das atitudes de alguns países, como o Brasil e os Estados Unidos, por exemplo, no cenário mundial.

Inicialmente cumpre destacar que na sociedade internacional não há hierarquia entre os Estados, nem um poder central que detenha o uso da força e tampouco regras obrigatórias capazes de ajustar a conduta de seus agentes. Outro fator a ser considerado é que, como em qualquer ambiente social, os atores lutam para manter, ocupar e garantir espaços, cultivando suas relações com base na política.

Pertinente lembrar que as nações sempre mantêm contato entre si, e que a luta para adquirir, manter e ampliar espaços de poder no cenário internacional é uma constante<sup>233</sup>. Inicialmente esses embates se resolvem através do emprego da força física e legítima, mas com a evolução do tempo, do homem e das normas, o uso dessa força passa a ser “política e juridicamente incorreto”, apesar de muitas vezes ainda ser empregado.

MAQUIAVEL, o teórico do Realismo Político na sua obra “O Príncipe” indica alguns caminhos a serem seguidos na conquista ou manutenção do poder. Quando ensina a arte de governar e lista as habilidades necessárias para se tornar príncipe o autor separa completamente a política da moral, sendo que a primeira deve sempre velar pelo bem estar do Estado mesmo que para isso se utilize de condutas não morais, afirmando que quando se utiliza a política para alcançar o

---

<sup>233</sup> Nesse sentido ver ACCIOLY. **Manual de Direito Internacional**. 1998, p. 05.

poder lança-se mão de valores éticos e não se julgam as atitudes, mas sim as conseqüências, ou seja, os fins justificam os meios.

Ainda em Maquiavel apreende-se que há duas maneiras de se combater: pelas leis ou pelas armas, sendo que a primeira é própria do homem e a segunda dos animais. O príncipe deve ter a sua disposição as duas e saber empregá-las, pois “uma sem a outra é a origem da instabilidade”.<sup>234</sup>

Nas Relações Internacionais não se tem leis efetivas para coibir certas perversidades, e a luta (guerra) pelo poder ou pela manutenção do *statu quo* é uma constante. Por essa razão os ensinamentos de Maquiavel são sempre aplicados, devendo um governante obter o sucesso ou alcançar o bem-estar do seu Estado, ser um bom príncipe e ter boas armas, para então, ter bons aliados e garantir sua força na cena mundial.

É fato que as Relações Internacionais continuam sendo orientadas pelo e para o poder, como se pôde observar nas recentes ações armadas norte-americanas em alguns países do Oriente Médio, e na última reunião da Organização Mundial do Comércio, realizada na cidade de Cancun, no México, entre os dias 10 e 14 de setembro de 2003, onde Estados reunidos tentam garantir posições no mercado mundial<sup>235</sup>.

Também é preciso considerar que, após a Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento dinâmico da economia, surge a interdependência nas relações estatais com os demais atores, sob influência marcante das forças transnacionais e supranacionais<sup>236</sup>.

---

<sup>234</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. Lívio Xavier. Bauru: Edipro, 2001, p.87.

<sup>235</sup> Sobre a afirmação dos embates na última rodada de negociações da OMC, ver sítio oficial da organização em: <<http://www.wto.org>>.

<sup>236</sup> Sobre isso ver: KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Poder y Interdependencia**: La Política Mundial en Transición. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

Em decorrência dessa maior interdependência e conexão dos Estados, outro fato que deve ser destacado é a evolução e protagonismo dos organismos internacionais que, desde 1949, são reconhecidos pela Organização das Nações Unidas como sujeitos de Direito Internacional, o que cria e delimita mais um foro de embate e disputas pelo poder, agora não mais atrelado somente ao espaço estatal e toma novas proporções<sup>237</sup>.

Com isso não significa dizer que o Estado deixa de existir, como bem assevera Liszt VIEIRA ao afirmar que "Apesar das tendências à constituição de uma função pública transnacional, o Estado nacional/territorial continua sendo a instância central legítima do poder e o destinatário de demandas da população"<sup>238</sup>.

Significa sim, no mesmo sentido de Celso BASTOS assegurar que "no momento atual, os Estados são frágeis porque são superiormente dirigidos por normas internacionais [...] uma enorme teia de regras harmônicas adotadas em diversos campos".<sup>239</sup>

O processo mundial de globalização tem afetado diretamente a soberania – poder de mando em última instância – de alguns Estados nacionais, e traz consigo a interdependência política, ideológica, jurídica e principalmente econômica entre os Estados. Esta interdependência faz com que o Estado perca seus limites e sua maior característica de centro único de poder.

Contemporaneamente, o Estado divide seu espaço com outros atores numa sociedade internacional cada vez mais pluralista e com relações mais estreitas e interdependentes, tanto no aspecto político, como no econômico ou jurídico.

---

<sup>237</sup> Sobre isso ver: MELLO, 2002, p. 641.

<sup>238</sup> VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998. p.110.

<sup>239</sup> BASTOS, Celso. **Estado do futuro**. MARTINS, Ives Gandra. (coord). **O Estado do futuro**. São Paulo: Pioneira, 1998, p.165.

Para Samuel Pinheiro Guimarães é de extrema relevância o grau de concentração ou desconcentração de poder tanto para a sociedade interna como para a internacional. Esse fato deixa de figurar apenas no plano teórico e passa a se relacionar diretamente à questão da eqüidade, do arbítrio, da violência e do bem-estar. Ainda para ele "no plano internacional, a concentração de poder é decisiva para determinar a forma como se organizam as relações entre os Estados e, portanto, para a distribuição dos benefícios dessas relações entre eles; em conseqüência, para o bem-estar relativo de suas sociedades"<sup>240</sup>.

Saliente-se a opinião de CARR para quem a política é sempre vista em termos de política de poder, sendo o segundo elemento essencial para a existência da primeira.<sup>241</sup> Esse autor divide o poder político no campo internacional em três categorias interligadas: poder militar, poder econômico e poder sobre a opinião<sup>242</sup>.

Quanto ao primeiro, ao considerar que o fim último das RI's é a guerra, trata-o como fundamental e indica que as lutas ocorrem para tornar um país mais forte ou para enfraquecer outros, tendo a guerra caráter defensivo ou preventivo.<sup>243</sup>

O poder econômico também é um instrumento de poder político, apesar das tentativas de separá-los. Mas analisar o sistema econômico desvinculado do sistema político é uma falácia, pois a história tem exemplos que confirmam a união de ambos: o imperialismo "visto como um movimento econômico que utilizou armas políticas, ou como um movimento político que utilizou armas econômicas"<sup>244</sup>.

Importa ressaltar que a arma econômica é uma arma quase que exclusiva dos países fortes. Exatamente por isso não pode ser classificada como mais moral que a arma militar, mesmo que tenha características mais humanitárias. Apenas "o

---

<sup>240</sup> GUIMARÃES, 2001, p. 57.

<sup>241</sup> CARR, Edward Hallet. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Brasília:UNB, 1981, p. 104.

<sup>242</sup> CARR, 1981, p. 134.

<sup>243</sup> CARR, 1981, p. 113.

<sup>244</sup> CARR, 1981, p. 115.

forte tenderá a preferir a arma menor e mais civilizada, porque esta, geralmente, será suficiente para a realização dos seus propósitos”.<sup>245</sup>

O poder sobre a opinião pública<sup>246</sup> é tão essencial quanto os outros dois acima relatados, pois auxilia de maneira eficaz o Estado na consecução de seus objetivos. Sabe-se que “a arte da persuasão sempre se constituiu numa parte necessária da bagagem de um líder político”<sup>247</sup>.

A partir dessa contextualização, interessa destacar que, apesar das nações estarem dividindo espaço com outros atores no cenário internacional, elas continuam buscando manter suas posições, aumentar seu domínio e fazer prevalecer seus interesses, pois essas são atitudes comuns em toda a sociedade.

Observando, então, as relações dentro do campo das RI's pode-se afirmar que os atores aumentam, mas a manutenção de posições, a superioridade de certos Estados e a dependência de uns em relação a outros continuam presentes. Por se tratarem de relações eminentemente políticas o poder continua sendo orientador dentro do campo, e as tentativas para mantê-lo ou ampliá-lo seguem predominando.

Entendendo que as RI's são relações sociais é preciso considerar que existem diversos fatores que movimentam e fundamentam as posições dos agentes dentro do campo, compreendendo também que as relações de poder não são apenas relações interindividuais de influência ou de domínio e que suas formas não se restringem ao político, econômico ou militar, é que se observa a existência de um outro tipo de poder, denominado por BOURDIEU de simbólico e a partir do qual se buscam respostas para as perguntas anteriormente enunciadas.

---

<sup>245</sup> CARR, 1981, p. 128.

<sup>246</sup> Deve-se lembrar que uma das formas mais antigas de formar a opinião pública é a educação, pois através dela o Estado (visto como aquele que a oferece) pode determinar o conteúdo do que é ensinado.

<sup>247</sup> CARR, 1981, p. 129.

### 3.2 EXPLICAÇÃO DOS ELEMENTOS DA TEORIA

Como explicação para os fatos apresentados nos capítulos anteriores e na tentativa de responder às perguntas feitas inicialmente - (a) Por que o Brasil segue como membro do e continua firmando acordos com o BIRD? (b) Qual a verdadeira função do Banco Mundial no cenário internacional? - é escolhida a teoria de Pierre Bourdieu. Por entender que as Relações Internacionais são determinadas em termos de poder, segue-se a orientação de ORTIZ quando recomenda os estudos de Bourdieu afirmando, que “a análise é extremamente rica quando se trata de desvendar os mecanismos profundos de poder”<sup>248</sup>.

Dada a diversidade dos escritos e enfoques de Bourdieu não há como classificá-lo a partir de uma escola sociológica pré-existente. Seus estudos abrangem diversos objetos – religião, arte, educação – e sua problemática teórica se funda na questão da mediação entre o agente social e a sociedade.<sup>249</sup> Nessa interação Bourdieu observa que tudo é questão do poder, e sobre essa base é que a teoria passa a ser desenvolvida.

Para explicar as razões que levam os países em desenvolvimento, em especial o Brasil, a continuarem participando de e firmando acordos com Organismos Internacionais como o Banco Mundial, e determinar qual a verdadeira função do BIRD, no cenário internacional, foi escolhida a obra de Bourdieu traduzida para o português em 1975, sob o título “A reprodução: elementos para uma teoria de sistemas de ensino”. Trata-se de um livro que contém uma teoria desenvolvida para explicar as relações educacionais dentro dos estabelecimentos de ensino, as relações e interações entre os agentes do

---

<sup>248</sup> ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 29.

<sup>249</sup> Sobre isso ver ORTIZ, 1983, p. 10.

sistema educativo e seus propósitos, e apesar de não ser uma teoria escrita especialmente para analisar os fenômenos das Relações Internacionais traz categorias que permitem compreendê-los e explicá-los.

Seguindo a orientação de CAUBET, quando se refere às relações internacionais marítimas contemporâneas e afirma que “o emprego da força pura é considerado como um dos meios menos adequados para manter as relações de dominação vigentes entre o centro e a periferia”, e quando afirma que para manter a hegemonia - espaço no cenário internacional - as nações centrais preferem “recorrer a meios mais discretos e cujo resultado não é menos garantido”<sup>250</sup>, justifica-se essa escolha.

### 3.2.1 Noção de campo e *habitus*

Nas relações dentro de um campo – entendido como o espaço onde as posições dos agentes se encontram *a priori* fixadas, o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos<sup>251</sup> - os agentes tendem a produzir e reproduzir comportamentos que são gerados pelo *habitus* que é inerente a todo campo.

Sobre o campo, assevera ORTIZ: “é um espaço onde se manifestam relações de poder [...]. A estrutura do campo pode ser apreendida tomando-se como referência dois pólos opostos: o dos dominantes e o dos dominados”.<sup>252</sup>

---

<sup>250</sup> CAUBET, Christian Guy. **Fundamentos políticos-econômicos da apropriação dos fundos marinhos**. 1977. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. p. 69.

<sup>251</sup> Sobre isso ver: ORTIZ, 1983, p. 19

<sup>252</sup> ORTIZ, 1983, p. 21.

Os agentes do campo – dominantes e dominados – são uma espécie de adversários cúmplices, pois através do “consenso” determinam o que é relevante ou não dentro do campo. Para GOFFMANN eles “contribuem para uma única definição geral da situação, que implica não tanto um acordo real sobre o que existe, mas antes um acordo real quanto às pretensões de qual pessoa, referentes a quais questões serão temporariamente acatadas”<sup>253</sup>.

O que mantém o consenso e a coesão dentro do campo é o desconhecimento de que o mundo social é permeado por conflitos e concorrência, sendo o desconhecimento também responsável pela manutenção dos agentes em posições assimétricas de poder<sup>254</sup>, configurando a base de toda a relação dentro do campo.

O comportamento dos agentes dá condições de observar dentro do campo o *habitus* que, segundo BOURDIEU é um:

sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro.<sup>255</sup>

Isso permite entender que o *habitus* conforma e orienta as ações e também é produto das relações sociais que tende a reproduzir. Ou seja, os atores são produtores e reprodutores de ações que são produtos das relações sociais mantidas dentro do campo, tendo a tendência de interiorizar valores,

---

<sup>253</sup> GOFFMANN, Erving. **A Representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 18.

<sup>254</sup> Nesse sentido ORTIZ, 1983, p. 24.

<sup>255</sup> BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1994. p. 59.

normas e princípios sociais para adequarem suas atitudes com a realidade objetiva da sociedade.

Aplicando os conceitos de campo e *habitus* nas Relações Internacionais, pode-se perceber que atualmente existem diversos atores no campo, como por exemplo, os Estados, as Organizações Não Governamentais, as empresas transnacionais, os Organismos Internacionais, dentre outros.

Para compreender melhor essa relação dentro do campo, é necessário delimitar um espaço menor dentro das RI's, que configura um novo campo, mais restrito, com menos agentes, mas sempre com as manifestações de poder. Esse é o caso do Banco Mundial e seus países membros.

Então, tem-se um campo, dentro dele vários agentes coexistem, alguns com maior poder que outros – dominantes e dominados – e por estarem no mesmo campo tendem a reproduzir o *habitus*, ou seja, repetir ações e manter uma postura que permita continuar participando.

O desconhecimento está presente dentro desse campo, pois os dominados não se reconhecem como tal e os dominantes também não assumem essa condição, ressalta-se que não assumir publicamente não significa desconhecer. Dessa forma as posições dos agentes vão se delimitando umas às outras, sendo conservadas dentro do campo e o consenso vem sendo mantido.

A partir da noção de Campo e *habitus*, pode-se encontrar a resposta para a primeira pergunta: Por que o Brasil segue como membro do e firmando acordos com o BIRD?

Mesmo diante do cenário descrito nesse trabalho<sup>256</sup>, dos constantes reflexos negativos que a política do BIRD trouxe e traz para a educação superior no Brasil, o país continua a firmar acordos e participar do Banco por ser um agente de dentro do campo das RI's o que o leva a incorporar o *habitus* desse campo. Ou seja, se todos os países firmam acordos e são membros – esse é o *habitus* – qualquer país que queira participar do campo e ser reconhecido dentro dele terá que reproduzir esse mesmo comportamento.

Por não se reconhecer dominado, afinal essa é a condição para a coexistência das forças dentro do campo, e por desconhecer que se trata de um campo de forças, o Brasil não questiona as ações e relações e reproduz o comportamento dos demais agentes.

### **3.2.2 O poder e a violência simbólica**

Conforme já mencionado, dentro do campo manifestam-se as relações de poder. Mas como as decisões e os comportamentos dos agentes se dão, geralmente, por consenso, a função inerente ao poder – determinar conduta – dispensa o outro elemento que completa sua condição de exercício que é a violência física.

Mesmo com a ausência da violência física as condutas são determinadas e o poder dos dominantes é exercido, como se demonstra nas interferências geradas pelo BIRD na Educação Superior no Brasil<sup>257</sup>. Isso só é

---

<sup>256</sup> Ver item 2.3.

<sup>257</sup> Ver item 2.2.

possível pela existência do que BOURDIEU denomina poder e violência simbólica.

Nessa linha BOURDIEU afirma que:

num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempo não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de círculo cujo centro está em toda parte e em parte alguma – é necessário descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem<sup>258</sup>.

O poder simbólico “é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder”<sup>259</sup>. Esse poder dissimulado, oculto, tem sua base de existência garantida pelo desconhecimento das forças dentro do campo. Trata-se de um poder de violência simbólica, “que chega a impor significações e impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua própria força”<sup>260</sup>.

Segundo ZIEGLER *apud* CAUBET “este conceito logo designa armas, instrumentos, ferramentas que agem em nível simbólico por analogia com os que agem em nível material com os mesmos fins de dominação”<sup>261</sup>. O objetivo do poder simbólico é, assim como das outras formas de poder, determinar condutas. O que muda nesse caso são os instrumentos utilizados para alcançar o fim a que se propõe. Aqui eles também são simbólicos.

---

<sup>258</sup> BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 8.

<sup>259</sup> BOURDIEU, 1998, p. 15.

<sup>260</sup> BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria de sistema de ensino. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975. p. 72

<sup>261</sup> ZIEGLER *apud* CAUBET, 1977, p. 72.

O poder simbólico pressupõe uma violência que também é simbólica, entendida como aquela que não se pode sentir, saber de onde vem, mas que tal qual a violência física consegue produzir a, e conduzir para a, conduta pretendida.

As formas como se exerce esse poder e, portanto, se produz essa violência dentro do campo, implicam numa ação por parte de um agente devidamente legitimado para produzi-la. Nos seus escritos BOURDIEU denomina essa ação de Ação Pedagógica (AP) e a define como “objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural.”<sup>262</sup>

CAUBET referindo-se a educadores e alunos esclarece que “pela ação pedagógica, o primeiro transmite aos segundos uma mensagem carregada de determinado sentido ideológico, ou seja: formulada em função de um sistema de valores particular.”<sup>263</sup>

Para BOURDIEU a ação pedagógica “é aquela que, tanto por seu modo de imposição como pela delimitação daquilo que ela impõe e daqueles a quem ela impõe, corresponde o mais completamente ainda que de maneira mediata, aos interesses objetivos [...] dos grupos ou classes dominantes”<sup>264</sup>.

Interessa destacar que:

não há relação de força, por mecânica e brutal que seja, que não exerça também um efeito simbólico. Isso significa que a AP, que está sempre objetivamente situada entre os dois pólos inacessíveis da força pura e da pura razão, deve tanto mais recorrer a meios diretos de coerção, quanto as significações que ela impõe se impuserem menos por sua força própria, isto é, pela força da natureza biológica ou da razão lógica.<sup>265</sup>

---

<sup>262</sup> BOURDIEU; PASSERON. 1975, p. 20.

<sup>263</sup> CAUBET, 1977, p. 73.

<sup>264</sup> BOURDIEU, 1975, p. 22.

<sup>265</sup> BOURDIEU, 1975, p. 24.

O objetivo da ação pedagógica é impor ou inculcar o arbitrário cultural próprio das classes dominantes. Esse arbitrário cultural “é uma seleção de significações que não podem ser deduzidas de nenhum princípio universal, físico, biológico ou espiritual, não estando unidas por nenhuma espécie de relação interna à ‘natureza das coisas’ ou a uma ‘natureza humana’.”<sup>266</sup>

Saliente-se que “numa formação social determinada, o arbitrário cultural que as relações de força entre os grupos ou classes constitutivas dessa formação social colocam em posição dominante no sistema dos arbitrários culturais é aquele que exprime o mais completamente, ainda que sempre de maneira mediata, os interesses objetivos dos grupos ou classes dominantes”<sup>267</sup>.

Aplicando essas compreensões das relações sociais nas Relações Internacionais, a ação pedagógica – já não mais limitada à sala de aula - utiliza-se do discurso do “sempre assim” ou do “não há como ser diferente” para impor significações e gerar condutas dentro do campo, fazendo com que os agentes se mantenham nas mesmas posições, garantindo a superioridade das classes dominantes sobre as dominadas.

Para se exercer a ação pedagógica é preciso uma autoridade pedagógica (AuP) e a autonomia da instância encarregada de exercê-la.<sup>268</sup> Essa autoridade é designada para exercer poder sobre os outros agentes do campo e impor a eles significações consideradas pelas classes dominadas como legítimas (arbitrário cultural).

---

<sup>266</sup> BOURDIEU, 1975, p. 23.

<sup>267</sup> BOURDIEU, 1975, p. 24.

<sup>268</sup> Sobre isso ver BOURDIEU, 1975, p.26.

Para que ela, a autoridade, seja reconhecida como tal é preciso desconhecer sua função, pois, segundo BOURDIEU “enquanto poder arbitrário de imposição que, só pelo fato de ser desconhecido como tal, se encontra objetivamente reconhecido como autoridade legítima, a Autoridade Pedagógica tem o poder de violência simbólica que se manifesta sob a forma de um direito de imposição legítima, reforça o poder arbitrário que a estabelece e que ela dissimula.”<sup>269</sup>

A partir do momento em que os agentes do campo reconhecem na pessoa ou instituição as características de autoridade pedagógica eles estão dispostos a aceitar como legítima toda a informação transmitida pela autoridade, recebendo e interiorizando a mensagem, e reputar como ilegítimo aquilo que ela não transmite.

Nas palavras de BOURDIEU, “na medida em que está investida de uma AuP, a AP tende a produzir o desconhecimento da verdade objetiva do arbitrário cultural, pelo fato de que, reconhecida como instância legítima de imposição, ela tende a produzir o reconhecimento do arbitrário cultural que ela inculca como cultura legítima”.<sup>270</sup>

A tarefa de designar a AuP para um agente ou uma instituição não necessita de um contrato explícito, trata-se apenas de dar condições para que esse agente ou instituição cumpra com sua função de reprodução das idéias dos outros atores que a escolheram ou a investiram nesse poder, ou seja, a dotaram da capacidade de exercer o poder e a violência simbólica.

---

<sup>269</sup> BOURDIEU, 1975, p. 27.

<sup>270</sup> BOURDIEU, 1975, p. 35.

Importa destacar ainda que o exercício do poder e da violência simbólica é limitado, o que impede que a AuP determine o conteúdo, o público e o modo de imposição do arbitrário cultural. Isso é tarefa para os atores que a designam, leia-se dominantes.

### 3.3 VERDADEIRAS FUNÇÕES DO BANCO MUNDIAL

A partir dessas apreensões sobre a teoria do poder e da violência simbólica, tem-se condição de responder a segunda pergunta: Qual a verdadeira função do Banco Mundial no cenário internacional?

Ao considerar que a busca constante pela ampliação e manutenção do poder no plano internacional, saber que o uso da força não é mais recomendado, e entender que para algumas nações importa manter as demais na condição de dependência, pode-se concluir que, dentro da teoria de BOURDIEU, o Banco Mundial apresenta-se como o equivalente de uma autoridade pedagógica (ou simplesmente autoridade), pois ele inculca um arbitrário cultural, próprio dos países dominantes ao afirmar que, por exemplo: os ajustes estruturais, baseados no encolhimento das tradicionais do Estado, são essenciais para o desenvolvimento e a redução da pobreza.<sup>271</sup>

Outro fato que corrobora para essa conclusão é o Banco adotar tais políticas de ajuste estrutural, com o objetivo de “assegurar o pagamento da dívida e transformar a estrutura econômica dos países de forma a fazer

---

<sup>271</sup> Para verificar essa afirmação ver: BIRD. **Brasil:** justo, competitivo e sustentável – contribuições para o debate. Banco Mundial: Brasília,DF. 2002.

desaparecer características julgadas indesejáveis e inconvenientes ao novo padrão de desenvolvimento(neoliberal)<sup>272</sup>”.

As idéias neoliberais não produzem o que prometem<sup>273</sup>. Segundo CHOMSKY “a doutrina do livre mercado se apresenta em duas variantes. A primeira é a doutrina oficial imposta aos indefesos. A segunda é a que podemos chamar de doutrina do livre mercado realmente existente: a disciplina do mercado é boa para você mais não para mim.<sup>274</sup>”

BOURDIEU afirma que os efeitos neoliberalismo - tão defendido pelo BIRD nos seus programas - ameaçam “o bom funcionamento das instituições democráticas, se uma política bem firme de um Estado decidido a encontrar realmente os meios para colocar em prática as intenções proclamadas, não vier, com toda urgência, a supera-los.<sup>275</sup>”

Pelo quadro apresentado no capítulo anterior vê-se claramente essas atitudes em relação ao papel do Estado na educação superior. O Banco ao afirmar em 1994 e reafirmar em 1998 que o ensino superior nos países em desenvolvimento deve:

- (a) fomentar a maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas;
- (b) proporcionar incentivos para que as instituições diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados;
- (c) redefinir a função do governo no ensino superior;
- (d) adotar políticas

---

<sup>272</sup> (SOARES in TOMMASI; et al. 1998, p. 23)

<sup>273</sup> Para entender que as dinâmicas e idéias defendidas pelo BIRD não trazem realmente o que prometem (desenvolvimento e crescimento), veja CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** 2002, p.34. E BOURDIEU, Pierre. **La esencia del neoliberalismo**. Disponível em <<http://www.analitica.com.br/biblioteca/bourdieu/neoliberalismo.asp>. Acesso em: 26 de set. de 2002.

<sup>274</sup> CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e ordem global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 39.

<sup>275</sup> BOURDIEU, Pierre. A demissão do Estado. In: BOURDIEU, Pierre. (coord.) **A Miséria do Mundo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 223.

destinadas a outorgar prioridade aos objetivos da qualidade e da equidade,<sup>276</sup>

acaba introduzindo a idéia de que o Estado deve diminuir sua atuação no campo educativo superior, sem a necessária comprovação de que isso trará benefícios diretos para o país. O Brasil entende como válida essa afirmação, pauta suas políticas pelos argumentos do Banco e sequer questiona sobre sua validade. Ou seja, por ser ator no campo, reproduz o *habitus* e acata como verdade os conteúdos introduzidos pelas autoridades legitimadas.

Aqui precisa ser lembrado que o fato do Banco ser uma autoridade considerada legítima se dá em razão dos demais agentes do campo o reconhecerem como tal. Esses agentes, países membros, fazem esse reconhecimento pela falsa sensação que têm de estar participando do processo e da tomada de decisão, quando na verdade estão dando condições para a formação de uma base democrática falsa, onde um tem o domínio nas decisões e os demais apenas as ratificam.

Para CHOMSKY, trata-se do real sentido da democracia, que se refere “ao sistema no qual as decisões são tomadas pelos setores da comunidade empresarial e a ela relacionada. O público é apenas espectador da ação, não participante [...] ao povo é permitido ratificar as decisões das autoridades superiores [...] mas nunca interferir em assuntos [...] que não lhe dizem respeito”<sup>277</sup>.

---

<sup>276</sup>BANCO MUNDIAL, 1994, p. 28-29.

<sup>277</sup> CHOMSKY, Noam. **O Que Tio Sam realmente quer?** 2. ed. Brasília: UNB, 1999, p. 112-113.

Aplicando essas considerações para o processo deliberativo do BIRD, é possível perceber que o que CHOMSKY chama de elite empresarial pode ser entendido como potências hegemônicas (países centrais), e o que ele denomina povo são os países periféricos, que servem para dar legitimidade às decisões tomadas por agentes dominantes dentro do campo.

No mesmo sentido GUIMARÃES afirma que

a primeira estratégia de preservação e expansão das estruturas hegemônicas de poder se verifica através da expansão das organizações internacionais sob seu controle [...] No seio de tais organizações se desenvolve, sob a liderança dos países que integram aquelas estruturas hegemônicas, um esforço de elaboração das normas, com suas respectivas sanções, de comportamento internacional. [...] A participação da maioria dos países da periferia nesse processo não é só considerada essencial, como chega a ser “exigida”: não para que tomem parte efetivamente da elaboração ou “aperfeiçoamento” daquelas normas mas, sim, para dar legitimidade e validade universal a tais normas e à eventual aplicação de sanções internacionais contra os infratores<sup>278</sup>.

Outro ponto que deve ser lembrado é a condição de “preposta” que a autoridade tem ao representar os interesses dominantes. No caso do Banco Mundial, não fica difícil perceber essa função, quando se considera:

(a) A criação do Banco Mundial [...] foi a concretização de um projeto maduramente elaborado durante alguns anos.<sup>279</sup>

(b) A forma de tomada de decisão dentro da Junta de Governadores e da Diretoria Executiva onde, pelo que se apreende do o artigo V, Seção 3, do Estatuto do BIRD: “(a) Cada membro terá duzentos e cinqüenta votos mais um voto adicional por cada ação em seu poder. (b) Salvo os casos especificamente

---

<sup>278</sup> GUIMARÃES, 1999, p. 32-33.

<sup>279</sup> KOUAMÉ, 1979, p. 36.

previstos, todas as questões apresentadas ao Banco serão resolvidas por uma maioria de votos”.

(c) O pensamento de SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA ao afirmarem, a partir da análise de distribuição de cotas que “O Banco Mundial tem se constituído em auxiliar da política externa americana.[...] cada dólar que chega ao Banco Mundial mobiliza em torno de 1000 dólares na economia americana e cada dólar emprestado significa três dólares de retorno.”<sup>280</sup>

(d) Que o presidente do Banco - responsável pela condução dos negócios do Banco, programando as diretrizes gerais e imprimindo características pessoais na gestão – tem seu nome referendado pelo presidente dos Estados Unidos, pelo Departamento do Tesouro e por proeminentes membros da comunidade financeira daquele país.

(e) O predomínio norte americano nos quadros operacionais do Banco.

Como conclusão pode-se reconhecer que o Banco Mundial está representando as potências hegemônicas, mais precisamente os Estados Unidos que possui, graças ao sistema de cotas, grande poder nas decisões do Banco, sendo nesse caso, e em muitos outros, o ator dominante.

Como isso os Estados Unidos conseguem manter o controle político e econômico da maioria dos países em desenvolvimento. Esses Estados, além de serem credores norte-americanos, produzem ações internas que jamais os permitirão romper com a condição de dependência e subordinação, mantendo a estratificação das classes, dominantes e dominadas, no cenário internacional.

---

<sup>280</sup> SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002, p. 72.

Alguns autores seguem essa mesma linha como é o caso de GENTILI ao afirmar que “o Banco Mundial [...] exerce atualmente uma função político-estratégica fundamental nos processos de ajuste e reestruturação neoliberal [...] uma poderosa e pouco dissimulada ferramenta de pressão da política exterior norte-americana, que tende a garantir e perpetuar a hegemonia político-militar dos Estados Unidos”<sup>281</sup>.

Também reforça a posição aqui apresentada CHOMSKY quando diz:

um controle militar aberto não é mais necessário, pois já existem novas técnicas disponíveis, por exemplo, o controle exercido pelo Fundo Monetário Internacional (o qual, assim como o Banco Mundial, empresta fundos às nações do Terceiro Mundo, a maior parte fornecida em larga escala pelas potências industriais. [...]) Essas medidas colocam o poder decididamente nas mãos das classes dominantes e de investidores estrangeiros, além de reforçar as duas clássicas camadas sociais do Terceiro Mundo – a dos super-ricos e a da enorme massa de miseráveis e sofrendores<sup>282</sup>.

Torna-se pertinente reforçar que o Banco é um organismo a serviço dos países centrais, e portanto, sua atuação, mesmo se dando nos países em desenvolvimento, se presta a garantir e firmar posições que assegurem hegemonia ou perpetuem o ciclo Norte-Sul vivido nas Relações Internacionais.

Resta, então, comprovada a afirmação Samuel LICHTENSZTEJN que tanto o Fundo Monetário Internacional como o Banco Mundial são mais que reguladores do sistema financeiro mundial, são instrumentos de dominação americana, legitimados por manter as características de instituições/organismos de cooperação multilateral.

Diante do exposto pode-se compreender que a ação do discurso dos Estados dominantes, ou seja, daqueles que se destacam no campo, é

---

<sup>281</sup> GENTILI, 2001, p. 29.

<sup>282</sup> CHOMSKY, 1999, p. 41.

objetivamente uma violência simbólica porque ela impõe e inculca um arbitrário cultural segundo um modo arbitrário de imposição.

O arbitrário cultural engendrado pela AuP é desprovido de referente sociológico, pelo que pode colocar a questão das condições sociais e institucionais capazes de fazer desconhecer esse poder de fato, e fazê-lo ser reconhecido como legítimo.

Para produzir seu efeito de violência simbólica, ela - a violência simbólica - deve ser exercida numa relação formal de comunicação, cujos pólos de posições, os dominantes (potências hegemônicas) e os dominados, não (re)conhecem e tão pouco admitem suas posições.

Segundo BOURDIEU, “a ação de dominantes sobre dominados está sempre situada entre a força pura e a pura razão”<sup>283</sup>, devendo recorrer mais aos mecanismos da coerção quanto menos estiver apoiada na razão lógica legitimada pela adesão dos dominados.

Toda ação de violência simbólica, para gerar os efeitos pretendidos, pressupõe uma autoridade que pode ser definida como aquela que reproduz conceitos do arbitrário cultural e legitima a ação dos dominantes. Nem mesmo essa autoridade, que no caso são as Organizações Internacionais de modo geral e o Banco Mundial em particular, pode conhecer ou revelar em seu próprio exercício sua verdade objetiva, pois assim a base do agente dominante caracteriza-se autodestrutiva.

O poder arbitrário de imposição, pelo fato de ser desconhecido como arbitrário, já se encontra reconhecido como autoridade legítima, ou seja, como

---

<sup>283</sup> BOURDIEU, 1975, p. 23.

autoridade que possui direito de imposição legítimo. Reconhecer esse direito constitui uma força que revigora a relação estabelecida, porque tende a fazer com que as classes dominadas não tenham consciência da força possuem quando sabedores dessa dominação.

Para dissimular o arbitrário cultural e, portanto, a ação dominante, os agentes (dominantes) valem-se das autoridades legitimadas e utilizam a maneira leve, delicada e por conseqüência permitida, mas não menos violenta, para impor a ação pretendida.

Nessa relação os agentes, que não são autoridades e são, no caso os Estados, têm que conquistar diariamente o poder de reconhecimento “social” para então gerar uma violência simbólica, que a autoridade, Banco Mundial, possui de imediato, pois já é reconhecida como digna de impor ou transmitir, e isso acaba sendo tomado como verdade.

Ou seja, os receptores estão sempre dispostos a reconhecer a legitimidade da decisão e da informação transmitida pela autoridade e, por conseguinte recebem e interiorizam a mensagem, pouco importando o que a autoridade determine, bastando que ela ocupe essa posição. Como é o caso do Brasil e das políticas nacionais que acompanham as orientações do Banco Mundial.

Essa delegação das potências dominantes aos organismos internacionais (Banco Mundial) é sempre uma delegação limitada, pois a autoridade não pode definir livremente o modo de imposição, o conteúdo imposto e o público ao qual ela o impõe pelo princípio da limitação da autonomia das instâncias.

Essa delegação deve durar o bastante para produzir uma base respeitada e legítima, isto é, um *habitus*, pelo que esses organismos internacionais, aqui vistos como autoridades, têm sua eficácia e produtividade medida pelo do *habitus* que conseguem produzir, ou seja, pela capacidade de engendrar práticas num maior número de campos diferentes.

A ação de organizações como o Banco Mundial e por meio da estrutura que lhes são próprias, tentando demonstrar a base essencialmente democrática, que produz e reproduz a integração intelectual e a integração moral do grupo ou da classe em nome de interesses de agentes dominantes.

O trabalho desses organismos é melhor quanto maior o seu efeito de imposição dissimulada do arbitrário cultural, tendo por função, a manutenção da ordem através da reprodução das relações de força entre grupos ou classes, faz os dominados reconhecerem e inculcarem como legítima a cultura dominante, além de impor simultaneamente o desconhecimento e a negação de um arbitrário cultural próprio.

Ante o exposto pode-se afirmar que as relações entre o Brasil e o Banco Mundial, cuja influência marca presença em grande parte das decisões estatais internas. A relação determinada em termos de poder e violência simbólica, inicialmente é de difícil percepção exatamente porque suas condições para existir e vigorar residem no desconhecimento e na dissimulação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dominação engendrada pelos países do centro em relação aos da periferia é um processo antigo. A adoção do padrão ouro pela legislação bancária inglesa em 1821 que logo depois cede espaço para a libra esterlina que assume a característica de moeda de reserva, é exemplo disso.

A perda de competitividade da Grã-Bretanha em relação às economias americana e alemã, o surgimento dos Estados Unidos, no final da I Grande Guerra, como a nova potência mundial adotando práticas protecionistas, são alguns dos fatores que levam à eclosão da II Guerra Mundial.

Ao perceber que o protecionismo e as negociações bilaterais não são suficientes para afastar de vez a possibilidade de outra crise comercial como a vivida no período pré-guerra, os Estados Unidos propõem a realização da Conferência de *Bretton Woods*, onde se consolida o predomínio deste país, iniciado no princípio do século com o capital industrial seguro e em expansão.

Essa Conferência representa uma reação às políticas bilaterais e protecionistas e aos processos especulativos que seguem o primeiro pós-guerra, criando um sistema capaz de promover e restabelecer o movimento de mercadorias e de capitais, livre e multilateral.

Nesse contexto surge o Banco Mundial. Um projeto essencialmente norte - americano, com a finalidade de reerguer as economias devastadas pela Guerra, e promover o desenvolvimento. Desde a sua fundação, os países membros reconhecem a influência do mercado financeiro dos Estados Unidos na provisão de

fundos do Banco e, como consequência, dão direta ingerência na sua direção para os banqueiros daquele país.

No próprio Estatuto do Banco, quando trata da tomada de decisão interna na Junta de Governadores ou no Conselho de Diretores, fica claro que o país que tiver maior número de ações, o que significa que tem maior poder econômico, terá ao mesmo tempo ampliada sua interferência nas decisões do BIRD, permitindo que um ou poucos países dominem as decisões e determinem como, quando e onde o Banco e suas agências irão atuar.

Em meados de 1970, dada a escassa participação do Banco na real reconstrução das economias devastadas pela guerra, os seus objetivos são direcionados para a prestação de auxílio monetário e consultivo aos países em desenvolvimento. Isso dá ao Banco um papel de peso no concerto internacional, deixando de ser apenas um organismo multilateral para reconstruir economias capitalistas assoladas pela 2ª Guerra, passando a assumir a função de financiador e consultor de projetos para os países em desenvolvimento.

Inicialmente a forma de atuação do Banco está fundada na análise de projetos para conceder ou garantir empréstimos aos seus membros. Com a mudança do eixo principal de atuação, o Banco passa a adotar políticas de ajuste estrutural, visando ao pagamento da dívida e garantindo maior segurança aos investidores estrangeiros, que estavam em busca do “mercado emergente”. Esses programas, intimamente ligados às Estratégias de Assistência ao País(CAS), não seguem fórmula única ou modelos particulares, desenvolvem-se de maneira específica em cada Estado membro.

Um dos mais importantes setores de atuação do Banco Mundial nas estratégias impingidas aos países em desenvolvimento, é a educação, haja vista

que desde o início patrocina atividades nesse setor. A instituição concede mais de US\$30 bilhões em empréstimos e créditos, financiando atualmente 164 projetos em 82 países.

Devido ao viés econômico que acompanha as estratégias do Banco desde sua criação, a educação é tratada como um instrumento capaz de gerar renda dos indivíduos e de aumentar a produtividade da economia. Para isso, o BIRD identifica o apoio ao ensino primário como estratégia eficaz na redução da pobreza, apelando ao senso comum - pessoas com maior escolaridade têm sua renda ampliada – defende que o financiamento desse nível de ensino traz mais vantagens sociais que destinar recursos aos níveis mais elevados.

Esse argumento deve ser refutado de plano. É preciso reconhecer que apenas a educação primária não garante maior aumento de renda, além de não dar conta de formar cidadãos plenos, pelo contrário, gera analfabetos funcionais, pessoas que sabem ler, escrever e somar, mas não têm visão crítica e apesar de contarem positivamente para os índices econômicos não somam para a construção de uma nação independente.

Na CAS 2000 e 2004 para o Brasil, pode-se perceber que a educação, em especial a de nível básico, foi e continua sendo a área de maior ênfase na atuação do Banco no Brasil, que enfatiza seu apoio às reformas promovidas no sentido de descentralizar a educação básica para os municípios e Estados através do Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA).

Para a educação superior, tratada em documentos consultivos do Banco, é defendida a idéia de que o Estado deve, por exemplo, fomentar a maior diferenciação das instituições, permitindo e facilitando o desenvolvimento de instituições privadas. Cabendo-lhe um papel cada vez mais reduzido, seguindo a

tendência neoliberal. Compete a ele promover mudanças através do estabelecimento de linhas normativas gerais e de estímulos às instituições a partir de políticas coerentes, de um marco regulatório favorável e de incentivos adequados, ou seja, ficar adstrito a duas funções: credenciar e avaliar.

A partir da análise das propostas feitas pelo Banco pode-se concluir que futuramente, nos países que seguirem as estratégias indicadas, o ensino superior será orientado para e pelo mercado. No caso do Brasil é exatamente isso que está acontecendo. O país, como todo bom aluno, cumpre seus “deveres de casa” muito bem, como recentemente declarou um Ministro de Estado, e está seguindo à risca os ensinamentos do BIRD. Abandona o preceito constitucional que assegura a educação como direito de todos e dever do Estado e permite que o Banco detenha as rédeas do sistema de ensino superior no país, como demonstra-se no capítulo 2, onde foram apresentadas as semelhanças entre os “aconselhamentos” do Banco e as normas brasileiras que regulamentam essa questão.

Esse dependentismo está promovendo uma “*macdonaldização*” do ensino superior no Brasil. É o ensino superior de massa, onde muitas IES privadas, orientadas somente para o mercado, tratam seus alunos como consumidores, e o ensino com um bem privado, a mercê de quem o paga, e onde a qualidade é relação do produto fornecedor *versus* cliente.

Usando do poder que lhe é concedido pelos países centrais, o Banco Mundial “impõe” esquemas e comportamentos de Estados dominantes a países como o Brasil, que pacatamente os aceita e implementa, permitindo a decadência de um dos setores estratégicos mais importantes em uma nação que se diz independente – a educação.

O sistema de ensino superior existente hoje no Brasil é composto por cursos de graduação, seqüenciais e pós-graduação, porém o padrão de excelência é encontrado somente nesse último nível, fornecido em sua maioria nas instituições públicas, como consequência da política implementada pelo regime militar para o setor.

Isso significa dizer que a graduação, conforme está proposta e sendo desenvolvida, não pode ser considerada “nível superior” de formação. Ela serve apenas para suprir, com deficiência, a defasagem do ensino fundamental e médio de baixa qualidade. O ensino superior, na acepção plena da expressão, encontra-se nos cursos de Mestrado e Doutorado.

É importante lembrar que as políticas públicas, influenciadas pelo Banco Mundial, levam o sistema de ensino superior brasileiro para esse caminho, onde qualidade e compromisso são raros. O resultado obtido corresponde exatamente às ações governamentais implementadas, haja vista que o controle e a indicação das atividades desenvolvidas pelas Instituições cabe ao Estado. Então, se elas não estão cumprindo com o que seu papel, ele, o Estado, também, pode e deve ser responsabilizado.

Com o aprofundamento das relações entre o Brasil e o Banco Mundial, onde a influência daquele organismo está presente em grande parte das decisões estatais internas, esse quadro tende a se agravar, pois tais relações são determinadas em termos de poder e violência simbólica.

O Banco Mundial apresenta-se como o equivalente de uma autoridade pedagógica, pois inculca um arbitrário cultural, próprio dos países dominantes, e através da estrutura que possui, tenta demonstrar ter base essencialmente democrática, produzindo e reproduzindo a integração intelectual e a integração

moral do grupo ou da classe dominada em nome de interesses de agentes dominantes.

Diante das relações de poder anteriormente descritas e da atuação do Banco Mundial no Brasil é possível concluir que se o país seguir permitindo a interferência desse organismo financeiro internacional na educação superior, ficará cada vez mais atrelado às importações de tecnologia, de mão de obra qualificada, assumindo uma posição dependente e permitindo, ou o que é pior, dando condições para que as potências hegemônicas se consolidem cada vez mais no plano mundial.

Para assumir uma nova postura, o Estado brasileiro deve perceber que existe uma relação de dominação entre ele e o Banco Mundial e conseqüentemente as potências que detêm o poder de mando no organismo. Mas esse comportamento contradiz a essência do poder e da violência simbólica que está baseada no desconhecimento das relações de força dentro do campo.

Também convém salientar que fornecer educação para o maior número de pessoas possível pode continuar compondo o caminho do desenvolvimento, mas acreditar que somente a educação vá reverter o quadro de exclusão e pobreza, como reza a cartilha do Banco Mundial, é permanecer na ilusão.

Com a pesquisa ora concluída a hipótese investigada foi comprovada, ou seja, os programas implementados pelo Banco Mundial, no Brasil, a partir de 1994, coincidem com o texto legislativo nacional sobre a educação superior e são responsáveis pela proliferação das IES de modo geral e mais especificamente dos Cursos de Direito.

Assim, é possível afirmar que o Brasil, ao continuar seguindo instruções e compartilhando com as diretrizes do Banco Mundial, está permitindo que o ensino de

graduação no país seja, cada vez mais, um bem privado de pouca qualidade, e descomprometido com o desenvolvimento nacional.

## REFERÊNCIAS

ACCIOLY. **Manual de Direito Internacional**. São Paulo: Saraiva, 1998.

ARIOLLA, Salvador. **El papel de las instituciones económicas internacionales: el dialogo Norte-Sur, la estratégia de los países industrializados**. Documento apresentado no seminário sobre políticas para o Desenvolvimento Latino Americano. CECADE, 1980. Disponível em <<http://www.cepal.org>>. Acesso em 22 de dez. de 2003.

ASMANN, Hugo. **Reecantar a educação – rumo à sociedade aprendente**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

AUSUBEL, D., NOVAK, J., & HANESIAN, H. **Educational Psychology: A Cognitive View** (2nd Ed.). New York: Holt, Rinehart & Winston, 1978.

BANCO MUNDIAL. **A quem pertence a CAS?** Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>> Acesso em: 18 de nov. de 2003.

BANCO MUNDIAL. **Como a CAS é formulada?** Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: 18 de nov. de 2003.

BANCO MUNDIAL. **O que é a estratégia de assistência ao país?** Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: 18 de nov. de 2003.

BANCO MUNDIAL. **Brasil: justo, competitivo e sustentável – contribuições para o debate**. Banco Mundial: Brasília,DF. 2002. Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>> Acesso em: 18 de jan. de 2004.

BANCO MUNDIAL. **Construir Sociedades do Conocimiento: nuevos desafíos para la educación terciária**. Disponível em: <[http://wbln0018.worldbank.org/lac/lacinfoclient.nsf/8d6661f6799ea8a48525673900537f95/8fc1d6bb6ccb824785256dc2005984bc/\\$FILE/1Tertiary%20Education%20\\_cover\\_index\\_%20spa.pdf](http://wbln0018.worldbank.org/lac/lacinfoclient.nsf/8d6661f6799ea8a48525673900537f95/8fc1d6bb6ccb824785256dc2005984bc/$FILE/1Tertiary%20Education%20_cover_index_%20spa.pdf)> . Acesso em: 18 de jan. de 2004.

BANCO MUNDIAL. **Doc. 27043-BR**. 2004. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br>> Acesso em: 18 de jan. de 2004.

BANCO MUNDIAL. **Doc. n. 20160**. 2000. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br>> Acesso em: 01 de dez. de 2003.

BANCO MUNDIAL. **EAP 2004 – Resumo executivo**. Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>> . Acesso em: 22 de jan. de .2004, p. 5.

BANCO MUNDIAL. **Higer education in developing coutries: perfil and promise**. 2000. Disponível em: <<http://www.tfhe.net>> Acesso em: 22 de out. de 2003.

BANCO MUNDIAL. **Informações sobre as funções do Banco Mundial**. Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: 15 de nov. de 2003.

BANCO MUNDIAL. **La Enseñanza Superior** – Las Lecciones derivadas de la experiencia. 1994. Disponível em <<http://www.bancomundial.org>>. Acesso em: 15 de nov. de 2003.

BANCO MUNDIAL. Sítio Oficial no Brasil. . Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>> Acesso em: 25 de nov. de 2003.

BANCO MUNDIAL. **The Financing and Management of Higher Education: a status report on worldwide reforms**. 1998. Disponível em: <[http://www.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2000/07/19/000094946\\_99040905052384/Rendered/PDF/multi\\_page.pdf](http://www.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2000/07/19/000094946_99040905052384/Rendered/PDF/multi_page.pdf)>. Acesso em: 18 de nov. de 2003.

BARRAL, Welber. **O Brasil e a OMC**. 2. ed.. Curitiba: Aduaneiras, 2001.

BARRAL, Welber. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. 2. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. v.1

BASTOS, Celso. Estado do futuro. MARTINS, Ives Gandra. (coord). **O Estado do futuro**. São Paulo: Pioneira, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A demissão do Estado. In: BOURDIEU, Pierre. (coord.) **A Miséria do Mundo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **La esencia del neoliberalismo**. Disponível em <<http://www.analitica.com.br/biblioteca/bourdieu/neoliberalismo.asp>>. Acesso em: 26 de set. de 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria de sistema de ensino**. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2004..

BRASIL. **Decreto n. 10172**. Aprova o plano nacional de Educação e dá outras providências. Brasília (DF): Imprensa Oficial. Diário oficial. 10 de jan. de 2001. p. 1.

BRASIL. **Decreto n. 21177**. Promulga A Convenção Sobre Fundo Monetário Internacional E A Convenção Sobre O Banco Internacional Para A Reconstrução E Desenvolvimento. Brasília (DF). Imprensa Oficial. Diário Oficial. 27 de jun. de 1946. p. 9559

BRASIL. **Lei. n. 9394.** ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Brasília (DF). Imprensa Oficial. Diário Oficial da União. 23 de dez. de 1996. p. 27833.

BUARQUE, Cristóvam. A Universidade na encruzilhada. UNESCO BRASIL. **Educação Superior:** reforma, mudança e internacionalização. Brasília: UNESCO/SESU, 2003.

BUSATO, Antonio Roberto; MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. **Ofício n. 002/2004** – **CEJU.** Disponível em: <<http://www.oab.org.br>>. Acesso em 13 de fev. de 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: ZAHAR. 1981.

CARR, Edward Hallet. **Vinte anos de crise: 1919-1939.** Brasília:UNB, 1981.

CAUBET, Christian Guy. **Fundamentos políticos-econômicos da apropriação dos fundos marinhos.** 1977. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CHAUÍ, Marilena. Universidade: Organização ou instituição social. UNESCO: **A Universidade na encruzilhada** - seminário universidade: por que e como reformar. Brasília: UNESCO/SESU/MEC, 2003. p. 67-76.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e ordem global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHOMSKY, Noam. **O Que Tio Sam realmente quer?** 2. ed. Brasília: UNB, 1999.

CORRAGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção. In: FONSECA, Marília. TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1998,

CUNHA(a), Luiz Antônio. O Público e o privado na educação superior brasileira: fronteira em movimento? TRINDADE, Hélio (org.). **Universidades em Ruínas na república dos professores.** Petrópolis: Vozes, 2001.

CUNHA(b) Luiz Antônio. O Ensino Superior no Octênio FHC. In: **Educação e Sociedade:** revista de ciência da educação. Campinas. V.24 n. 82. 2003.

DIAS, Marco Antônio Rodrigues. Políticas para o Ensino Superior a partir da Conferência de Paris. In: **Universidade e Sociedade.** Ano IX, n. 18. março de 1999.

DIEESE. **Departamento intersindical de estatísticas e estudos sócio econômicos.** Disponível em <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=5>> Acesso em: 10 de jan. de 2004.

ESTEVEES, Jaime. La replica de los países desarrollados al nuevo orden económico internacional. El caso del Informe Brand. In: **Economía de América Latina**, n.5, México, CIDE, 1980.

FONSECA, Marília. TOMMASI, Lívia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1998,

GENTILLI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GLOBO, Rede. **Jornal da Globo**. 12 de fev. de 2004. Disponível em: <<http://www.globo.com/jornaldaglobo>>. Acesso em: 13 de fev. de 2004.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 18.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

HADDAD, Sérgio (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ESPECIAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. Sítio oficial. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 21 de fev. de 2004.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Poder y Interdependencia: La Política Mundial en Transición**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

KOUMÉ, Paul. **Bancos de desenvolvimento: o Banco Mundial e a experiência brasileira**, São Paulo. 1979.

LICHTENSZTEJN, Samuel; BAER, Mônica. **Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. Lívio Xavier. Bauru: Edipro, 2001.

MELLO, Celso D. Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. v.1.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. Sítio oficial. Disponível em <<http://www.mec.gov.br> > Acesso em: 20 de jan. de 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Sítio Oficial. Disponível em <<http://www.oab.org.br>>. Acesso em: 21 de fev. de 2004.

ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p. 29.

SCHMITD, Beníffio Vieiro; OLIVEIRA, Renato de; ARAGÓN, Virgílio Álvares. **Entre escombros e alternativas**: ensino superior na América Latina. Brasília: Editora UNB, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior: O banco mundial reforma suas teses e o Brasil reformará sua política?. In; **Educação Brasileira**. v. 22. n. 45. jul. a dez. 2000.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

SOARES, Maria Clara Souto. Banco Mundial: políticas e reformas. TOMMASI, Lívia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (orgs.). **Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1998.

SOUZA, Marcos de Moura e. LEAL, Luciana Nunes. País dos bacharéis tem 689 mil advogados. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 de dez. de 2003, Caderno Geral, p. A-12.

SOUZA, Paulo Renato de. Globalização e educação: rumos e perspectivas. In: **Humanidades**. n. 43. [199?], p. 11.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **MS 8592-DF**. 2002. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br>> . Acesso em 15 de fev. de 2004.

TEIXEIRA, Anísio. **A Universidade de ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 40.

TELO, Antônio José. **Do Tratado de Tordesilhas à Guerra Fria**: reflexões sobre o sistema mundial. Blumenau:FURB, 1996.

TILAK, Jandhyala B. G.. **Ensino Superior e Desenvolvimento**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: UNIVERSIDADE XXI. 2003, Brasília. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/univxxi/textos.htm>>. Acesso em: 20 de dez. de 2003.

TRINDADE, Hélgio. As universidades frente à estratégia do governo. TRINDADE, Hélio (org.). **Universidades em Ruínas na república dos professores**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 29.

UNESCO. **Tendências da Educação Superior para o Século XXI**. Brasília: UNESCO/CRUB, 1999.

VENCESLAU, Pedro. O diploma não é mais o mesmo. **Movimento**: Revista da União Nacional dos Estudantes. São Paulo. p. 22-23, n. 9. out. 2003.

VIANNA JÚNIOR, Aurélio (org.). **A Estratégia dos Bancos Multilaterais para o Brasil**. Brasília (DF): Rede Brasil, 1998.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

WERTHEIN, Jorge. Universidade: relevância e reforma. UNESCO: **A Universidade na encruzilhada** - seminário universidade: por que e como reformar. Brasília: UNESCO/SESU/MEC, 2003. p. 21-22